

E-book GRATUITO com provas,
simulados e estatísticas da banca
Cespe

E-book Contabilidade Cespe

Provas Resolvidas e Simulados

Professor Julio Cardozo @profjuliocardozo

Quais Conteúdos estão sendo mais cobrados?.....	3
Como resolver uma questão do Cespe?	7
1 – LISTA DE QUESTÕES	8
<i>SEFAZ- RS -TTRE.....</i>	<i>8</i>
<i>Tribunal de Contas do estado de Minas Gerais – Contador.....</i>	<i>15</i>
<i>CAGE-RS – Auditor do Estado.....</i>	<i>20</i>
<i>Tribunal de Contas dos Municípios -BA.....</i>	<i>30</i>
<i>Ebserh – 2018 – Analista Contábil</i>	<i>33</i>
2 – QUESTÕES RESOLVIDAS	36
<i>SEFAZ- RS -TTRE.....</i>	<i>36</i>
<i>Tribunal de Contas do estado de Minas Gerais – Contador.....</i>	<i>58</i>
<i>CAGE-RS – Auditor do Estado.....</i>	<i>72</i>
<i>Tribunal de Contas dos Municípios -BA.....</i>	<i>105</i>
<i>Ebserh – 2018 – Analista Contábil</i>	<i>112</i>
Gabarito	121
SIMULADO 01	122
<i>Questões apresentadas.....</i>	<i>122</i>
<i>Questões comentadas.....</i>	<i>125</i>
Simulado 02.....	135
<i>Questões apresentadas.....</i>	<i>135</i>
<i>Questões comentadas.....</i>	<i>137</i>
Simulado 03.....	146
<i>Questões apresentadas.....</i>	<i>146</i>
<i>Questões comentadas.....</i>	<i>149</i>
Simulado 04.....	159
<i>Questões apresentadas.....</i>	<i>159</i>
<i>Questões comentadas.....</i>	<i>162</i>
Mapas mentais	175
Até a Próxima	200



APRESENTAÇÃO

Olá, nobres guerreiros e guerreiras. Espero que esteja tudo bem com vocês! Meu nome é Julio Cardozo, e sou professor das disciplinas de **Contabilidade Geral, Avançada, de Custos e Perícia Contábil** aqui no Estratégia Concursos.

Atualmente sou **Auditor Fiscal do estado do Espírito Santo**, concurso que foi realizado pela banca CESPE, e trabalho diretamente na fiscalização de ICMS. Fui sargento da Força Aérea Brasileira, controlador de tráfego aéreo, por 14 anos, tendo ingressado no serviço público com 17 anos de idade.

É uma honra poder estar aqui com vocês com um único objetivo: **ajudá-lo tornar-se um especialista em provas de Contabilidade realizados pela banca CEBRASPE (Cespe/Unb).**



A banca Cespe elabora uma das provas mais difíceis do país e possui um estilo peculiar de cobrança, principalmente as famosas questões “Certo ou Errado”, isto é, a banca fornece uma assertiva e compete ao candidato julgar de o item está certo ou errado.

Geralmente, ao errar uma questão o candidato recebe uma **“punição extra”**, pois, além de não ganhar a pontuação prevista, pode ter descontos na sua nota. É aquele famoso lema: “uma errada anula uma certa”. Vale ressaltar que a banca também possui provas de múltipla escolha, nas quais a “punição” pelo erro pode não ocorrer ou ser apenas parcial, como por exemplo “duas erradas anulam uma certa”.

Amigos, esse estilo peculiar de cobrança, exige uma **estratégia de estudo própria**, que passa necessariamente pela **resolução de MUITAS QUESTÕES** da banca. E nesse ponto queremos fazer parte da sua preparação, oferecendo **GRATUITAMENTE** esse E-BOOK com provas comentadas da banca!

Além disso, teremos aqui estatísticas apresentando os assuntos mais cobrados pela banca, e alguns **SIMULADOS** para vocês, isso é material de altíssima qualidade. Esse material foi retirado do nosso curso 1000 questões comentadas da banca Cespe, que você poderá adquirir neste link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/contabilidade-cespe-1000-questoes/>

Professor Julio Cardozo.

**“Se eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes.
Isaac Newton.”**



QUAIS CONTEÚDOS ESTÃO SENDO MAIS COBRADOS?

As provas do Cespe são essencialmente teóricas, mesmo na disciplina de Contabilidade, o que de maneira alguma torna o nível de dificuldade da prova menor. A banca tem apresentado assertivas bem pequenas, em algumas situações, mas que são de extremamente difíceis e, em certos casos, muito subjetivas. Temos questões que envolvem cálculos também, mas são em menor quantidade.

Para obtermos um bom resultado, precisamos conhecer bem a literalidade e a aplicabilidade das normas, **ESPECIALMENTE DOS CPCs**. Não é brincadeira, pessoal. Temos questões de todos os níveis e a preparação deve ser levada muito a sério.

Fizemos uma análise muito criteriosa dos concursos mais recentes realizados pela banca Cespe/Unb (2018, 2017, 2016 e 2015) para descobrimos os assuntos que têm sido mais exigidos, e deste modo, sermos mais eficientes em nossa preparação. Analisamos provas de concursos para contador público, Tribunal de Contas da União, tribunais de contas estaduais, ABIN, CAGE-RS e Peritos Criminais, vejam:

ANÁLISE CONSOLIDADA QUESTÕES CESPE CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA		
ASSUNTO	nº de questões	%
Balanco Patrimonial	59	16,8%
CPC 00 - Estrutura Conceitual Básica	29	8,2%
Escrituração Contábil (Livros, Lançamentos, Fatos Contábeis, Balancete)	25	7,1%
CPC 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC	24	6,8%
CPC 18 - Investimentos e CPC 15 - Combinação de Negócios e CPC- 36 Consolidação	23	6,5%
CPC 27 – Ativo Imobilizado	18	5,1%
Demonstração do Resultado do Exercício - DRE	15	4,3%
CPC 16 – Custos dos Estoques e Operações com Estoques	13	3,7%
Equação patrimonial	13	3,7%
CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos	10	2,8%
CPC 25 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes	9	2,6%
CPC-30 - Receitas e Reconhecimento de Despesas (substituído pelo CPC – 47)	8	2,3%
Crêterios de Avaliação de Ativos e Passivos	8	2,3%
Teoria das Contas	8	2,3%
CPC 04 - Ativo Intangível	8	2,3%
CPC 06 - Arrendamento Mercantil	7	2,0%
CPCs 36/38/39 - Instrumentos Financeiros (substituído pelo CPC – 48)	7	2,0%
Demonstração do Resultado Abrangente - DRA	7	2,0%
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	7	2,0%
CPC 05 - Partes relacionadas	6	1,7%
Dividendos	6	1,7%
CPC 08 - Custos dos Empréstimos	6	1,7%
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido- DMPL	6	1,7%
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	5	1,4%

DLPA	4	1,1%
CPC 46 - Valor Justo	4	1,1%
CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado-DVA	3	0,9%
CPC 12 - Ajuste a Valor Presente	3	0,9%
CPC 07 - Subvenção Governamental	2	0,6%
Regime de Competência x Regime de Caixa	2	0,6%
Folha de Pagamento - CPC 33	2	0,6%
CPC 35 - Demonstrações Separadas	1	0,3%
CPC 17 - Contratos de Construção	1	0,3%
ICPC 10 - Contratos de Concessão	1	0,3%
Plano de Contas	1	0,3%
Desconto de Duplicatas	1	0,3%
TOTAL	352	100%

Baseados nessa análise, gostaríamos de fazer alguns comentários:

Tema mais cobrado: Balanço Patrimonial

O tema mais cobrado pelo Cespe em suas provas é BALANÇO PATRIMONIAL. Mas, professor, o **que especificamente a banca tem exigido em suas provas?** Pessoal, o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil mais importante e Cespe tem cobrado a sua estrutura e elaboração com detalhes, vejamos:

- Definição e classificação de elementos do Ativo, Passivos e Patrimônio Líquido;
- Diferenciação entre Circulante e Não Circulante;
- Funcionamento das contas do Patrimônio Líquido: Reservas de Lucros (todas as reservas já apareceram em provas), Reservas de Capital, Ações em Tesouraria e Ajuste de Avaliação Patrimonial (o Cespe tá de olho nessa conta!);
- Destacamos que a banca está cobrando o assunto “Reserva de Reavaliação”, ainda que tal procedimento esteja proibido no Brasil!!!
- Distribuição de Dividendos;
- Literalidade da lei 6404/76 e CPC 26;
- Notas Explicativas;
- Também tem sido muito comum a apresentação de um balancete de verificação com diversas contas e a questão solicita o valor de elementos com Ativo Circulante, Imobilizado, Passivo Exigível e etc.

Segundo Tema mais cobrado: CPC 00 – Estrutura Conceitual Básica

O CPC 00 tem sido muito exigido em provas da banca, e a tendência é que **seja mais cobrado**, em virtude da revogação da Resolução nº 750/93, que tratava dos Princípios de Contabilidade. A



Estrutura Conceitual aborda elementos importantíssimos e esse tema e ganhará mais relevância ainda nos próximos concursos.

As cobranças realizadas pelo Cespe são, em sua maioria, conhecimento da literalidade da norma, mas, muitas questões mais complexas exigem a aplicação dos conceitos nela apresentados. Não podemos deixar de conhecer os seguintes tópicos do CPC 00:

- Características qualitativas fundamentais;
- Características qualitativas de melhoria;
- Objetivo, utilidade e limitações do relatório contábil-financeiro de propósito geral;
- Manutenção do Capital Físico e Financeiro;

Terceiro tema: Escrituração Contábil (Livros, Lançamentos, Fatos Contábeis, Balancete)

Pessoal, esse tema, que é da parte inicial da Contabilidade, está caindo com bastante frequência em provas da nossa banca, vide os concursos da CAGE-RS e Polícia Federal em 2018. Você precisa estar afiado nas classificações das fórmulas de lançamento, tipos de fatos contábeis, livros contábeis, especialmente Diário e Razão. São pontos preciosos, assim, não vacile.

Quarto Tema mais cobrado: DFC – CPC 03

Esse foi o tema que mais cresceu desde que fizemos o nosso primeiro Raio X da banca Cespe. A demonstração contábil mais amada dos concurseiros: Demonstração dos Fluxos de Caixa. A maioria das questões tem exigido conhecimento da literalidade do CPC 03, mas também tem sido cobrada questões cálculos. Devemos conhecer a elaboração dessa demonstração com detalhes, especialmente as classificações dos três fluxos: operacional, financiamento e investimentos.

Uma dica preciosa que tem sido FUNDAMENTAL para resolvermos questões de DFC do Cespe é sabermos que o Lucro Líquido possui as seguintes destinações: Aumento de Capital Social, Reservas de Lucros ou Dividendos. SEM ESSA IDEIA VOCÊ NÃO RESOLVE AS QUESTÕES.

Quinto tema mais cobrado: CPC 15, CPC 18 e CPC 36

A banca também tem dado atenção especial aos pronunciamentos contábeis que tratam de investimentos em coligadas, controladas, combinações de negócios e demonstrações consolidadas. São pronunciamentos bem complexos e os seguintes tópicos tem aparecido com mais frequência:

- Método da Equivalência Patrimonial (Ganhos e Perdas com MEP no Resultado do Exercício e em Outros Resultados Abrangentes);
- Contabilização e tratamento do Goodwill e Mais – Valia;
- Demonstrações Consolidadas (aspectos literais do CPC 36);
- Reestruturação societária (fusão, cisão, incorporação);

Como dissemos, são assuntos avançados e vale a pena conferir se o seu edital está contemplando esse tema para não perder tempo.

Comentários sobre os demais assuntos

- Equação e estados patrimoniais têm sido contemplados, com uma certa **ênfase na situação de Passivo a descoberto**;
- A banca cobra algumas teorias contábeis pouco exigidas por outras bancas, como por exemplo, Teoria dos Fundos, Teoria da Entidade, Teoria Aziendalista e etc. Nos concursos do Tribunal de Contas da União (TCU), a banca exigiu conteúdo bastante peculiar, chamado de **Aspectos Contratuais de Contabilidade**! As questões não possuem alto grau de dificuldade, mas é peculiaridade do Cespe essa exigência;
- Intensa cobrança de Demonstrações Contábeis, como **DRE, DRA, DLPA e DMPL**. É uma característica do CESPE cobrar algumas questões de DMPL também; é um assunto que outras bancas quase não têm explorado.
- Nas provas aplicadas em 2017 e 2018 sempre tivemos diversas questões sobre a **Demonstração do Resultado Abrangente**. São questões difíceis, em nossa opinião, pois são rubricas contábeis pouco conhecidas, mas que com um pouco de maturidade podemos resolvê-las.
- Além disso, destacamos que no assunto Demonstração do Resultado do Exercício, a banca tem explorado as **diferenças a lei 6404/76 e o CPC 26** no tocante a esse assunto. Devemos saber especialmente, as contas que são utilizadas na DRE pelo **método da função e método da natureza**.

INTENSA COBRANÇA DE CPCs:

Como tem sido nos concursos de nível mais alto do Brasil, a exigência dos Pronunciamentos Contábeis cresce a cada dia, o que não é diferente em questões do Cespe. Você não pode deixar de estudar esse tema. Na tabela apresentada acima, listamos os CPCs que a banca tem mais cobrado.

Vale lembrar que, no geral, os editais não listam quais pronunciamentos serão exigidos, mas temos apresentado nos nossos cursos aqueles que possuem maior probabilidade de cobrança em provas.



Por fim, destaco que alguns CPCs “desconhecidos” têm aparecido em provas do Cespe, como CPC 05 – Partes Relacionadas, CPC 46 – Valor Justo (**tá na moda**), ICPC 10 - Contratos de Concessão. Como não amar essa banca, pessoal! Kkk.

COMO RESOLVER UMA QUESTÃO DO CESPE?

Esse material tem como objetivo apresentar algumas características próprias do “Método Cespe” de cobrança. Reforçamos que a banca é uma das mais respeitadas do Brasil, tida por alguns professores como a melhor banca de concursos do país. Obviamente, comete erros, apresenta entendimentos, por vezes, contraditórios sobre o mesmo tema, mas concordamos que ela tem feito um excelente trabalho na elaboração de suas provas.

Para começarmos a entender o “jeito Cespe” de cobrança, a primeira dica que queremos deixar para resolver questões Cespe, especificamente para questões de “Certo ou Errado”, é:



PROCURE O ERRO!

Pessoal, essa dica eu recebi quando estudava para concursos do Cespe e FEZ TODA DIFERENÇA NA HORA DE RESOLVER QUESTÕES!

Ao ler uma assertiva do Cespe, veja se você consegue encontrar algum erro no que ela está afirmando e pensando dessa maneira você irá resolver as questões com maior facilidade. Além disso, veremos em algumas assertivas que são bem “grandes”, mas se encontramos um único erro, já é suficiente para considera-lo errado.

Como consequência desse modo de análise, algumas características são comuns em questões do Cespe, por exemplo:

- Um item “incompleto” ou a existência de algumas exceções **NEM SEMPRE** tornam o item errado;
- Temos que ter cuidado com expressões do tipo: “**SEMPRE**”, “**NUNCA**”, “**DEVE**” etc.

1 – LISTA DE QUESTÕES

SEFAZ- RS -TTRE

1) Assinale a opção correspondente a item que, de acordo com o Pronunciamento Técnico n.º 04 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC-04), pode ser classificado como ativo intangível nas demonstrações contábeis e permite a sua avaliação mediante impairment test.

A sistema operacional de caminhões automatizados

B gasto com a extração de gás

C gasto com a exploração de petróleo

D sistema operacional de um computador

E direito cedido e licenciado para filme cinematográfico

2) Com relação a valor justo e suas características de mensuração ou de reconhecimento, assinale a opção correta.

A A busca exaustiva por todos os possíveis mercados a fim de se identificar o mercado principal para se mensurar determinado ativo é desnecessária, mas se devem observar todas as informações que estiverem disponíveis.

B A capacidade de geração de benefício econômico futuro não deve ser considerada para fins de mensuração do valor justo de ativos não financeiros.

C As técnicas de avaliação devem ser utilizadas de maneira consistente, observando-se a percepção do mercado sobre possível preço de compra e venda, excluindo-se premissas de risco.

D O reconhecimento inicial pelo preço comercializado e a manutenção desse valor nos registros dos anos subsequentes à transação dispensam a aplicação anual de técnicas de avaliação.

E As condições do mercado são secundárias na mensuração do valor justo: o risco de um ativo ser descontinuado depende diretamente das atividades operacionais do próprio negócio.

3) De acordo com o Pronunciamento Técnico n.º 16 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC-16), no que se refere a estoques, os gastos com o armazenamento de soja devem ser registrados nas demonstrações contábeis como

A produtos em elaboração.

B direitos a receber.

C despesa diferida.

D despesa do exercício.



E produtos acabados.

4) Chuvas intensas na região oeste do Rio Grande do Sul causaram perdas em uma propriedade rural que cultiva e armazena grãos de soja. No ano, entre os gastos adicionais da propriedade incluiu-se o gasto com a contratação de serviço de consultoria administrativa para definir ações de mitigação de risco do negócio. Nas demonstrações contábeis da propriedade, o referido gasto deverá ser registrado na conta de

A despesa antecipada.

B despesa do exercício.

C perdas e danos.

D produtos em elaboração.

E direitos a receber.

5) Em consonância com a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, prevista pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, assinale a opção correta, com relação a ativos.

A Os ativos não deverão ser reconhecidos em casos de incertezas, independentemente do seu benefício econômico futuro.

B Na ausência de informações sobre seu benefício econômico futuro, os ativos devem ser avaliados com medidas subjetivas.

C Os ativos poderão ser reconhecidos mesmo que não haja informação sobre o seu benefício econômico futuro.

D Mesmo que incertos, os ativos devem ser reconhecidos; entretanto, não se deve, nesse caso, observar sua relação de benefício econômico futuro.

E O grau de incerteza do ativo e o seu fluxo de benefícios econômicos futuros devem ser avaliados de maneira conjunta.

Texto 2A1-I

Para investimentos em títulos negociados no mercado, uma corretora oferece as opções I e II, ambas de fluxos contínuos e positivos, com as seguintes características:

opção I: livre de risco, com fluxo positivo de cinco anos e taxa anual de juros de 8%;

opção II: com certo grau de risco, com remuneração à taxa de juros de 8,8% ao ano.

A tabela a seguir mostra dois investimentos em títulos negociados no mercado, o primeiro seguindo a opção I e o segundo, a opção II.

	opção I	opção II
	valor investido	valor investido
1.º ano	R\$ 10.000	R\$ 20.000
2.º ano	R\$ 10.000	R\$ 5.000
3.º ano	R\$ 10.000	R\$ 5.000
4.º ano	R\$ 10.000	R\$ 5.000
5.º ano	R\$ 10.000	R\$ 15.000
total	R\$ 50.000	R\$ 50.000

6) Considerando que 3,9927 seja valor aproximado para e que posteriormente haverá registro contábil, infere-se do texto 2A1-I que, na opção I, o valor presente do investimento é

A superior a R\$ 40.000 e inferior a R\$ 40.500.

B superior a R\$ 40.500.

C inferior a R\$ 39.000.

D superior a R\$ 39.000 e inferior a R\$ 39.500.

E superior a R\$ 39.500 e inferior a R\$ 40.000.

7) Conforme o texto 2A1-I, no investimento que segue a opção II, há uma variação no fluxo de caixa durante os cinco anos. Considerando que 0,9191, 2,3348 e 0,6560 sejam, respectivamente, valores aproximados para $1,088^{-1}$, para $[1,088^{-2} + 1,088^{-3} + 1,088^{-4}]$ e para $1,088^{-5}$, comparando as opções I e II e admitindo que as informações sejam as expectativas mais precisas sobre os fluxos de caixa futuro, assinale a opção correta, adotando evidenciação em R\$ 1.000.

A O valor presente a ser evidenciado segundo a opção II será menor que na opção I.

B Se houver inflação de 0,5% no período, o valor presente segundo a opção II será menor que no caso de não existir inflação.

C Se a taxa de juros segundo a opção II aumentar, o valor presente nessa opção também aumentará.

D O valor presente para registro segundo a opção I é menor que na opção II.

E O valor presente a ser evidenciado será equivalente em ambas as opções.

8) Um ativo torna-se desvalorizado quando o valor contábil excede o valor recuperável. Nesse caso, o Pronunciamento Técnico n.º 01 (CPC-01) estabelece que o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em combinação de negócios deve ser testado a cada

- A três anos.
- B cinco anos.
- C semestre.
- D ano.
- E dois anos.

9) Sabe-se que o valor recuperável de uma unidade geradora de caixa é o maior valor entre valor justo líquido de despesas de venda e valor em uso. Nesse sentido, assinale a opção que apresenta uma possível unidade geradora de caixa, no caso de se determinar o montante recuperável.

- A empréstimo
- B financiamento
- C capital social
- D receita de vendas
- E veículo

10) Assinale a opção correspondente a ativo cuja exaustão pode ser registrada na contabilidade.

- A computadores e outros hardwares
- B reservas de petróleo e gás natural
- C instalações elétricas
- D estoque de produtos acabados
- E máquinas e equipamentos

11) De acordo com a legislação vigente, adiantamentos em dinheiro de uma empresa a seus fornecedores nacionais de mercadorias devem ser contabilizados

- A como despesa, no resultado do exercício.
- B no grupo de estoques, no ativo.
- C nas contas a receber, no ativo.
- D na conta de fornecedores, no passivo.
- E em resultados de exercícios futuros, no passivo.

12) Em muitos casos, a colocação de debêntures no mercado demanda a contratação de instituições financeiras para coordenar o processo, o que gera os chamados gastos com colocação de debêntures. Esses gastos

A integram os encargos financeiros e devem ser amortizados durante o prazo de vigência das debêntures.



B são reconhecidos como ativos financeiros e serão baixados à medida que as debêntures forem quitadas.

C integram o ativo intangível e são amortizados quando do pagamento das debêntures.

D são reconhecidos como despesas do período em que tiver sido feita a emissão dos títulos.

E são registrados como despesas antecipadas, apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo de vencimento das debêntures

13) Um técnico tributário, ao analisar ações judiciais nas quais a empresa XYZ S.A. figura como ré, identificou um processo decorrente de uma autuação fiscal no valor total de R\$ 1.000.000 e cujo julgamento final estava próximo. Considerando que a perda do processo pela XYZ S.A. era provável, os advogados da empresa e peritos independentes estimaram quatro cenários de probabilidades de desembolsos futuros, como mostra o quadro seguinte.

cenário	desembolso	probabilidade
1	R\$ 1.000.000	5%
2	R\$ 800.000	70%
3	R\$ 500.000	10%
4	R\$ 300.000	15%

Nesse caso, a empresa XYZ S.A. deverá reconhecer uma provisão de

- A R\$ 800.000.
- B R\$ 1.000.000.
- C R\$ 300.000.
- D R\$ 500.000.
- E R\$ 705.000.

14) Com relação ao tratamento contábil, um passivo contingente com “probabilidade possível” de saída de recursos deve

- A ser divulgado em notas explicativas.
- B ser reconhecido no patrimônio líquido, na conta de reservas.
- C ser reconhecido no passivo, na conta de ajustes de avaliação patrimonial.
- D não ser reconhecido no balanço patrimonial nem divulgado em notas explicativas.
- E ser reconhecido no passivo, na conta de provisões.

15) A contrapartida da saída financeira de uma operação de aquisição de ações da própria empresa (ações em tesouraria) deve ser reconhecida em uma conta de natureza

- A credora, no passivo circulante.
- B credora, no ativo não circulante.
- C devedora, no ativo não circulante.
- D devedora, no patrimônio líquido.
- E credora, no patrimônio líquido.

16) De acordo com a legislação vigente, em uma combinação de negócios sem a presença de transações forçadas, o adquirente deve mensurar os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos

A pelos custos correntes corrigidos na data da operação.

B pelos valores justos na data da aquisição.

C com base na correção integral das demonstrações contábeis.

D pelos valores de liquidação.

E pelos custos históricos.

17) A empresa Maquinário S.A. vendeu para a empresa Tapetes S.A. uma máquina própria para a confecção de tapetes de couro. A tabela seguinte mostra os eventos ocorridos nessa transação de compra e venda.

data	evento
10/1/2018	Tapetes S.A. contata Maquinário S.A., por <i>email</i> , interessada na compra da máquina para a confecção de tapetes
15/1/2018	assinatura do contrato de compra e venda da máquina; entrega do produto: 15/3/2018; pagamento em duas parcelas: em 15/2/2018 e em 16/4/2018
15/2/2018	pagamento da primeira parcela
15/3/2018	entrega da máquina, em plenas condições de uso
16/4/2018	pagamento da segunda parcela

Nesse caso, a data correta para o reconhecimento da receita pela Maquinário S.A. é

A 15/2/2018.

B 15/3/2018.

C 16/4/2018.

D 10/1/2018.

E 15/1/2018.

QUESTÃO 18

18) O método de custeio que permite alocar aos produtos custos e outros gastos da empresa, como despesas administrativas, operacionais e financeiras e juros sobre o capital próprio, denomina-se

A custeio direto.

B custo-padrão.

C custeio baseado em atividades (ABC).

D RKW.



E custeio real por absorção.

19) Conforme a legislação vigente, no balanço patrimonial consolidado, a participação dos acionistas não controladores é apresentada, de forma destacada, no

- A passivo circulante.
- B passivo não circulante.
- C patrimônio líquido.
- D ativo circulante.
- E ativo não circulante.

20) Na fiscalização dos estoques de uma empresa, o técnico tributário responsável recebeu apenas as seguintes informações:

- a empresa possui R\$ 100 de passivo não circulante;
- a empresa possui R\$ 100 de ativo não circulante (realizável a longo prazo);
- a empresa não possui despesas pagas antecipadamente.

Os índices de liquidez são os mostrados na tabela seguinte.

índice	valor calculado
geral	2,0
corrente	4,0
seca	2,8
imediate	2,8

Nesse caso, o valor dos estoques da empresa é igual a

- A R\$ 140.
- B R\$ 200.
- C R\$ 50.
- D R\$ 60.
- E R\$ 100.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CONTADOR

21) Se, em certo momento do exercício financeiro, os estoques de determinada empresa estiverem obsoletos e não representarem com fidelidade os saldos apresentados nas demonstrações contábeis, o indicador para demonstrar corretamente a tendência da empresa de cumprir, ou não, suas obrigações de curto prazo é o indicador de liquidez

A do endividamento.

B imediata.

C corrente.

D seca.

E geral.

22) A principal característica da análise horizontal das demonstrações financeiras de uma empresa é

A ser calculada como percentual de determinada conta em relação a um valor-base.

B comparar as posições da empresa com outros padrões do seu ramo de atuação.

C demonstrar a proporção das fontes e das aplicações de recursos da empresa.

D avaliar a situação da empresa independentemente das alterações inflacionárias.

E medir a evolução das contas, o que permite avaliar tendências futuras.

As tabelas a seguir apresentam as movimentações patrimoniais relativas aos meses de dezembro de 2017 e janeiro de 2018 de uma sociedade empresária que utiliza o regime de competência contábil

pagamento		
data	despesa relativa a	valor (R\$)
janeiro de 2018	dezembro de 2017	43.000
dezembro de 2017	janeiro de 2018	84.000
dezembro de 2017	dezembro de 2017	47.000

recebimento		
data	receita de	valor (R\$)
janeiro de 2018	venda relativa a dezembro de 2017	77.000
dezembro de 2017	serviços prestados em janeiro de 2018	48.000
dezembro de 2017	venda relativa a dezembro de 2017	39.000

23) Desconsiderados eventuais tributos incidentes e encargos financeiros incorridos, as transações constantes das tabelas precedentes indicam que, no mês de dezembro de 2017, houve

A prejuízo superior a R\$ 25.000 e inferior a R\$ 40.000.

B lucro superior a R\$ 10.000 e inferior a R\$ 20.000.

C lucro superior a R\$ 20.000 e inferior a R\$ 30.000.

D prejuízo inferior a R\$ 10.000.

E prejuízo superior a R\$ 10.000 e inferior a R\$ 25.000.

24) De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a apuração do valor realizável líquido do estoque de produtos semiacabados em uma sociedade empresária industrial, basta que sejam deduzidas da receita de venda estimada no curso normal dos negócios as despesas estimadas para a venda e o

A montante de custos gerais para acabamento.

B custo total estimado para a conclusão do produto.

C valor de mercado dos insumos envolvidos na produção.

D valor dos custos diretos necessários à conclusão do estoque.

E custo de oportunidade do negócio.

25) Determinada sociedade adquiriu, por R\$ 180.000, um equipamento, que ficou disponível para uso em condições operacionais em 2/1/2008. Sabe-se que:

- ✓ a vida útil do bem foi estimada em 10 anos;
- ✓ a empresa costuma constituir um valor residual de 10% para todos os seus equipamentos e utilizar o método linear para a aplicação da depreciação;
- ✓ ao final do oitavo ano de utilização do equipamento, a empresa constatou que a venda do bem geraria um caixa líquido de R\$ 50.000; a empresa constatou também, ao final do oitavo ano de utilização do bem, que o equipamento, se continuar em operação, gerará retornos líquidos de caixa de R\$ 38.000.

Nessa situação hipotética, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R3) — redução ao valor recuperável de ativos —, ao final do oitavo ano de utilização do bem, a empresa deverá constituir uma provisão para perda de valor recuperável

A inferior a R\$ 1.000.

B superior a R\$ 1.000 e inferior a R\$ 5.000.

C superior a R\$ 5.000 e inferior a R\$ 10.000.

D superior a R\$ 10.000 e inferior a R\$ 20.000.

E superior a R\$ 20.000.

26) A tabela a seguir apresenta as contas e os respectivos saldos, em reais, do patrimônio líquido de uma empresa, ao final de certo exercício.

Capital subscrito 1.000.000

Capital a integralizar 250.000

Reserva de ágio em ações 15.000

Reserva legal 100.000

Reserva para contingências 50.000

Ajuste de avaliação patrimonial 75.000

Prejuízos acumulados 5.000

Ações em tesouraria 25.000

Considerando-se que os instrumentos financeiros com reconhecimento do valor justo no patrimônio líquido tenham apresentado desvalorização no período, é correto afirmar que o patrimônio líquido dessa empresa é igual a

A R\$ 1.510.000.

B R\$ 710.000.



C R\$ 810.000.

D R\$ 860.000.

E R\$ 960.000.

27) O balanço patrimonial comparativo de determinada empresa apresentava os seguintes saldos, em reais, nas contas ativas e passivas, ao final do ano 20X1

	20X0	20X1
caixa	1.500	2.300
duplicatas	500	1.000
estoques	1.000	1.500
móveis	1.200	1.500
depreciação	200	320
terrenos	2.000	3.000
participações	500	2.640
fornecedores	1.000	2.000
empréstimos	1.000	1.470
imposto de renda	0	1.050
capital	4.500	6.000
reservas de lucros	0	1.100

Com base nessas informações, é correto afirmar que o fluxo de caixa das atividades operacionais apurado pelo método indireto

A gerou R\$ 3.120 em caixa.

B gerou R\$ 1.120 em caixa.

C consumiu R\$ 3.440 em caixa.

D consumiu R\$ 3.120 em caixa.

E gerou R\$ 3.440 em caixa.

28) Julgue os próximos itens, a respeito do tratamento de ativos intangíveis, conforme pronunciamento do CPC.

I O início da amortização dos ativos intangíveis, que se caracterizam como itens imateriais, não depende da colocação desse tipo de ativo em condições operacionais.

II Caso não seja possível definir o padrão de consumo do item intangível ou caso a definição dada não seja confiável, a amortização do ativo intangível deverá ser realizada pelo método linear.



III O reconhecimento de um ativo intangível gerado internamente é possível, desde que sejam identificados os custos incorridos para sua geração e preenchidos os requisitos normativos para seu reconhecimento.

Assinale a opção correta.

A Apenas o item I está certo.

B Apenas o item II está certo.

C Apenas os itens I e III estão certos.

D Apenas os itens II e III estão certos.

E Todos os itens estão certos.

29) Com relação a procedimentos contábeis diversos, julgue os itens seguintes.

I Uma sociedade deve registrar uma provisão sempre que, em função de seu compromisso público e de sua reputação, for exigível um sacrifício de bens que possam gerar benefícios econômicos para ela, ainda que não haja legislação ou compromisso contratual que a obrigue a fazê-lo.

II Na demonstração de resultado do período, contas como custo da mercadoria ou dos produtos vendidos, despesas administrativas, despesas comerciais e despesas financeiras constituem despesas denominadas em conformidade com sua natureza.

III A demonstração de mutações do patrimônio líquido não é obrigatória, de acordo com a Lei n.º 6.404/1976, apesar da relevância dessa demonstração para o entendimento de fatos que possam modificar o patrimônio social de uma empresa em dado período.

Assinale a opção correta.

A Apenas o item I está certo.

B Apenas o item II está certo.

C Apenas os itens I e III estão certos.

D Apenas os itens II e III estão certos.

E Todos os itens estão certos.

30) Uma empresa pretende vender um de seus equipamentos industriais usados a outra empresa do mercado, pelo valor de R\$ 399.300, a ser recebido em parcela única dois anos exatos após a venda. A taxa de juros implícita da operação é de 10% ao ano. Nessa situação hipotética, no momento da venda em questão, a empresa deve contabilizar

A um valor superior a R\$ 360.000 como contas a receber.

B uma receita de R\$ 400.000 pela venda do imobilizado.

C um valor de juros a transcorrer superior a R\$ 70.000.

D um valor a receber inferior a R\$ 350.000.

E uma receita de juros inferior a R\$ 70.000.



CAGE-RS – AUDITOR DO ESTADO

31) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** Sabendo que a contabilidade registra apenas os eventos contábeis que impactam economicamente a equação básica contábil: ativo = passivo + patrimônio líquido, assinale a opção correspondente a evento que afeta a equação contábil.

- a) análise de proposta de fornecedor
- b) anúncio de imóveis para venda em sítios da Internet
- c) cotação de empréstimos em estabelecimentos bancários
- d) contratação de empregados
- e) aquisição de materiais à vista

32) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** As informações contábeis devem ser mensuradas e divulgadas a diversos usuários. Considerando as necessidades específicas de cada usuário quanto às informações contábeis, julgue os itens a seguir.

I As instituições financeiras estão interessadas em informações relativas ao endividamento da empresa e à existência de liquidez suficiente para que ela honre com o pagamento dos empréstimos adquiridos.

II Nas suas análises, o investidor busca avaliar a empresa que seja mais lucrativa e que pague maiores dividendos.

III As agências reguladoras, no cumprimento de suas funções, apuram o lucro tributável das concessionárias de serviço público com o objetivo de fiscalizar a execução de suas atribuições legais.

IV O empregado está interessado na demanda do mercado pelo produto fabricado pela empresa e no preço necessário para que se atinja a margem de lucro esperada.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

33) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** Assinale a opção que apresenta a premissa subjacente para a elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual.

- A relevância
- B tempestividade



C essência econômica sobre a forma jurídica
D representação fidedigna
E continuidade

34) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** No início de sua constituição, determinada empresa possuía patrimônio líquido composto por um capital integralizado no valor de R\$ 12.000. No primeiro ano de atividade, a sociedade obteve R\$ 4.000 de lucros: R\$ 1.000 foram destinados para o pagamento de dividendos, e o restante, para a constituição de reservas. No segundo ano, a sociedade apurou um prejuízo de R\$ 2.000.

Com referência a essa situação hipotética, é correto afirmar que o valor do patrimônio líquido da empresa no final do segundo ano foi de

- a) R\$ 15.000.
- b) R\$ 14.000.
- c) R\$ 13.000.
- d) R\$ 12.000.
- e) R\$ 16.000.

35) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** Na equação patrimonial $\text{ativo} = \text{passivo} + \text{patrimônio líquido}$,

- a) o patrimônio líquido está diretamente relacionado ao ativo.
- b) o patrimônio líquido está diretamente relacionado ao passivo.
- c) o ativo está inversamente relacionado ao passivo.
- d) o ativo está inversamente relacionado ao patrimônio líquido.
- e) o passivo está diretamente relacionado ao patrimônio líquido.

36) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** Se, ao final de determinado ano, o ativo de uma empresa era de R\$ 60.000 e o passivo, de R\$ 200.000, então o valor de seu patrimônio líquido era

- a) negativo em R\$ 140.000.
- b) negativo em R\$ 260.000.
- c) igual a R\$ 260.000.
- d) igual a R\$ 200.000.
- e) igual a R\$ 140.000.

37) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** Um registro de débito na contabilidade de uma empresa tem o efeito de

- a) aumentar os ativos e reduzir os passivos.
- b) aumentar tanto os ativos como os passivos.
- c) reduzir tanto os ativos como os passivos.
- d) neutralidade: não altera nem os ativos nem os passivos.



e) reduzir os ativos e aumentar os passivos.

38) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** A respeito do ciclo contábil, julgue os itens a seguir.

I Compõem o ciclo contábil o registro das transações no diário e no razãoete, a preparação do balancete após ajustes e os registros de encerramento.

II Elaborar os papéis de trabalho é parte inicial na programação do ciclo contábil, momento em que são traçados os objetivos de todo o processo.

III As fases do ciclo contábil podem ser descritas como: captação, reconhecimento, processo de acumulação, sumarização e evidenciação.

IV A elaboração das demonstrações financeiras relativas a cada exercício social não necessariamente deve seguir o ciclo contábil.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

39) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** A respeito das contas de receitas e despesas, assinale a opção correta.

a) As contas de receitas e despesas são contas de resultado, também denominadas de contas temporárias, pois seus saldos são encerrados para a apuração do resultado da entidade.

b) As contas de receitas e despesas, denominadas contas patrimoniais, são encerradas no final do período para a apuração do resultado.

c) Despesa corresponde à entrada de elementos para o ativo, sob a forma de dinheiro ou de direitos a receber.

d) Receitas representam o reconhecimento de um passivo, com o aumento de obrigações a serem cumpridas para com clientes.

e) As contas de despesas são de natureza credora, e as contas de receita são de natureza devedora.

40) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** A respeito do regime de competência e dos livros contábeis, julgue os itens a seguir.

I No regime de competência, as receitas são reconhecidas quando são ganhas, mesmo que não recebidas.

II No lançamento em livro diário, devem-se descrever o título e o saldo da conta.

III No livro razão, o confronto dos créditos e dos débitos denomina-se saldo.

IV De acordo com o regime de competência, as receitas e as despesas são consideradas em função dos recebimentos ou dos pagamentos.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

41) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** Considerando o disposto no Código Civil sobre o livro diário, assinale a opção correta.

- a) A prescrição ou decadência dos atos consignados no diário não eximem o empresário e a entidade empresária da sua guarda por um prazo adicional de cinco anos.
- b) Antes de ser colocado em uso, o livro diário deverá ser autenticado no Registro Público de Empresas Mercantis, salvo disposição especial de lei.
- c) Mesmo no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica, o diário não poderá ser substituído por fichas.
- d) O balanço patrimonial e o de resultado econômico devem ser lançados em livro distinto do diário.
- e) No diário, deve constar unicamente a assinatura do técnico em ciências contábeis legalmente habilitado e responsável pelos lançamentos nele efetuados.

42) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor de Estado/2018)** Assinale a opção correspondente a preceito legal aplicável às demonstrações contábeis elaboradas por sociedade anônima.

- a) As contas de natureza semelhante que apresentem pequenos saldos devem ser agrupadas em contas de designações genéricas.
- b) A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados indicará o montante do lucro por ação do capital social.
- c) A duração do exercício social não pode ser inferior a um ano.
- d) Eventos subsequentes à data de encerramento do exercício social serão evidenciados em notas explicativas sempre que tragam, ou venham a trazer, impactos relevantes na situação financeira e no resultado futuro da empresa.
- e) É vedado às companhias fechadas utilizar-se das normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para fins de elaboração de suas demonstrações contábeis.

43) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor de Estado/2018)** A companhia se insere no seguimento de comércio, importação e exportação de conservas alimentícias, doces, geleias, sucos, frutas, cereais e outros produtos alimentícios em geral e seus derivados.



Considerando-se que o texto apresentado é parte de uma nota explicativa, é correto afirmar que se trata de informação de contexto

- a) fiscal.
- b) legal.
- c) formal.
- d) jurídico.
- e) operacional.

44) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor de Estado/2018)** Na elaboração do balanço patrimonial relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, determinada sociedade anônima adotou os procedimentos a seguir.

I O resultado positivo do período foi apresentado em uma conta específica do patrimônio líquido, denominada lucros ou prejuízos acumulados.

II Para fins de avaliação contábil, considerou-se o valor justo das matérias-primas como o preço pelo qual esses ativos poderiam ter sido vendidos pela empresa na data do balanço.

III Os saldos devedores e credores em que não havia direito de compensação foram apresentados separadamente.

IV As doações e subvenções para investimentos foram classificadas no patrimônio líquido como reservas de capital.

V As ações em tesouraria foram apresentadas no balanço retificando a conta de patrimônio líquido que registrava a origem dos recursos utilizados na sua aquisição.

Estão em conformidade com o disposto na legislação societária apenas os procedimentos constantes dos itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e V.
- e) IV e V.



45) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor de Estado/2018)** Acerca dos registros de operações típicas empresariais, das operações com mercadorias e estoques, da apuração do resultado e de dividendos, julgue os itens a seguir.

I No fluxo de caixa, a compra de um terreno à vista é considerada uma atividade de investimento.

II Os abatimentos são obtidos ou concedidos em virtude de as empresas realizarem grandes compras de mercadorias.

III Os dividendos pagos no exercício são calculados na apuração do resultado, como dedutíveis de IRPJ e CSLL.

IV O pagamento de fretes de mercadorias enviadas a clientes não implica ajuste da conta estoques no sistema de inventário permanente.

Estão certos apenas os itens

A I e II.

B I e IV.

C II e III.

D I, III e IV.

E II, III e IV.

46) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** Se o grau de alavancagem financeira de determinada sociedade anônima for igual a 1,35, isso significa que

a) o retorno para os acionistas é 135% maior que aquele que obteriam caso a empresa fosse financiada exclusivamente com capital próprio.

b) o retorno para os acionistas é 35% maior que aquele que obteriam caso a empresa fosse financiada exclusivamente com capital próprio.

c) os recursos de terceiros são 1,35 vezes maiores que os recursos próprios da referida empresa.

d) os recursos próprios dessa empresa são 1,35 vezes maiores que os recursos de terceiros.

e) o retorno para os acionistas é 35% maior que aquele que obteriam caso a empresa fosse financiada exclusivamente pelo capital de terceiros.

47) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** Assinale a opção correspondente a situação que afeta simultaneamente o ciclo operacional e o ciclo financeiro de uma empresa industrial bem como impacta positivamente o giro dos negócios.

a) aumento do prazo médio de fabricação

b) redução do prazo médio de pagamento aos fornecedores

c) aumento do prazo médio de pagamento aos fornecedores

d) redução do prazo médio de cobrança

e) aumento do prazo médio de estocagem de produtos acabados



48) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** Com relação aos indicadores de uma empresa adquirente, a compra à vista de estoques junto a fornecedores

- a) aumenta os índices de liquidez seca e liquidez imediata e mantém os índices de liquidez corrente e de liquidez geral nos patamares anteriores à ocorrência da transação.
- b) reduz os índices de liquidez seca e de liquidez imediata e mantém os índices de liquidez corrente e de liquidez geral nos patamares anteriores à ocorrência da transação.
- c) aumenta os índices de liquidez corrente e de liquidez geral e mantém os índices de liquidez seca e de liquidez imediata nos patamares anteriores à ocorrência da transação.
- d) aumenta os índices de liquidez corrente e de liquidez seca e mantém os índices de liquidez geral e de liquidez imediata nos patamares anteriores à ocorrência da transação.
- e) reduz os índices de liquidez seca e de liquidez imediata e aumenta os índices de liquidez geral e de liquidez corrente.

49) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** Se, para determinada empresa, o grau de imobilização de capitais permanentes apresenta valor inferior a 1,0, então

- a) a participação das aplicações permanentes da empresa em seu ativo total não é relevante.
- b) a empresa trabalha mais com capital de terceiros do que com capital próprio.
- c) a empresa trabalha mais com recursos de curto prazo do que com recursos de longo prazo.
- d) uma parcela dos recursos da empresa aplicados em investimentos de caráter permanente é financiada por dívidas de curto prazo.
- e) os recursos permanentes da empresa são insuficientes para financiar suas aplicações de caráter permanente.

50) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** A respeito do indicador retorno sobre o investimento, julgue os itens a seguir.

I Duas empresas podem apresentar a mesma taxa de retorno, mas com margem de lucro e giro de ativo totalmente diferentes.

II Ao implantar um sistema de gestão de estoques que adota a manutenção de nível mínimo de estoque como premissa, a expectativa da empresa é que, mantido o mesmo nível de vendas, o giro do ativo venha a aumentar.

III Aumentar o giro do ativo sem aumentar simultaneamente a margem de lucro não é suficiente para provocar uma variação positiva na taxa de retorno sobre o investimento.

IV O volume de vendas não é uma variável relevante para o cálculo da margem de lucro de uma empresa.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item IV está certo.



- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Apenas os itens III e IV estão certos.

51) **(CESPE/SEFAZ-RS/Auditor do Estado/2018)** A construção da contabilidade de custos, a partir da contabilidade societária pré-industrial, exigiu o desenvolvimento de novas terminologias e novas regras que se adaptaram aos procedimentos e às práticas contábeis vigentes. Com relação a esse assunto, julgue os itens a seguir.

I Sendo a despesa um bem ou serviço consumido com vistas à obtenção de uma receita, a expressão custo das mercadorias vendidas é tecnicamente incorreta: é, antes, uma despesa do que um custo.

II O custeio por absorção está apoiado no regime de competência: só se registram em contas de resultado os custos fixos e os variáveis dos produtos e das mercadorias que tenham sido efetivamente vendidos.

III Um contrato de manutenção de equipamentos industriais com cláusula de reajuste periódico pelo índice de preços é um exemplo de custo variável.

IV Se o salário do pessoal da área produtiva for contratado por mês e não por peça produzida, o custo da mão de obra torna-se um custo indireto.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) II e III
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) I, III e IV.

52) **(CESPE/SEFAZ-RS/Auditor do Estado/2018)** A departamentalização auxilia na alocação racional de custos aos produtos, mas exige que seus diversos componentes estejam adequadamente conceituados e mensurados. Para a contabilidade de custos, um desses componentes é a unidade mínima de acumulação de custos indiretos, conceito que define

- a) os departamentos de serviços.
- b) os centros de custos.
- c) a gerência de administração da produção
- d) a equipe de contabilidade de custos.
- e) os departamentos de produção.

53) **(CESPE/SEFAZ-RS/Auditor do Estado/2018)** Para apurar seus custos unitários de produção pelo custeio por absorção, determinada indústria utiliza um sistema de acumulação contínua de custos, controlados por meio da média ponderada móvel. No último período, a indústria trabalhou 200.000 unidades de seu único produto, concluindo 80% delas. As unidades não concluídas estavam



80% acabadas do ponto de vista dos custos de matérias-primas e 40% acabadas do ponto de vista dos custos de conversão.

A empresa apurou custos unitários de 12 UM (unidades monetárias) com matéria-prima direta, 4 UM com mão de obra direta e 16 UM com custos gerais de produção. Nessa situação hipotética, o valor do estoque final de produto semiacabado foi de

- A 1.280.000 UM.
- B 5.120.000 UM.
- C 6.400.000 UM.
- D 448.000 UM.
- E 704.000 UM.

54) **(CESPE/SEFAZ-RS/Auditor do Estado/2018)** O custeio por absorção pode ser aplicado a partir de diferentes metodologias de acumulação de custos, as quais incluem a produção por ordem de serviços e a produção contínua que, apesar de apresentarem diferenças significativas, também apresentam algumas semelhanças. Essas semelhanças incluem

- A o emprego das mesmas contas básicas de produção.
- B a utilização de equivalentes de produção.
- C idêntico grau de complexidade: ambas trabalham com produtos significativamente diferenciados.
- D o fluxo regular de produtos ao longo de todo o processo de fabricação.
- E o uso do mesmo documento-chave de controle de custos.

55) **(CESPE/SEFAZ-RS/Auditor do Estado/2018)** Uma empresa atinge seu ponto de equilíbrio ao vender 50 mil unidades de seu único produto. Caso ela aumente suas vendas em 5% — mantidos custos e preços —, ela obterá um lucro de R\$ 150 mil.

Nesse caso, o valor de sua margem de contribuição unitária será

- a) inferior a R\$ 5.
- b) superior a R\$ 5 e inferior a R\$ 25.
- c) superior a R\$ 25 e inferior a R\$ 45.
- d) superior a R\$ 45 e inferior a R\$ 65.
- e) superior a R\$ 65.

56) **(CESPE/SEFAZ-RS/Auditor do Estado/2018)** Os dados a seguir foram extraídos da contabilidade gerencial de uma empresa:

Custos e despesas fixas totais: R\$ 300.000;
Custos e despesas variáveis unitárias: R\$ 45;
Preço de venda: R\$ 60;



Faturamento no mês mais recente: R\$ 1.290.000.

A partir dessas informações, é correto afirmar que, no mês considerado, a margem de segurança da empresa

- a) inexistiu.
- b) foi inferior a 1.000 unidades.
- c) ficou entre 1.000 unidades e 2.000 unidades.
- d) ficou entre 2.000 unidades e 3.000 unidades.
- e) foi superior a 3.000 unidades.

57) **(CESPE/SEFAZ-RS/Auditor do Estado/2018)** Para determinada empresa, a margem de contribuição de seu único produto é de R\$ 18 e os custos fixos, de R\$ 270.000. Visando aumentar a lucratividade, a empresa decidiu utilizar matéria-prima de melhor qualidade, o que lhe permitirá, ao mesmo preço de venda e sem aumentar seus custos fixos, ampliar significativamente suas vendas. A nova matéria-prima aumentará em 5% o total de custos variáveis, que já somam 60% da receita de vendas.

Nessa situação hipotética, o ponto de equilíbrio será atingido se as vendas da empresa aumentarem de $i\%$, em que

- a) $3 \leq i \leq 5$.
- b) $5 \leq i \leq 7$.
- c) $7 \leq i \leq 9$.
- d) $i \geq 13$
- e) $i = 0$.



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS -BA

58) De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na demonstração de fluxo de caixa, quando do pagamento de empréstimo bancário, a parcela relativa a juros e a parcela relativa à amortização do principal classificam-se:

- A) atividade de financiamento, em ambos os casos.
- B) atividade operacional, em ambos os casos.
- C) atividade operacional e atividade de investimento, respectivamente.
- D) atividade de investimento e atividade de financiamento, respectivamente.
- E) atividade operacional e atividade de financiamento, respectivamente.

59) De acordo com o CPC, constitui exemplo de fluxo de caixa associado a atividades de investimento:

- A) o pagamento a empregados ou por conta de empregados.
- B) o pagamento a fornecedores de mercado de serviços.
- C) o recebimento de caixa decorrente de royalties.
- D) o recebimento de caixa por seguradora de prêmios e sinistro.
- E) o ganho ou a perda na alienação de imóveis.

60) Segundo o CPC 25, um passivo deve ser reconhecido quando a sua ocorrência for provável, isto é, quando a probabilidade da sua ocorrência for:

- A) igual a 20%
- B) superior a 20% e inferior a 30%.
- C) superior a 30% e inferior a 40%.
- D) superior a 40% e inferior a 50%.
- E) superior a 50%.

61) A mutação que ocorre no PL durante um período, vindo de transações e outros eventos não derivados de transações com os sócios na qualidade de proprietário é evidenciada pela demonstração contábil:



- A) de DMPL
- B) de DOAR
- C) de DFC
- D) de DVA
- E) de resultados abrangentes.

62) A mensuração do valor justo de um ativo já registrado relaciona-se:

- A) ao ponto de vista de um participante da gestão.
- B) às premissas sobre risco, envolvendo a precificação.
- C) ao total da NF de entrada na data da compra.
- D) ao preço de transferência entre empresas coligadas.
- E) à ausência de estimativa do mercado para a precificação.

63) Conforme o disposto na lei 6404/1976, a participação de empregados no resultado líquido da empresa será efetivada se houver:

- A) saldo positivo após a dedução de prejuízos e impostos sobre a renda.
- B) constituição de reserva de lucros anterior à referida participação.
- C) proposta de distribuição de resultado líquido do exercício.
- D) constituição de reserva de legal anteriormente à referida participação.
- E) constituição de reserva para contingências anteriormente à referida participação.

64) A empresa Catex S.A., quando da finalização de seu resultado ao final do ano, apresentava lucro de R\$ 288.500, antes do imposto sobre a renda, o qual seria R\$ 43.275. Na empresa, há acordo de participação nos resultados dos empregados e diretores nos percentuais de 10% e 5%, respectivamente.

Nessa situação hipotética, considerando-se o disposto na Lei 6404/76, o valor total a ser distribuído aos diretores é:

- A) R\$ 24522, 50
- B) R\$ 28850,00



- C) R\$ 11035, 13
- D) R\$ 14425,00
- E) R\$ 12261,25

65) Segundo o CPC 36, as demonstrações consolidadas devem ser apresentadas pela empresa:

- A) investidora com controle acionário.
- B) coligada sem controle acionário.
- C) investida de grande porte.
- D) investidora sem controle acionário.
- E) investida de porte médio.

66) Conforme alteração na Lei 6404/76 pela Lei 11638/07, determinada demonstração contábil passou a ser optativa para as companhias abertas. A referida demonstração contábil é:

- A) BP
- B) DRE
- C) DFC
- D) DOAR
- E) DVA

67) Considere que o estatuto de determinada companhia aberta seja omissivo quanto à distribuição de dividendos. Nesse caso, a lei 6404/76 prevê que, após a constituição das reservas, sobre o LLE, os acionistas terão direito a:

- A) 10%
- B) 20%
- C) 35%
- D) 45%
- E) 50%



EBSERH – 2018 – ANALISTA CONTÁBIL

68) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** Ao se ajustar o fluxo de caixa de um negócio a valor presente, não havendo possibilidade de estimar confiavelmente o prêmio de risco envolvido, poder-se-á optar pela taxa de juros livre de risco, externa ao negócio, como taxa de desconto.

69) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** Para que um ativo financeiro seja mensurado ao custo amortizado, é necessário que suas cláusulas contratuais prevejam fluxos de caixa exclusivamente de principal e juros sobre esse principal, nas datas previamente acordadas, e que o modelo de negócio em que o ativo esteja inserido tenha por objetivo receber esses fluxos de caixa contratuais.

70) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** A utilização de ações disponíveis em tesouraria para a captação de caixa por meio do ingresso de novos acionistas não controladores na entidade constitui um tipo de receita.

71) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** Se uma empresa for adquirida em uma combinação de negócios e, inesperadamente, após a aquisição, o adquirente obtiver um ganho com a liquidação em condições vantajosas de um passivo da adquirida, tal ganho representará um goodwill.

72) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** Situação Hipotética. Um fornecedor de equipamentos industriais vendeu, à vista, uma máquina por um valor 10% abaixo do valor habitual de mercado. As partes envolvidas não tinham qualquer outro tipo de relacionamento a não ser a transação descrita, não se achavam constrangidas de qualquer forma e possuíam pleno conhecimento sobre o mercado e as características do negócio que realizavam.

Assertiva: Nessa situação, na data da realização da transação, o preço acordado foi o seu valor justo.

73) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** Ajustes de exercícios anteriores afetam a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, desde que sejam derivados de fatos subsequentes.

74) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** O valor pago na aquisição de um imóvel destinado a locação a terceiro é exemplo de fluxo de caixa decorrente de atividades de investimento.

75) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** Na demonstração do resultado do exercício, as receitas devem ser apresentadas pelo critério de competência, avaliados segundo o seu custo histórico.



76) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** Uma empresa que tenha adquirido insumos de terceiros para seu processo produtivo deve apresentar esses valores na seção da demonstração do valor adicionado destinado à demonstração da riqueza criada pela entidade.

77) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** Apesar de ser facultativa, segundo a legislação societária, a demonstração das mutações do patrimônio líquido integra o rol de demonstrações financeiras classificadas como obrigatória pelo CPC.

78) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** Situação hipotética: Uma empresa adquiriu o equipamento industrial X, com vida útil estimada de 10 anos e capacidade de processamento de um milhão de peças. X custou R\$ 350 mil e apresentou a produtividade de 80 mil peças no primeiro ano e 120 mil peças no segundo ano.

No final do primeiro trimestre do terceiro ano de utilização de X, quando há haviam sido produzidas mais 40 mil peças, a empresa resolveu substituir esse equipamento por um mais moderno, tendo realizado a venda de X por R\$ 270 mil. A depreciação foi calculada pelo método das unidades produzidas.

Assertiva: Nessa situação, a empresa realizou uma perda com baixa de x.

79) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** Enquanto o custo deduzida da depreciação, amortização ou exaustão, revisado periodicamente pela avaliação de recuperabilidade do valor investido, é o critério de avaliação de ativos imobilizados na maior parte das empresas, nas empresas agrícolas, os ativos biológicos devem, em geral, ser avaliados a valor justo.

80) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** A constatação de que o valor de mercado das ações de uma empresa é inferior ao seu valor patrimonial é um indicativo externo de que seus ativos podem estar sobreavaliados, sinalizando a necessidade de realização de teste de recuperabilidade do valor patrimonial desses ativos.

Uma empresa adquiriu R\$ 220.000,00 de materiais para a produção, sendo recuperáveis R\$ 20.000,00 de IPI e R\$ 24.000,00 de ICMS.

Considerando essa situação hipotética, julgue os seguintes itens a respeito do tratamento contábil aplicável aos impostos e às contribuições.

81) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** O lançamento contábil a ser realizado no término do período da apuração do IPI deverá ser o seguinte.

D – IPI a recuperar R\$ 20.000,00
C – IPI a recolher R\$ 20.000,00

82) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** O lançamento contábil a ser realizado na data de aquisição dos materiais deverá ser o seguinte:

D – Estoque de matérias primas 176.000,00
D – IPI a recuperar 20.000,00
D – ICMS a recuperar 24.000,00
C – Fornecedores 220.000,00



2 – QUESTÕES RESOLVIDAS

SEFAZ- RS -TTRE

1) Assinale a opção correspondente a item que, de acordo com o Pronunciamento Técnico n.º 04 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC-04), pode ser classificado como ativo intangível nas demonstrações contábeis e permite a sua avaliação mediante impairment test.

- A sistema operacional de caminhões automatizados
- B gasto com a extração de gás
- C gasto com a exploração de petróleo
- D sistema operacional de um computador
- E direito cedido e licenciado para filme cinematográfico

Comentários:

De acordo com o CPC 04, Ativo Intangível é um **ativo não monetário identificável sem substância física**. Os direitos classificados no Intangível são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, e devem ser submetidos ao teste de recuperabilidade.

Ativo intangível

Valor de aquisição

(-) Amortização acumulada

(-) Ajuste ao valor recuperável

Vamos analisar as opções apresentadas para verificarmos qual se encaixa na definição de um ativo Intangível:

A) sistema operacional de caminhões automatizados. **Errado**, pessoal, essa opção é interessante. Segundo o CPC 04,

4. Alguns ativos intangíveis podem estar contidos em elementos que possuem substância física, como um disco (como no caso de software), documentação jurídica (no caso de licença ou patente) ou em um filme. Para saber se um ativo que contém elementos intangíveis e tangíveis deve ser tratado como ativo imobilizado ou como ativo intangível a entidade avalia **qual elemento é mais significativo**. Por exemplo, um software de uma máquina-ferramenta controlada por computador que não funciona sem esse software específico é parte integrante do referido equipamento, devendo ser tratado como ativo imobilizado. O mesmo se aplica ao sistema operacional de um computador. Quando o software não é parte integrante do respectivo hardware, ele deve ser tratado como ativo intangível.





Computador que só funciona com software específico

			
R\$	100.000,00		
			
R\$	30.000,00		
PC só funciona com software			
		Ativo imobilizado	
		R\$	130.000,00

Computador que funciona sem software específico

			
R\$	100.000,00		
			
R\$	30.000,00		
Funciona sem o hardware			
		Ativo imobilizado	R\$ 100.000,00
		Ativo intangível	R\$ 30.000,00

Voltando à nossa questão, o sistema operacional de caminhões automatizados são partes integrantes do Imobilizado e não representam um Ativo Intangível; são classificados no **Imobilizado**.

B) gasto com a extração de gás. **Errado**, esses gastos podem ser tratados como custo de produção ou despesas do período.

C) gasto com a exploração de petróleo. **Errado, mesma explicação anterior**.

D) sistema operacional de um computador. **Errado**, o sistema operacional do computador é um elemento essencial ao funcionamento do mesmo, portanto, classifica-se como Imobilizado.

A questão foi alvo de diversos recursos e o Cespe ANULOU a mesma e apresentou a seguinte justificativa:

Há duas respostas possíveis para a questão, tendo em vista que o *software*, quando não for parte integrante do respectivo *hardware*, deve ser tratado como ativo intangível.

E) direito cedido e licenciado para filme cinematográfico. **Correto**, esse foi o gabarito inicial e, em nosso entendimento, está correto. O item 09 do CPC – 04 afirma:

9. As entidades frequentemente despendem recursos ou contraem obrigações com a aquisição, o desenvolvimento, a manutenção ou o aprimoramento de recursos intangíveis como conhecimento científico ou técnico, projeto e implantação de novos processos ou sistemas, licenças, propriedade intelectual, conhecimento mercadológico, nome, reputação, imagem e marcas registradas (incluindo nomes comerciais e títulos de publicações). Exemplos de itens que se enquadram nessas categorias amplas são: softwares, patentes, direitos autorais, **direitos sobre filmes cinematográficos**, listas de clientes, direitos sobre hipotecas, licenças de pesca, quotas de importação, franquias, relacionamentos com clientes ou fornecedores, fidelidade de clientes, participação no mercado e direitos de comercialização.

Assim sendo, o direito que a Netflix possui para transmitir filmes representa um Ativo Intangível que deve ser amortizado de acordo com a vida útil, que pode ser o prazo de concessão, e está sujeito ao Teste de Recuperabilidade.

Gabarito Definitivo→Anulada

2) Com relação a valor justo e suas características de mensuração ou de reconhecimento, assinale a opção correta.

A A busca exaustiva por todos os possíveis mercados a fim de se identificar o mercado principal para se mensurar determinado ativo é desnecessária, mas se devem observar todas as informações que estiverem disponíveis.

B A capacidade de geração de benefício econômico futuro não deve ser considerada para fins de mensuração do valor justo de ativos não financeiros.

C As técnicas de avaliação devem ser utilizadas de maneira consistente, observando-se a percepção do mercado sobre possível preço de compra e venda, excluindo-se premissas de risco.

D O reconhecimento inicial pelo preço comercializado e a manutenção desse valor nos registros dos anos subsequentes à transação dispensam a aplicação anual de técnicas de avaliação.

E As condições do mercado são secundárias na mensuração do valor justo: o risco de um ativo ser descontinuado depende diretamente das atividades operacionais do próprio negócio.

Comentários:



O CPC 46 – Valor Justo está sendo bastante cobrado pela banca Cespe. Sempre aparece uma questõzinha, pelo menos, nas provas. Fiquem de olho. Vamos analisar cada alternativa:

A) A busca exaustiva por todos os possíveis mercados a fim de se identificar o mercado principal para se mensurar determinado ativo é desnecessária, mas se devem observar todas as informações que estiverem disponíveis. **Correto**, item 17 do CPC 46:

17. A entidade não necessita empreender uma busca exaustiva de todos os possíveis mercados para identificar o mercado principal ou, na ausência de mercado principal, o mercado mais vantajoso, mas ela deve levar em consideração todas as informações que estejam disponíveis.

B) A capacidade de geração de benefício econômico futuro não deve ser considerada para fins de mensuração do valor justo de ativos não financeiros. **Errado**, a capacidade de geração de benefícios econômicos deve, sim, ser levada em consideração, item 27 do CPC 46:

27. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível (highest and best use) ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

C) As técnicas de avaliação devem ser utilizadas de maneira consistente, observando-se a percepção do mercado sobre possível preço de compra e venda, excluindo-se premissas de risco. **Errado**, por ser uma mensuração baseada em mercado, o valor justo é mensurado utilizando-se as premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou o passivo, **incluindo premissas sobre risco**. Como resultado, a intenção da entidade de manter um ativo ou de liquidar ou, de outro modo, satisfazer um passivo não é relevante ao mensurar o valor justo.

D) O reconhecimento inicial pelo preço comercializado e a manutenção desse valor nos registros dos anos subsequentes à transação dispensam a aplicação anual de técnicas de avaliação. **Errado**, a entidade deve utilizar técnicas de avaliação que sejam apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados

observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Não é porque o reconhecimento inicial é feito pelo preço comercializado, que muitas vezes é o valor justo, que a técnica de avaliação serão dispensadas em períodos subsequentes.

E As condições do mercado são secundárias na mensuração do valor justo: o risco de um ativo ser descontinuado depende diretamente das atividades operacionais do próprio negócio. **Errado**, as condições de mercado não são secundárias na mensuração do valor justo, pelo contrário. Por definição, o valor justo é um valor de mercado e não específico da entidade, vejam:



TOME NOTA!

B42. Estimar o preço pelo qual participantes do mercado estariam interessados em celebrar uma transação na data de mensuração sob condições de mercado atuais se tivesse havido diminuição significativa no volume ou nível de atividade para o ativo ou passivo depende dos fatos e circunstâncias na data de mensuração e requer julgamento. **A intenção de a entidade de manter o ativo ou liquidar ou, de outro modo, satisfazer o passivo não é relevante ao mensurar o valor justo, uma vez que o valor justo é uma mensuração baseada em mercado e não uma mensuração específica da entidade**

Gabarito → A

3) De acordo com o Pronunciamento Técnico n.º 16 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC-16), no que se refere a estoques, os gastos com o armazenamento de soja devem ser registrados nas demonstrações contábeis como

- A produtos em elaboração.
- B direitos a receber.
- C despesa diferida.
- D despesa do exercício.
- E produtos acabados.

Comentários:

Mais uma questão que foi anulada pelo Cespe, pois faltou precisão na apresentação das informações, mas vejamos. O CPC 16 que trata de estoques nos afirma:

16. Exemplos de itens não incluídos no custo dos estoques e reconhecidos como despesa do período em que são incorridos:
(a) valor anormal de desperdício de materiais, mão-de-obra ou outros insumos de produção;



(b) gastos com armazenamento, a menos que sejam necessários ao processo produtivo entre uma e outra fase de produção;

O gabarito apontado pela banca foi “D”, mas apresentamos recurso e ela foi anulada e a banca apresentou a seguinte justificativa:

O julgamento objetivo da questão foi prejudicado, tendo em vista a ausência de elementos que especificassem a natureza do armazenamento mencionado no enunciado.

Há possibilidade de os gastos com armazenamento integrarem o custo de produção, considerando que a soja ainda não seja o produto acabado, isto é, ainda irá passar por alguma etapa de produção.

Gabarito → ANULADA

4) Chuvas intensas na região oeste do Rio Grande do Sul causaram perdas em uma propriedade rural que cultiva e armazena grãos de soja. No ano, entre os gastos adicionais da propriedade incluiu-se o gasto com a contratação de serviço de consultoria administrativa para definir ações de mitigação de risco do negócio. Nas demonstrações contábeis da propriedade, o referido gasto deverá ser registrado na conta de

- A despesa antecipada.
- B despesa do exercício.
- C perdas e danos.
- D produtos em elaboração.
- E direitos a receber.

Comentários:

A Estrutura Conceitual Básica afirma que a definição de **despesas** abrange tanto as **perdas quanto as despesas propriamente** ditas que surgem no curso das atividades usuais da entidade. As despesas que surgem no curso das atividades usuais da entidade incluem, por exemplo, **o custo das vendas, salários e depreciação**. Geralmente, tomam a forma de desembolso ou redução de ativos como caixa e equivalentes de caixa, estoques e ativo imobilizado.

As Perdas representam outros itens que se enquadram na definição de despesas e podem ou não surgir no curso das atividades usuais da entidade, representando decréscimos nos benefícios econômicos e, como tais, não diferem, em natureza, das demais despesas.

Assim sendo, ainda que sejam um gasto adicional, o **serviço de consultoria é tratado como uma despesa do exercício.**

Gabarito → B

5) Em consonância com a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, prevista pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, assinale a opção correta, com relação a ativos.

A Os ativos não deverão ser reconhecidos em casos de incertezas, independentemente do seu benefício econômico futuro.

B Na ausência de informações sobre seu benefício econômico futuro, os ativos devem ser avaliados com medidas subjetivas.

C Os ativos poderão ser reconhecidos mesmo que não haja informação sobre o seu benefício econômico futuro.

D Mesmo que incertos, os ativos devem ser reconhecidos; entretanto, não se deve, nesse caso, observar sua relação de benefício econômico futuro.

E O grau de incerteza do ativo e o seu fluxo de benefícios econômicos futuros devem ser avaliados de maneira conjunta.

Comentários:

Vamos analisar cada alternativa:

A Os ativos não deverão ser reconhecidos em casos de incertezas, independentemente do seu benefício econômico futuro. **Errado**, o item 4.38 do CPC 00 afirma:

Um item que se enquadre na definição de um elemento deve ser reconhecido se:

(a) for **provável que algum benefício econômico futuro** associado ao item flua para a entidade ou flua da entidade; e

(b) o item tiver **custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade.**

Portanto, se houver expectativa de benefícios futuros e a mensuração confiável do custo, **o ativo pode ser reconhecido, ainda que haja incertezas.** Um exemplo básico: uma venda a prazo. A entidade tem certeza que esse valor será recebido? Ainda que seja recebido, podem haver perdas, não é mesmo? Ainda assim a venda a prazo é classificada como um Ativo.

B Na ausência de informações sobre seu benefício econômico futuro, os ativos devem ser avaliados com medidas subjetivas. **Errado**, se não há informações sobre seu benefício econômico futuro, ainda que sejam por estimativas, determinado item não deve ser considerado como ativo.

C Os ativos poderão ser reconhecidos mesmo que não haja informação sobre o seu benefício econômico futuro. **Errado**, um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for **provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade** e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade.

D Mesmo que incertos, os ativos devem ser reconhecidos; entretanto, não se deve, nesse caso, observar sua relação de benefício econômico futuro. **Errado**, a primeira parte da assertiva está correta: mesmo que incertos, os ativos devem ser reconhecidos; mas devemos, sim, nesse caso, observar a expectativa de benefícios econômicos.

E O grau de incerteza do ativo e o seu fluxo de benefícios econômicos futuros devem ser avaliados de maneira conjunta. **Correto**, o item 4.40 no CPC 00 prevê:

4.40. O conceito de probabilidade deve ser adotado nos critérios de reconhecimento para determinar o grau de incerteza com que os benefícios econômicos futuros referentes ao item venham a fluir para a entidade ou a fluir da entidade. O conceito está em conformidade com a incerteza que caracteriza o ambiente no qual a entidade opera. As avaliações acerca do grau de incerteza atrelado ao fluxo de benefícios econômicos futuros devem ser feitas com base na evidência disponível quando as demonstrações contábeis são elaboradas. Por exemplo, quando for provável que uma conta a receber devida à entidade será paga pelo devedor, é então justificável, na ausência de qualquer evidência em contrário, reconhecer a conta a receber como ativo. Para uma ampla população de contas a receber, entretanto, algum grau de inadimplência é normalmente considerado provável; dessa forma, reconhece-se como despesa a esperada redução nos benefícios econômicos.

Gabarito → E

Texto 2A1-I

Para investimentos em títulos negociados no mercado, uma corretora oferece as opções I e II, ambas de fluxos contínuos e positivos, com as seguintes características:

opção I: livre de risco, com fluxo positivo de cinco anos e taxa anual de juros de 8%;

opção II: com certo grau de risco, com remuneração à taxa de juros de 8,8% ao ano.

A tabela a seguir mostra dois investimentos em títulos negociados no mercado, o primeiro seguindo a opção I e o segundo, a opção II.

	opção I	opção II
	valor investido	valor investido
1.º ano	R\$ 10.000	R\$ 20.000
2.º ano	R\$ 10.000	R\$ 5.000
3.º ano	R\$ 10.000	R\$ 5.000
4.º ano	R\$ 10.000	R\$ 5.000
5.º ano	R\$ 10.000	R\$ 15.000
total	R\$ 50.000	R\$ 50.000

6) Considerando que 3,9927 seja valor aproximado para e que posteriormente haverá registro contábil, infere-se do texto 2A1-I que, na opção I, o valor presente do investimento é

- A superior a R\$ 40.000 e inferior a R\$ 40.500.
- B superior a R\$ 40.500.
- C inferior a R\$ 39.000.
- D superior a R\$ 39.000 e inferior a R\$ 39.500.
- E superior a R\$ 39.500 e inferior a R\$ 40.000.

Comentários:

Pessoal, essa questão está meio “perdida” na prova de Contabilidade, pois trata, na verdade, de Matemática Financeira. Mas como também estudamos o CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, a gente “mata no peito” essa também. Vamos lá:

$$\text{Valor Presente} = \text{Prestação} \times \text{Fator de Valor Presente Série de Pagamentos}$$
$$\text{Valor Presente} = R\$ 10.000,00 \times 3,9927 = R\$ 39.927$$

Gabarito → E

7) Conforme o texto 2A1-I, no investimento que segue a opção II, há uma variação no fluxo de caixa durante os cinco anos. Considerando que 0,9191, 2,3348 e 0,6560 sejam, respectivamente, valores aproximados para $1,088^{-1}$, para $[1,088^{-2} + 1,088^{-3} + 1,088^{-4}]$ e para $1,088^{-5}$, comparando as opções I e II e admitindo que as informações sejam as expectativas mais precisas sobre os fluxos de caixa futuro, assinale a opção correta, adotando evidenciação em R\$ 1.000.

- A O valor presente a ser evidenciado segundo a opção II será menor que na opção I.
- B Se houver inflação de 0,5% no período, o valor presente segundo a opção II será menor que no caso de não existir inflação.
- C Se a taxa de juros segundo a opção II aumentar, o valor presente nessa opção também aumentará.
- D O valor presente para registro segundo a opção I é menor que na opção II.

E O valor presente a ser evidenciado será equivalente em ambas as opções.

Comentários:

Pessoal, essa questão, em nossa opinião, deveria ser anulada, pois possui duas alternativas corretas! O valor presente dos fluxos de caixa da chamada “Opção 02” é:

$20.000 \times 0,9191 + 5000 \times 2.3348 + 15.000 \times 0,6560 = 39.896,00$, ou seja, trinta e nove mil oitocentos e noventa e seis reais.

Percebam que o valor Presente da Opção 01 é R\$ 31 (trinta e um) reais maior do que a Opção 02. Assim sendo, nosso gabarito deveria ser, em primeiro momento, a opção A: **O valor presente a ser evidenciado segundo a opção II será menor que na opção I.**

Porém, o gabarito apresentado como preliminar pela douta banca foi que o valor presente a ser evidenciado será equivalente em ambas as opções.

Conforme Mathias e Gomes (2002, p. 157) “dois ou mais capitais, com datas de vencimento determinadas, são equivalentes quando, levados para uma mesma data focal à mesma taxa de juros, tiverem valores IGUAIS” (GRIFO NOSSO).

Conforme demonstramos, os fluxos de caixas **NÃO SÃO IGUAIS**, pois há diferença entre os mesmos de R\$ 31 (trinta e um) reais.

Aparentemente a douta banca, valendo-se da expressão “adotando evidenciação em R\$ 1.000. ”, que não possui definição precisa na doutrina das finanças e contábil, considerou que os fluxos de caixa seriam equivalentes.

Diante do exposto, solicitamos a anulação da referida questão, mas o Cespe alterou o gabarito definitivo e justificou:

O VPL da opção I (R\$39.927,10) é maior que o VPL da opção II (R\$39.895,64).

Gabarito → A

8) Um ativo torna-se desvalorizado quando o valor contábil excede o valor recuperável. Nesse caso, o Pronunciamento Técnico n.º 01 (CPC-01) estabelece que o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em combinação de negócios deve ser testado a cada

A três anos.

B cinco anos.



- C semestre.
- D ano.
- E dois anos.

Comentários:

Conforme previsão do CPC 01:

10. Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve:

(b) testar, anualmente, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em combinação de negócios, de acordo com os itens 80 a 99

O goodwill não será amortizado, pois não temos uma base sistemática para alocação da amortização, mas será submetido ao teste recuperabilidade, pelo menos, uma vez por anos.

Gabarito→D

9) Sabe-se que o valor recuperável de uma unidade geradora de caixa é o maior valor entre valor justo líquido de despesas de venda e valor em uso. Nesse sentido, assinale a opção que apresenta uma possível unidade geradora de caixa, no caso de se determinar o montante recuperável.

- A empréstimo
- B financiamento
- C capital social
- D receita de vendas
- E veículo

Comentários:

Conforme previsão do CPC 01, **Unidade geradora de caixa** é o **menor grupo identificável de ativos** que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos. Das opções apresentadas, enquadra-se nessa definição o veículo.



O que o Pronunciamento Contábil prevê é que o teste de recuperabilidade deve ser feito para o Ativo individualmente, mas caso não seja possível,

Identificação da unidade geradora de caixa à qual um ativo pertence

66. Se houver qualquer indicação de que um ativo possa estar desvalorizado, o valor recuperável **deve ser estimado para o ativo individual**. Se não for possível estimar o valor recuperável para o ativo individual, a entidade deve determinar o valor recuperável da **unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence (unidade geradora de caixa do ativo)**.

67. O valor recuperável de um ativo individual **não pode ser determinado se:**

- (a) o **valor em uso do ativo não puder ser estimado como sendo próximo de seu valor justo líquido de despesas de venda** (por exemplo, quando os fluxos de caixa futuros advindos do uso contínuo do ativo não puderem ser estimados como sendo insignificantes); e
- (b) o **ativo não gerar entradas de caixa que são em grande parte independentes daquelas provenientes de outros ativos**. Nesses casos, o valor em uso e, portanto, o valor recuperável, somente pode ser determinado para a unidade geradora de caixa do ativo.



Exemplo

Uma entidade de mineração tem uma estrada de ferro particular para dar suporte às suas atividades de mineração. Essa estrada pode ser vendida somente pelo valor de sucata e ela não gera entradas de caixa que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos da mina. Não é possível estimar o valor recuperável da estrada de ferro privada porque seu valor em uso não pode ser determinado e é provavelmente diferente do valor de sucata. Portanto, a entidade deve estimar o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual a estrada de ferro particular pertence, isto é, a mina como um todo.

Gabarito → E

10) Assinale a opção correspondente a ativo cuja exaustão pode ser registrada na contabilidade.

- A computadores e outros hardwares
- B reservas de petróleo e gás natural
- C instalações elétricas
- D estoque de produtos acabados
- E máquinas e equipamentos



Comentários:

De acordo com a Lei 6404/76 (Lei das SA):

Art. 183. § 2º A diminuição do valor dos elementos dos ativos imobilizado e intangível será registrada periodicamente nas contas de: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

c) **exaustão**, quando corresponder à perda do valor, decorrente da sua exploração, de direitos cujo objeto sejam **recursos minerais ou florestais, ou bens aplicados nessa exploração**.

A **exaustão é utilizada para recursos minerais ou florestais, ou bens aplicados nessa exploração**, como por exemplo, reservas de petróleo e gás natural

Normalmente, a exaustão é calculada com base na possança (quantidade efetivamente explorada no ano) do recurso mineral ou florestal. Mas, se o prazo de exploração for insuficiente para esgotar os recursos, a exaustão deve ser calculada em função do prazo de concessão.

Exemplo: A empresa ABC pagou R\$ 10.000.000 por uma mina com possança de 10.000 toneladas. No primeiro ano, a empresa extraiu 800 toneladas.

Calcule a exaustão do primeiro ano.

$800 \text{ tons} / 10.000 \text{ tons.} = 0,08 \text{ ou } 8,0\%$

$R\$ 10.000.000 \times 8\% = R\$ 800.000$

O problema da questão é que se as máquinas e equipamentos forem aplicados na exploração de recursos minerais ou florestais, eles também serão exauridos, por esse motivo, a questão foi anulada e a banca justificou:

Há duas respostas possíveis para a questão, tendo em vista que máquinas e equipamentos utilizados na exploração de uma mina ou jazida também poderão exaurir.

Gabarito → ANULADA

11) De acordo com a legislação vigente, adiantamentos em dinheiro de uma empresa a seus fornecedores nacionais de mercadorias devem ser contabilizados

A como despesa, no resultado do exercício.

B no grupo de estoques, no ativo.

C nas contas a receber, no ativo.

D na conta de fornecedores, no passivo.

E em resultados de exercícios futuros, no passivo.

Comentários:

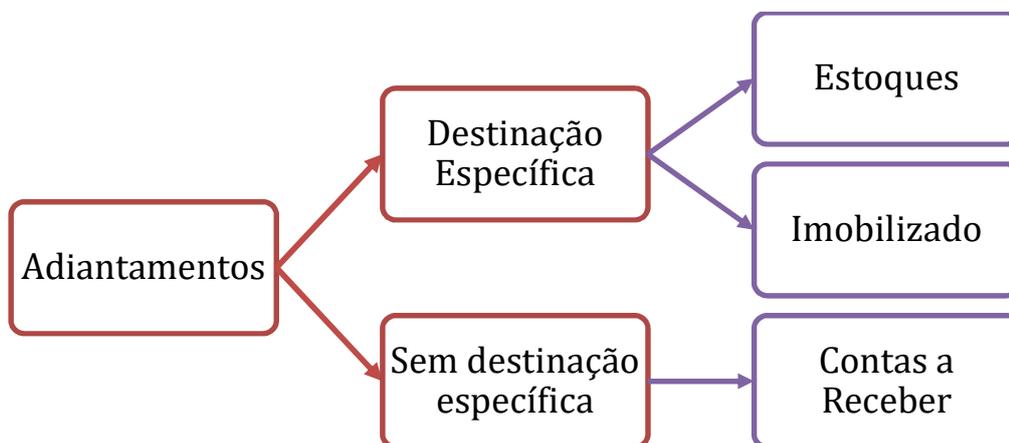




O adiantamento a fornecedores de mercadorias deve ficar registrado **junto aos Estoques**, pois possuem **vinculação específica**, ou seja, a compra de mercadorias.

Muitos alunos tiveram dúvidas nessa questão e nos perguntaram se não seria possível fazer a classificação como Contas a Receber. Adiantamento a Terceiros é uma conta registrada em **Contas a Receber**, que engloba o numerário entregue a terceiros, mas **sem vinculação específica** ao fornecimento de bens, produtos ou serviços contratuais predeterminados.

Para finalizar, você sabia que Adiantamento a Fornecedores de Imobilizado é classificada no Imobilizado, pela mesma lógica do Adiantamento a Fornecedores de estoques? Resumindo:



Gabarito → B

12) Em muitos casos, a colocação de debêntures no mercado demanda a contratação de instituições financeiras para coordenar o processo, o que gera os chamados gastos com colocação de debêntures. Esses gastos

A integram os encargos financeiros e devem ser amortizados durante o prazo de vigência das debêntures.

B são reconhecidos como ativos financeiros e serão baixados à medida que as debêntures forem quitadas.

C integram o ativo intangível e são amortizados quando do pagamento das debêntures.

D são reconhecidos como despesas do período em que tiver sido feita a emissão dos títulos.

E são registrados como despesas antecipadas, apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo de vencimento das debêntures

Comentários:

De acordo com o CPC 08, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida (empréstimos, financiamentos ou títulos de dívida tais como debêntures, notas comerciais ou outros valores mobiliários) devem ser contabilizados como **redução do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido**, para evidenciação do valor líquido recebido!!! Portanto, **não são despesas momento da emissão dos títulos**, mas são apropriados ao longo do prazo de resgate das debêntures!

Gabarito → A

13) Um técnico tributário, ao analisar ações judiciais nas quais a empresa XYZ S.A. figura como ré, identificou um processo decorrente de uma autuação fiscal no valor total de R\$ 1.000.000 e cujo julgamento final estava próximo. Considerando que a perda do processo pela XYZ S.A. era provável, os advogados da empresa e peritos independentes estimaram quatro cenários de probabilidades de desembolsos futuros, como mostra o quadro seguinte.

cenário	desembolso	probabilidade
1	R\$ 1.000.000	5%
2	R\$ 800.000	70%
3	R\$ 500.000	10%
4	R\$ 300.000	15%

Nesse caso, a empresa XYZ S.A. deverá reconhecer uma provisão de

- A R\$ 800.000.
- B R\$ 1.000.000.
- C R\$ 300.000.
- D R\$ 500.000.
- E R\$ 705.000.

Comentários:



Pessoal, temos que ficar atentos, pois há dois tipos de questão sobre esse tema que estão sendo cobrados pelo Cespe e podemos ficar em dúvida, quanto à resolução. Vejamos mais uma vez o quadro apresentado na nossa questão:

cenário	desembolso	probabilidade
1	R\$ 1.000.000	5%
2	R\$ 800.000	70%
3	R\$ 500.000	10%
4	R\$ 300.000	15%

O examinador afirma que a perda do processo pela XYZ S.A. era **provável** e temos esses quatro cenários previstos. Com o cenário 2 apresenta a maior probabilidade de ocorrência, 70% é bem maior do que as demais, é recomendável que uma provisão de R\$ 800.000 seja constituída com esse valor, portanto, gabarito B. Percebam que, se somarmos todos as probabilidades, o total será de 100%.

Mas, o CPC 25 afirma que quando a provisão a ser mensurada envolve uma **grande população de itens**, a obrigação deve ser estimada ponderando-se todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. O nome para esse método estatístico de estimativa é **“valor esperado”**. Portanto, a provisão será diferente dependendo de a probabilidade da perda de um dado valor ser, por exemplo, de 60 por cento ou de 90 por cento. Quando houver uma escala contínua de desfechos possíveis, e cada ponto nessa escala é tão provável como qualquer outro, é usado o ponto médio da escala.

O cálculo que seria feito com essa metodologia seria este:

Cenário	Desembolso	Probabilidade	Valor Esperado = Desembolso x Probabilidade
1	R\$ 1.000.000,00	5%	R\$ 50.000,00
2	R\$ 800.000,00	70%	R\$ 560.000,00
3	R\$ 500.000,00	10%	R\$ 50.000,00
4	R\$ 300.000,00	15%	R\$ 45.000,00
		Total	R\$ 705.000,00

Portanto, o gabarito seria E! **Mas pessoal, esse cálculo não é correto nessa situação e explicaremos a razão com outra questão do Cespe sobre o assunto:**

(EMAP/Contabilidade/2018) A empresa X, ré nos processos trabalhistas A, B e C, que discutem a mesma matéria, mas correm em varas trabalhistas distintas, será provavelmente condenada a pagar as indenizações reclamadas. A tabela a seguir refere-se aos processos trabalhistas desfavoráveis à empresa X.

processos	desembolso (em R\$ mil)	probabilidade de ocorrência
A	150	75%
B	90	55%
C	20	85%

Com referência à tabela precedente, julgue o item seguinte.

Na situação hipotética apresentada, o montante de provisão a ser reconhecido é de R\$ 260.000

O gabarito dessa questão é errado e aqui a banca usou o cálculo do valor esperado: $150.000 \times 0,75 + 90.000 \times 55\% + 20.000 \times 85\% = 179.000$.

Qual a diferença dessa questão? Percebam que aqui a variabilidade na expectativa de desembolsos futuros é grande (150.000, 90.000, 20.000), e a diferença entre as probabilidades é bem menor do que no exemplo anterior. Assim sendo, a mensuração da adequada provisão será baseada na **ponderação de todos os possíveis desfechos em relação à possibilidade de sua ocorrência**.

Muito cuidado com esse tipo de questão e, na hora da prova, vamos analisar a diferença entre os valores estimados de perda e as respectivas probabilidades. Se a diferença for muito grande entre eles, usamos a média ponderada.

Gabarito → A

14) Com relação ao tratamento contábil, um passivo contingente com “probabilidade possível” de saída de recursos deve

A ser divulgado em notas explicativas.

B ser reconhecido no patrimônio líquido, na conta de reservas.

C ser reconhecido no passivo, na conta de ajustes de avaliação patrimonial.

D não ser reconhecido no balanço patrimonial nem divulgado em notas explicativas.

E ser reconhecido no passivo, na conta de provisões.

Comentários:

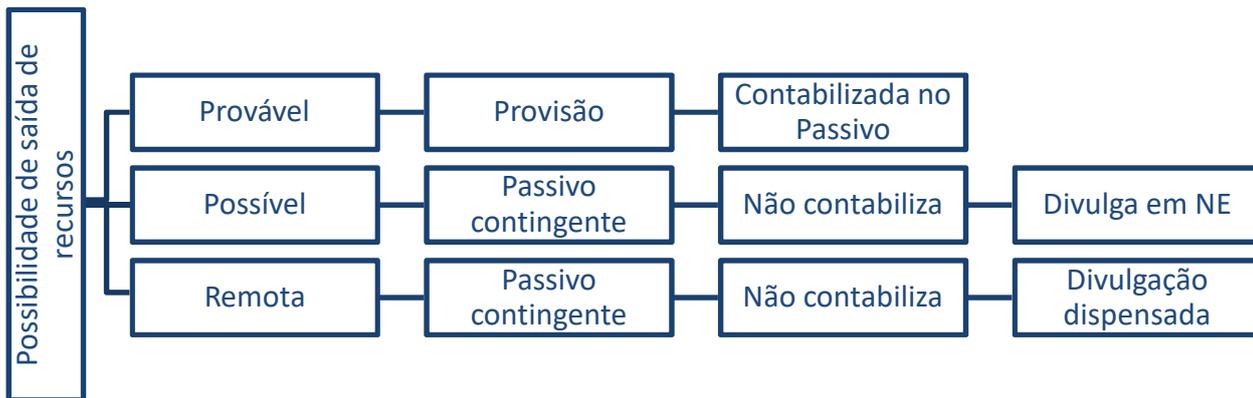
A entidade não deve reconhecer um passivo contingente. Ou seja, o passivo contingente não é contabilizado.

O passivo contingente caracteriza-se por ser uma **saída de recursos possível, mas não provável** (probabilidade do não é maior que a do sim).

Passivos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial. Sua **divulgação será feita tão-somente em notas explicativas**.

E mais, **se essa possibilidade de saída de recursos for remota, dispensada está a entidade da divulgação em notas explicativas**.

Esquematemizemos:



Portanto, um passivo contingente com **“probabilidade possível”** de saída de recursos deve ser **divulgado em notas explicativas**.

Gabarito → A

15) A contrapartida da saída financeira de uma operação de aquisição de ações da própria empresa (ações em tesouraria) deve ser reconhecida em uma conta de natureza

- A credora, no passivo circulante.
- B credora, no ativo não circulante.
- C devedora, no ativo não circulante.
- D devedora, no patrimônio líquido.
- E credora, no patrimônio líquido.

Comentários:

As **ações em tesouraria são ações da empresa adquiridas pela própria empresa e mantidas na tesouraria**. A aquisição de ações de emissão própria e sua alienação são também transações de capital da entidade com seus sócios e igualmente **não devem afetar o resultado da entidade**.

A conta **“ações em tesouraria”** é **redutora do Patrimônio Líquido (PL)**, natureza devedora.



Gabarito → D

16) De acordo com a legislação vigente, em uma combinação de negócios sem a presença de transações forçadas, o adquirente deve mensurar os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos

A pelos custos correntes corrigidos na data da operação.

B pelos valores justos na data da aquisição.

C com base na correção integral das demonstrações contábeis.

D pelos valores de liquidação.

E pelos custos históricos.

Comentários:

De acordo com o CPC 15 – Combinações de Negócios:

“Combinação de negócios é uma operação ou outro evento por meio do qual um adquirente obtém o controle de um ou mais negócios, independentemente da forma jurídica da operação. Neste Pronunciamento, o termo abrange também as fusões que se dão entre partes independentes.

O critério geral de avaliação que o adquirente deve mensurar os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos na combinação de negócios é o **Valor Justo**.

Gabarito → B

17) A empresa Maquinário S.A. vendeu para a empresa Tapetes S.A. uma máquina própria para a confecção de tapetes de couro. A tabela seguinte mostra os eventos ocorridos nessa transação de compra e venda.

data	evento
10/1/2018	Tapetes S.A. contata Maquinário S.A., por <i>email</i> , interessada na compra da máquina para a confecção de tapetes
15/1/2018	assinatura do contrato de compra e venda da máquina; entrega do produto: 15/3/2018; pagamento em duas parcelas: em 15/2/2018 e em 16/4/2018
15/2/2018	pagamento da primeira parcela
15/3/2018	entrega da máquina, em plenas condições de uso
16/4/2018	pagamento da segunda parcela

Nesse caso, a data correta para o reconhecimento da receita pela Maquinário S.A. é



- A 15/2/2018.
- B 15/3/2018.
- C 16/4/2018.
- D 10/1/2018.
- E 15/1/2018.

Comentários:

Conforme elucida-nos o CPC 47 – RECEITA DE CONTRATO COM CLIENTE, item 31:

A entidade deve reconhecer receitas **quando** (ou à medida que) a **entidade satisfizer à obrigação de desempenho** ao **transferir o bem ou o serviço** (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver **o controle desse ativo**.

A transferência de controle ocorreu em 15/3/2018, em plenas condições de uso, isto é, a obrigação de desempenho foi satisfeita.

Gabarito→B

18) O método de custeio que permite alocar aos produtos custos e outros gastos da empresa, como despesas administrativas, operacionais e financeiras e juros sobre o capital próprio, denomina-se

- A custeio direto.
- B custo-padrão.
- C custeio baseado em atividades (ABC).
- D RKW.
- E custeio real por absorção.

Comentários:

Segundo o Manual FIPECAFI, 2018:

RKW: Abreviação da expressão alemã Reichskuratorium für Wirtschaftlichkeit, esse método consiste em alocar, aos produtos, **todos os gastos da empresa; não só custos**, mas também despesas comerciais, administrativas e até mesmo as despesas financeiras e os juros sobre o capital próprio podem ser incluídos (custos imputados).

Gabarito→D



19) Conforme a legislação vigente, no balanço patrimonial consolidado, a participação dos acionistas não controladores é apresentada, de forma destacada, no

- A passivo circulante.
- B passivo não circulante.
- C patrimônio líquido.
- D ativo circulante.
- E ativo não circulante.

Comentários:

O CPC 26 afirma:

54. O balanço patrimonial deve apresentar, respeitada a legislação, as seguintes contas:
(q) participação de não controladores apresentada de **forma destacada dentro do patrimônio líquido; e**

O mesmo pronunciamento afirma que dentro da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) foi adicionada a coluna **de Participação dos Não Controladores no Patrimônio Líquido das Controladas**, já que essa participação (também conhecida por Participação da Minoria ou dos Minoritários) passa, a partir da adoção deste Pronunciamento, a ser apresentada **dentro do Patrimônio Líquido como um todo**, após a identificação do Patrimônio Líquido dos Sócios da Entidade Controladora.

Gabarito → C

20) Na fiscalização dos estoques de uma empresa, o técnico tributário responsável recebeu apenas as seguintes informações:

- a empresa possui R\$ 100 de passivo não circulante;
- a empresa possui R\$ 100 de ativo não circulante (realizável a longo prazo);
- a empresa não possui despesas pagas antecipadamente.

Os índices de liquidez são os mostrados na tabela seguinte.

índice	valor calculado
geral	2,0
corrente	4,0
seca	2,8
imediate	2,8

Nesse caso, o valor dos estoques da empresa é igual a

- A R\$ 140.
- B R\$ 200.
- C R\$ 50.
- D R\$ 60.
- E R\$ 100.

Comentários:

Liquidez geral ou total

$$\text{LG: } \frac{\text{Ativo circulante} + \text{Ativo realizável a LP}}{\text{Passivo circulante} + (\text{Passivo não circulante} - \text{Receita diferida})}$$

Observação: Passivo Circulante (+) Passivo Não Circulante – Rec. Diferida = Passivo Exigível.

Indica a capacidade da empresa de pagar suas dívidas de curto e longo prazo, usando os recursos do Ativo Circulante e do Ativo Realizável a Longo Prazo.

Normalmente, é desejável que a Liquidez Geral seja superior a 1. Mas um índice inferior a 1 não significa que a empresa esteja em má situação financeira. Se, por exemplo, parte de suas dívidas forem de longo prazo e a empresa for bastante lucrativa, ela pode gerar recursos para pagamento das dívidas antes do vencimento.

Vamos à questão:

Liquidez Geral = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

$$(AC + 100)/(PC + 100) = 2 \rightarrow AC + 100 = 2PC + 200 \rightarrow AC = 2PC + 100 \text{ (I)}$$

$$\text{Liquidez Corrente} = AC/PC = 4,0 \text{ (II)}$$

Substituindo I em II:

$$2PC + 100/PC = 4 \rightarrow 2PC + 100 = 4PC \rightarrow 2PC = 100 \rightarrow PC = 50$$

$$AC = 2 \times 50 + 100 = 200$$

Ativo Circulante = 200.

$$\text{Liquidez Seca} = AC - \text{Estoques}/PC = 2,8$$

$$(200 - \text{Estoques}) / 50 = 2,8$$

$$200 - \text{Estoques} = 140$$

$$\text{Estoques} = 200 - 140 = 60$$

Gabarito → D



21) Se, em certo momento do exercício financeiro, os estoques de determinada empresa estiverem obsoletos e não representarem com fidelidade os saldos apresentados nas demonstrações contábeis, o indicador para demonstrar corretamente a tendência da empresa de cumprir, ou não, suas obrigações de curto prazo é o indicador de liquidez

A do endividamento.

B imediata.

C corrente.

D seca.

E geral.

Comentários:

O índice de liquidez que exclui os estoques é a Liquidez Seca:

Liquidez seca/Acid test/Teste ácido

$$\text{LS: } \frac{\text{Ativo circulante - estoques}}{\text{Passivo circulante}}$$

Trata-se de um índice de liquidez mais rigoroso que a Liquidez Corrente, **pois exclui os estoques**. Normalmente, o estoque é o item de mais lenta realização, no Ativo Circulante. Precisa ser vendido, e pode se transformar em duplicatas a receber, no caso das vendas a prazo.

Assim, o Índice de Liquidez Seca mede a capacidade de pagamento das dívidas de curto prazo, sem considerar os estoques.

É um índice mais adequado para as empresas que operam com estoques de difícil realização financeira, geralmente em função do alto valor. Como exemplo podemos citar as empresas do setor imobiliário, nas quais a venda do estoque costuma ser mais lenta.

Exemplo:

Ativo circulante = 3.000

Estoque = 400

Passivo circulante = 2.500

$$\text{LS} = (\text{AC} - \text{Estoques})/\text{PC} = (3.000 - 400)/2.500 = 1,04 \text{ ou } 104\%.$$

Significa que a empresa possui R\$1,04 no ativo circulante para cada real de dívida de curto prazo, sem considerar os estoques.

Gabarito → C

22) A principal característica da análise horizontal das demonstrações financeiras de uma empresa é

A ser calculada como percentual de determinada conta em relação a um valor-base.

B comparar as posições da empresa com outros padrões do seu ramo de atuação.

C demonstrar a proporção das fontes e das aplicações de recursos da empresa.

D avaliar a situação da empresa independentemente das alterações inflacionárias.

E medir a evolução das contas, o que permite avaliar tendências futuras.

Comentários:

O objetivo da Análise Horizontal é demonstrar o comportamento de itens do Balanço e da Demonstração do Resultado através do tempo. Na sua elaboração, consideramos o primeiro período como base 100, e apuramos o percentual de evolução dos períodos seguinte.

Exemplo:	Ano 1	A.H.	Ano 2	A.H.	Ano 3	A.H.
Vendas:	\$ 2.200	100	\$ 3.000	136	\$ 3.200	145

O primeiro ano da série tem índice 100. Com isso podemos medir a evolução das contas, o que permite avaliar tendências futuras.

Gabarito → E

As tabelas a seguir apresentam as movimentações patrimoniais relativas aos meses de dezembro de 2017 e janeiro de 2018 de uma sociedade empresária que utiliza o regime de competência contábil

pagamento		
data	despesa relativa a	valor (R\$)
janeiro de 2018	dezembro de 2017	43.000
dezembro de 2017	janeiro de 2018	84.000
dezembro de 2017	dezembro de 2017	47.000

recebimento		
data	receita de	valor (R\$)
janeiro de 2018	venda relativa a dezembro de 2017	77.000
dezembro de 2017	serviços prestados em janeiro de 2018	48.000
dezembro de 2017	venda relativa a dezembro de 2017	39.000

23) Desconsiderados eventuais tributos incidentes e encargos financeiros incorridos, as transações constantes das tabelas precedentes indicam que, no mês de dezembro de 2017, houve

A prejuízo superior a R\$ 25.000 e inferior a R\$ 40.000.

B lucro superior a R\$ 10.000 e inferior a R\$ 20.000.

C lucro superior a R\$ 20.000 e inferior a R\$ 30.000.

D prejuízo inferior a R\$ 10.000.

E prejuízo superior a R\$ 10.000 e inferior a R\$ 25.000.

Comentários:

O regime de competência retrata com propriedade os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação nos períodos em que ditos efeitos são produzidos, **ainda que os recebimentos e pagamentos em caixa derivados ocorram em períodos distintos.**

Dezembro:

Receitas de venda relativa a dezembro/2017.

Receitas = 77.000 + 39.000 = 116.000

Despesa relativa a dezembro/2017

Despesas: 43.000 + 47.000 = 90.000

Resultado do mês de dezembro = \$116.000 – \$90.000 = \$ 26.000

Gabarito→C

24) De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a apuração do valor realizável líquido do estoque de produtos semiacabados em uma sociedade empresária industrial, basta que sejam deduzidas da receita de venda estimada no curso normal dos negócios as despesas estimadas para a venda e o

A montante de custos gerais para acabamento.

B custo total estimado para a conclusão do produto.

C valor de mercado dos insumos envolvidos na produção.

D valor dos custos diretos necessários à conclusão do estoque.

E custo de oportunidade do negócio.

Comentários:

Segundo o CPC 16:



Valor realizável líquido é o **preço de venda** estimado no curso normal dos negócios **deduzido** dos **custos** estimados para sua **conclusão e dos gastos** estimados **necessários para se concretizar a venda**.

Gabarito → B

25) Determinada sociedade adquiriu, por R\$ 180.000, um equipamento, que ficou disponível para uso em condições operacionais em 2/1/2008. Sabe-se que:

- ✓ a vida útil do bem foi estimada em 10 anos;
- ✓ a empresa costuma constituir um valor residual de 10% para todos os seus equipamentos e utilizar o método linear para a aplicação da depreciação;
- ✓ ao final do oitavo ano de utilização do equipamento, a empresa constatou que a venda do bem geraria um caixa líquido de R\$ 50.000; a empresa constatou também, ao final do oitavo ano de utilização do bem, que o equipamento, se continuar em operação, gerará retornos líquidos de caixa de R\$ 38.000.

Nessa situação hipotética, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R3) — redução ao valor recuperável de ativos —, ao final do oitavo ano de utilização do bem, a empresa deverá constituir uma provisão para perda de valor recuperável

A inferior a R\$ 1.000.

B superior a R\$ 1.000 e inferior a R\$ 5.000.

C superior a R\$ 5.000 e inferior a R\$ 10.000.

D superior a R\$ 10.000 e inferior a R\$ 20.000.

E superior a R\$ 20.000.

Comentários:

Valor aquisição: R\$ 180.000,00

Valor residual: R\$ 18.000,00

Valor depreciável: R\$ 162.000,00

Vida útil: 10 anos

Depreciação anual: R\$ 16.200/ano

Depreciação acumulada (8 anos): R\$ 129.600,00

Valor contábil no final do oitavo ano: R\$ 180.000 – 129.600 = R\$ 50.400,00

Valor recuperável é o maior entre o valor de venda e o valor em uso.



Valor de venda: R\$ 50.000,00
Valor em uso: R\$ 38.000
Valor recuperável: R\$ 50.000,00
Perda reconhecida: R\$ 400,00

Portanto, a perda é inferior a R\$ 1.000,00.

Gabarito → A

26) A tabela a seguir apresenta as contas e os respectivos saldos, em reais, do patrimônio líquido de uma empresa, ao final de certo exercício.

Capital subscrito 1.000.000
Capital a integralizar 250.000
Reserva de ágio em ações 15.000
Reserva legal 100.000
Reserva para contingências 50.000
Ajuste de avaliação patrimonial 75.000
Prejuízos acumulados 5.000
Ações em tesouraria 25.000

Considerando-se que os instrumentos financeiros com reconhecimento do valor justo no patrimônio líquido tenham apresentado desvalorização no período, é correto afirmar que o patrimônio líquido dessa empresa é igual a

- A R\$ 1.510.000.
- B R\$ 710.000.
- C R\$ 810.000.
- D R\$ 860.000.
- E R\$ 960.000.

Comentários:

O patrimônio líquido, como há muito estamos dizendo, é considerado como sendo o **capital dos sócios (capital próprio)** empregado nas atividades empresariais. De acordo com a Lei 6.404/76:

Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.



III – patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

Antes de prosseguirmos, façamos a comparação entre como era e como está agora o patrimônio líquido:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ANTES LEI 11.638/07	APÓS LEI 11.638/07 E LEI 11.941/09
Capital Social	Capital Social
(-) Capital a Realizar	(-) Capital a Realizar
Reserva de Lucro	Reserva de Lucro
Reserva de Capital	Reserva de Capital
Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial
+ - Lucro ou Prejuízo Acumulado	(-) Prejuízo Acumulado
(-) Ações em Tesouraria	(-) Ações em Tesouraria

Agora vamos calcular o Total do Patrimônio Líquido:

Capital subscrito	1.000.000
(-) Capital a integralizar	(250.000)
Reserva de ágio na emissão de ações	15.000
Reserva legal	100.000
Reserva para contingências	50.000
Ajuste de avaliação patrimonial	(75.000)
Prejuízos acumulados	(5.000)
Ações em tesouraria	(25.000)
Saldo do PL	810.000

Gabarito → D

27) O balanço patrimonial comparativo de determinada empresa apresentava os seguintes saldos, em reais, nas contas ativas e passivas, ao final do ano 20X1

	20X0	20X1
caixa	1.500	2.300
duplicatas	500	1.000
estoques	1.000	1.500
móveis	1.200	1.500
depreciação	200	320
terrenos	2.000	3.000
participações	500	2.640
fornecedores	1.000	2.000
empréstimos	1.000	1.470
imposto de renda	0	1.050
capital	4.500	6.000
reservas de lucros	0	1.100

Com base nessas informações, é correto afirmar que o fluxo de caixa das atividades operacionais apurado pelo método indireto

- A gerou R\$ 3.120 em caixa.
- B gerou R\$ 1.120 em caixa.
- C consumiu R\$ 3.440 em caixa.
- D consumiu R\$ 3.120 em caixa.
- E gerou R\$ 3.440 em caixa.

Comentários:

Pessoal, essa questão apresenta um formato não muito usual de questões de DFC, mas que já não é a primeira vez que o Cespe apresenta. Temos apenas um Balanço Patrimonial, com dois exercícios, e temos que apurar encontrar os Fluxos de Caixa.

Infelizmente algumas questões não estão claras e temos que fazer algumas suposições, o que podem prejudicar a resolução. Essa questão, em particular, foi anulada pelo Cespe, inclusive apresentamos um recurso para ela, mas vamos tentar aproveitar alguma coisa.

DFC Método Indireto:

Lucro líquido

(+) Depreciação, amortização e exaustão

(+)(-) Resultado da equivalência patrimonial



(+)(-) Resultado na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis
(+) Despesas financeiras que não afetam o caixa
(-) Receitas financeiras que não afetam o caixa
(=) Lucro ajustado

(+)(-) Variação nas contas do ativo circulante e realizável a longo prazo:

Duplicatas a receber
Clientes
(PDD)
(Duplicatas descontadas)
Estoques
Despesas antecipadas

(+)(-) Variação nas contas do passivo circulante e passivo não circulante:

Fornecedores
Contas a pagar
Impostos a recolher

Vamos tentar fazer de dois modos (que devem gerar o mesmo resultado).

Variação de Caixa = FAO +/- FAI +/- FAF

Variação do Caixa = 2.300 – 1.500 = 800

Fluxo das atividades de financiamento

Novos empréstimos: 470 (Caixa Gerado)

Caixa Gerado: 470

Fluxo das atividades de investimento

Compra de móveis: 1.500 – 1.200 = 300 (Caixa Consumido)

Compra de terrenos: 3.000 – 2.000 = 1.000 (Caixa Consumido)

Compra de participações: 2.140 (Caixa Consumido)

Caixa consumido: -3.440

Agora é só jogar na equação:

800 = FAO – 3.440 + 470



FAO = 3.770

Agora, partindo da reconstrução do lucro líquido.

Lucro líquido ou vai para aumentar o capital, para reserva de lucros ou para dividendos.

A questão foi silente quanto ao pagamento de dividendos. Assim, teremos:

Lucro do exercício = 1.500 (aumento de capital) + 1.100 (reserva de lucros) = 3.600

Agora, é só fazer os ajustes:

Lucro líquido = 2.600

+ Depreciação = 120

Lucro ajustado = 2.720

Agora, vamos fazer o ajuste das contas patrimoniais:

Lucro ajustado = 2.720

– Aumento de estoque (500)

– Aumento de duplicatas (500)

+ Aumento de fornecedores 1.000

+ Aumento de IR 1.050

Fluxo Operacional = 3.770 (Caixa Gerado)

Percebam que não há esse gabarito e a questão foi anulada corretamente.

Gabarito → Anulada

28) Julgue os próximos itens, a respeito do tratamento de ativos intangíveis, conforme pronunciamento do CPC.



I O início da amortização dos ativos intangíveis, que se caracterizam como itens imateriais, não depende da colocação desse tipo de ativo em condições operacionais.

II Caso não seja possível definir o padrão de consumo do item intangível ou caso a definição dada não seja confiável, a amortização do ativo intangível deverá ser realizada pelo método linear.

III O reconhecimento de um ativo intangível gerado internamente é possível, desde que sejam identificados os custos incorridos para sua geração e preenchidos os requisitos normativos para seu reconhecimento.

Assinale a opção correta.

A Apenas o item I está certo.

B Apenas o item II está certo.

C Apenas os itens I e III estão certos.

D Apenas os itens II e III estão certos.

E Todos os itens estão certos.

Comentários:

I – O início da amortização dos ativos intangíveis, que se caracterizam como itens imateriais, não depende da colocação desse tipo de ativo em condições operacionais.

Errado, depende sim! A amortização tem início quando o ativo está nas condições determinadas pela administração.

CPC 04 - 97. O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. A amortização deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar no local e nas condições necessários para que possa funcionar da maneira pretendida pela administração.

II – Caso não seja possível definir o padrão de consumo do item intangível ou caso a definição dada não seja confiável, a amortização do ativo intangível deverá ser realizada pelo método linear.

Correto, item 97 do CPC 04:

(...) Se não for possível determinar esse padrão com confiabilidade, deve ser utilizado o **método linear**.

III – O reconhecimento de um ativo intangível gerado internamente é possível, desde que sejam identificados os custos incorridos para sua geração e preenchidos os requisitos normativos para seu reconhecimento.



Correto, apesar de ser difícil, o CPC 04 afirma que pode haver o reconhecimento, se atender às exigências gerais de reconhecimento e mensuração inicial de ativo intangível, e a aplicar os requerimentos e orientações contidos no CPC.

Gabarito → D

29) Com relação a procedimentos contábeis diversos, julgue os itens seguintes.

I Uma sociedade deve registrar uma provisão sempre que, em função de seu compromisso público e de sua reputação, for exigível um sacrifício de bens que possam gerar benefícios econômicos para ela, ainda que não haja legislação ou compromisso contratual que a obrigue a fazê-lo.

II Na demonstração de resultado do período, contas como custo da mercadoria ou dos produtos vendidos, despesas administrativas, despesas comerciais e despesas financeiras constituem despesas denominadas em conformidade com sua natureza.

III A demonstração de mutações do patrimônio líquido não é obrigatória, de acordo com a Lei n.º 6.404/1976, apesar da relevância dessa demonstração para o entendimento de fatos que possam modificar o patrimônio social de uma empresa em dado período.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Comentários:

Vamos analisar cada alternativa:

I Uma sociedade deve registrar uma provisão sempre que, em função de seu compromisso público e de sua reputação, for exigível um sacrifício de bens que possam gerar benefícios econômicos para ela, ainda que não haja legislação ou compromisso contratual que a obrigue a fazê-lo.

Correto, a situação relatada trata de uma **obrigação não formalizada, prevista no CPC 25.**

Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:



(a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades;

Exemplo 2B – Terreno contaminado e obrigação não formalizada

Uma entidade do setor de petróleo causa contaminação e opera em um país onde não há legislação ambiental. Entretanto, a entidade possui uma política ambiental amplamente divulgada, na qual ela assume a limpeza de toda a contaminação que causa. **A entidade tem um histórico de honrar essa política publicada.** Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a contaminação do terreno, que dá origem a uma obrigação não formalizada, **pois a conduta da entidade criou uma expectativa válida na parte afetada pela contaminação de que a entidade irá limpar a contaminação.** Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável. Conclusão –

Uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa dos custos de limpeza (ver itens 10 – a definição de obrigação não formalizada –, 14 e 17).

II Na demonstração de resultado do período, contas como custo da mercadoria ou dos produtos vendidos, despesas administrativas, despesas comerciais e despesas financeiras constituem despesas denominadas em conformidade com sua natureza. **Errado**, a conta de Custo de Mercadorias Vendidas, CMV, é apresentada na Demonstração do Resultado pelo **Método da Função**, que é o método Previsto na legislação brasileira.

O método da natureza pode ser utilizada, por exemplo, para fins gerenciais. Quer saber uma dica para saber qual método é utilizado no Brasil?

Bizu do Cespe: “O Brasil é um país que desmata muito, isto é, NÃO GOSTA DA NATUREZA! Preferimos o Método da Função.

Hahahaha, que bobeira, professor! Não tem problema, o nosso cérebro adora essas besteiras!!!

III A demonstração de mutações do patrimônio líquido não é obrigatória, de acordo com a Lei n.º 6.404/1976, apesar da relevância dessa demonstração para o entendimento de fatos que possam modificar o patrimônio social de uma empresa em dado período.

Correto, a DMPL não é obrigatória pela Lei 6404/76, mas faz parte do conjunto completo de Demonstrações do CPC 26.

Texto do Pronunciamento CPC 26 (R1)



Conjunto completo de demonstrações contábeis

10. O conjunto completo de demonstrações contábeis inclui:

(c) demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;

Gabarito → C

30) Uma empresa pretende vender um de seus equipamentos industriais usados a outra empresa do mercado, pelo valor de R\$ 399.300, a ser recebido em parcela única dois anos exatos após a venda. A taxa de juros implícita da operação é de 10% ao ano. Nessa situação hipotética, no momento da venda em questão, a empresa deve contabilizar

A um valor superior a R\$ 360.000 como contas a receber.

B uma receita de R\$ 400.000 pela venda do imobilizado.

C um valor de juros a transcorrer superior a R\$ 70.000.

D um valor a receber inferior a R\$ 350.000.

E uma receita de juros inferior a R\$ 70.000.

Comentários:

A Lei 11.638/07 incluiu o tema na Lei 6.404/76 da seguinte forma:



ESTA CAI
NA PROVA!

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

VIII – os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

Art. 184. No balanço, os elementos do passivo serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

III – as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

Então, vamos esquematizar?





Elementos	Período	AVP?
Ativo	Não circulante	Ajustados a valor presente
	Circulante	Se houver efeito relevante
Passivo	Não circulante	Ajustados a valor presente
	Circulante	Se houver efeito relevante

As vendas e as compras, quando feitas a prazo, inserem no valor da operação, juros e encargos financeiros referentes à remuneração de um capital no futuro.

Assim, a contabilização pelo valor nominal faz com que essas operações sejam demonstradas de forma superavaliada no Balanço Patrimonial. Fica difícil, também, diferenciar o resultado financeiro (de juros) do resultado realmente apurado com operações da atividade empresarial. O ajuste a valor presente (AVP) veio para que possamos dirimir esse problema.

Vamos lá:

Valor Futuro = 399.300

Taxa de Juros da Operação = 10%

Valor presente = $399.300 / (1,1^2) = 330.000$

Juros Ativos a Transcorrer = $399.300 - 330.000 = 69.300$

Contabilização Inicial

D – Contas a Receber	399.300
C – Juros Ativos a Transcorrer (retificadora do Ativo)	69.300
C – Receita	330.000

Gabarito → A



CAGE-RS – AUDITOR DO ESTADO

31) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** Sabendo que a contabilidade registra apenas os eventos contábeis que impactam economicamente a equação básica contábil: ativo = passivo + patrimônio líquido, assinale a opção correspondente a evento que afeta a equação contábil.

- a) análise de proposta de fornecedor
- b) anúncio de imóveis para venda em sítios da Internet
- c) cotação de empréstimos em estabelecimentos bancários
- d) contratação de empregados
- e) aquisição de materiais à vista

Comentários:

O patrimônio societário sofre constante movimento, haja vista que sofrem atos de gestão contínua. Esses acontecimentos podem ser divididos basicamente em dois grandes grupos

- A) Atos contábeis.
- B) Fatos contábeis.

Os **atos contábeis são acontecimentos que ocorrem na entidade e não provocam alterações do patrimônio**, tais como admissão de empregados, assinatura de um contrato de compra, venda, o aval de um título de crédito, uma fiança prestada em favor de terceiros.

Os atos relevantes que façam parte das atividades da empresa devem ser apresentados em **notas explicativas**, como ordena a Lei 6.404/76:

Art. 176. (...) § 4º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

Os **fatos contábeis, por sua vez, são os acontecimentos que provocam variações no patrimônio da entidade**. Os fatos contábeis são contabilizados através das contas patrimoniais (ativo, passivo, patrimônio líquido) e/ou das contas de resultado (receitas e despesas).

Das opções apresentadas, apenas a assertiva “E” representa um fato contábil, que impacta economicamente a equação básica contábil, contabilizado da seguinte forma:

- D – Estoque de Mercadorias
- C – BCM



Análise de proposta de fornecedor, anúncio de imóveis para venda em sítios da Internet, cotação de empréstimos em estabelecimentos bancários, contratação de empregados são atos contábeis e não afetam a situação patrimonial da empresa.

Gabarito → E

32) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** As informações contábeis devem ser mensuradas e divulgadas a diversos usuários. Considerando as necessidades específicas de cada usuário quanto às informações contábeis, julgue os itens a seguir.

I As instituições financeiras estão interessadas em informações relativas ao endividamento da empresa e à existência de liquidez suficiente para que ela honre com o pagamento dos empréstimos adquiridos.

II Nas suas análises, o investidor busca avaliar a empresa que seja mais lucrativa e que pague maiores dividendos.

III As agências reguladoras, no cumprimento de suas funções, apuram o lucro tributável das concessionárias de serviço público com o objetivo de fiscalizar a execução de suas atribuições legais.

IV O empregado está interessado na demanda do mercado pelo produto fabricado pela empresa e no preço necessário para que se atinja a margem de lucro esperada.

Estão certos apenas os itens

A I e II.

B I e IV.

C II e III.

D I, III e IV.

E II, III e IV.

Comentários:

Vamos analisar cada alternativa:

I As instituições financeiras estão interessadas em informações relativas ao endividamento da empresa e à existência de liquidez suficiente para que ela honre com o pagamento dos empréstimos adquiridos. **Correto**, através das informações contidas nas demonstrações contábeis, as instituições financeiras irão verificar informações sobre a situação financeira da empresa, como **grau de endividamento, estrutura de capital, fluxos de caixa, apuração do resultado**, e com isso poderão avaliar a possibilidade de conceder empréstimos.

II Nas suas análises, o investidor busca avaliar a empresa que seja mais lucrativa e que pague maiores dividendos. **Correto**, os investidores aplicam capital na empresa e esperam obter retorno na forma de distribuição de lucros.

III As agências reguladoras, no cumprimento de suas funções, apuram o lucro tributável das concessionárias de serviço público com o objetivo de fiscalizar a execução de suas atribuições legais.



Errado, não é atribuição das agências reguladoras apurar o lucro tributário das concessionárias. Seu papel é regular e fiscalizar a atividade de determinados setores a exemplo dos setores, como por exemplo, aviação, energia elétrica.

IV O empregado está interessado na demanda do mercado pelo produto fabricado pela empresa e no preço necessário para que se atinja a margem de lucro esperada. **Errado**, o empregado está interessado na continuidade da empresa, para saber se o seu salário está garantido. Margem de Lucro é interesse de setores gerenciais da empresa.

Gabarito→A

33) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** Assinale a opção que apresenta a premissa subjacente para a elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual.

- A relevância
- B tempestividade
- C essência econômica sobre a forma jurídica
- D representação fidedigna
- E continuidade

Comentários:

Conforme previsão da Estrutura Conceitual Básica:

Premissa subjacente

Continuidade

4.1. As demonstrações contábeis normalmente são elaboradas tendo como premissa que a entidade está em atividade (going concern assumption) e irá manter-se em operação por um futuro previsível. Desse modo, parte-se do pressuposto de que a entidade não tem a intenção, nem tampouco a necessidade, de entrar em processo de liquidação ou de reduzir materialmente a escala de suas operações. Por outro lado, se essa intenção ou necessidade existir, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em bases diferentes e, nesse caso, a base de elaboração utilizada deve ser divulgada

Gabarito→E



34) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** No início de sua constituição, determinada empresa possuía patrimônio líquido composto por um capital integralizado no valor de R\$ 12.000. No primeiro ano de atividade, a sociedade obteve R\$ 4.000 de lucros: R\$ 1.000 foram destinados para o pagamento de dividendos, e o restante, para a constituição de reservas. No segundo ano, a sociedade apurou um prejuízo de R\$ 2.000.

Com referência a essa situação hipotética, é correto afirmar que o valor do patrimônio líquido da empresa no final do segundo ano foi de

- a) R\$ 15.000.
- b) R\$ 14.000.
- c) R\$ 13.000.
- d) R\$ 12.000.
- e) R\$ 16.000.

Comentários:

O saldo inicial do Patrimônio Líquido da empresa era de R\$ 12.000. Devemos encontrar o saldo final desse grupo contábil, para isso, devemos analisar o efeito dos fatos contábeis apontados nesse grupo:

Saldo Inicial do Patrimônio Líquido:	R\$ 12.000
(+) Apuração de Lucros	R\$ 4.000
Destinação para Reservas não altera o total do PL	0
(-) Pagamento de dividendos	(R\$ 1.000)
(-) Prejuízos	(R\$ 2.000)
= Saldo Final	R\$ 13.000



- A destinação de lucros para Reservas **não altera o total do Patrimônio Líquido**; a mudança é meramente qualitativa.
- A destinação do lucro para dividendos **diminui o saldo total do Patrimônio Líquido**.

Gabarito → C

35) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** Na equação patrimonial ativo = passivo + patrimônio líquido,

- a) o patrimônio líquido está diretamente relacionado ao ativo.
- b) o patrimônio líquido está diretamente relacionado ao passivo.
- c) o ativo está inversamente relacionado ao passivo.
- d) o ativo está inversamente relacionado ao patrimônio líquido.
- e) o passivo está diretamente relacionado ao patrimônio líquido.



Comentários:

Pela equação fundamental da Contabilidade, temos que:

$$\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Patrimônio líquido}$$

Em termos matemáticos, o patrimônio líquido e o passivo estão diretamente relacionados com o ativo, isto é, aumento nesses grupos, refletem positivamente no ativo e vice-versa. Vejam este exemplo numérico:

Ativo = R\$ 1000, Passivo = R\$ 600, Patrimônio Líquido = R\$ 400.

Se a empresa obtiver receita pela venda de mercadorias no valor de R\$ 300, o Patrimônio Líquido irá aumentar R\$ 300 e o Ativo também terá essa mesma variação.

Por sua vez, ao analisarmos o Passivo e o Patrimônio Líquido, a relação é inversa:

$$\text{Patrimônio líquido} = \text{Ativo} - \text{Passivo}$$

Aumentos no Passivo possuem efeito contrários no Patrimônio Líquido e vice-versa. Portanto, nosso gabarito é a alternativa "A".

Gabarito → A

36) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** Se, ao final de determinado ano, o ativo de uma empresa era de R\$ 60.000 e o passivo, de R\$ 200.000, então o valor de seu patrimônio líquido era

- a) negativo em R\$ 140.000.
- b) negativo em R\$ 260.000.
- c) igual a R\$ 260.000.
- d) igual a R\$ 200.000.
- e) igual a R\$ 140.000.

Comentários:

Aplicação direta da Equação Fundamental da Contabilidade:

$$\text{Patrimônio Líquido} = \text{Ativo} - \text{Passivo} = 60.000 - 200.000 = (140.000)$$

Portanto, o Patrimônio Líquido é **negativo** em R\$ 140.000.



Bizu do Cespe: Patrimônio Líquido pode ser **negativo!**

Algumas bancas, como por exemplo a ESAF, não admitem a existência de Patrimônio Líquido negativo, mas o Cespe pensa diferente, portanto, anote esse posicionamento.

Gabarito → A

37) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** Um registro de débito na contabilidade de uma empresa tem o efeito de

- a) aumentar os ativos e reduzir os passivos.
- b) aumentar tanto os ativos como os passivos.
- c) reduzir tanto os ativos como os passivos.
- d) neutralidade: não altera nem os ativos nem os passivos.
- e) reduzir os ativos e aumentar os passivos.

Comentários:

Os lançamentos a **débito** representam as **origens** dos recursos e geram **aumento** do saldo de contas **devedoras, ativos e despesas**, e **diminuem** o saldo de contas **credoras, passivo e receita**.

Por seu turno, os lançamentos a **crédito** representam as **origens** dos recursos e geram **aumento** do saldo de contas **credoras, passivo e receita**, e **diminuem** o saldo de contas **devedoras, ativos e despesas**.

Gabarito → A

38) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** A respeito do ciclo contábil, julgue os itens a seguir.

I Compõem o ciclo contábil o registro das transações no diário e no razonete, a preparação do balancete após ajustes e os registros de encerramento.

II Elaborar os papéis de trabalho é parte inicial na programação do ciclo contábil, momento em que são traçados os objetivos de todo o processo.

III As fases do ciclo contábil podem ser descritas como: captação, reconhecimento, processo de acumulação, sumarização e evidenciação.

IV A elaboração das demonstrações financeiras relativas a cada exercício social não necessariamente deve seguir o ciclo contábil.

Estão certos apenas os itens

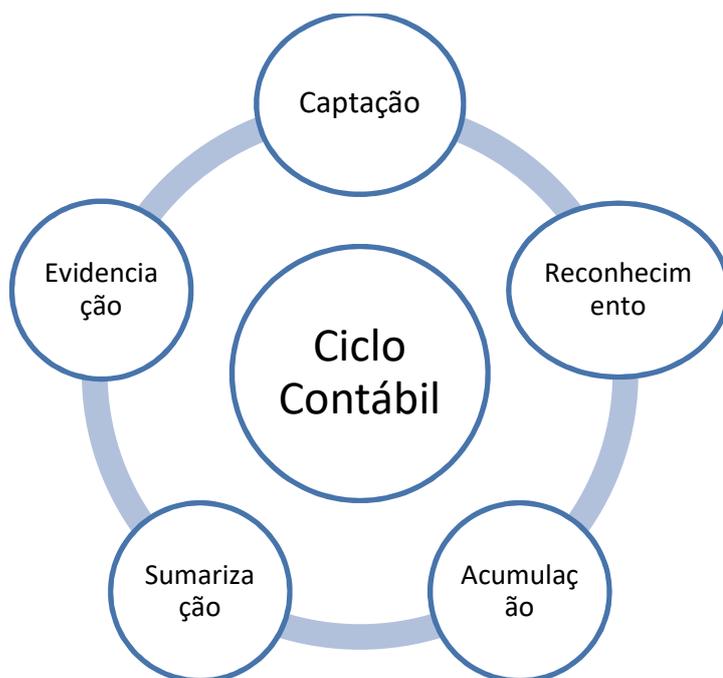


- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

Comentários:



Pessoal, o Cespe pegou pesado nessa questão e apresentou esse item bem específico da Teoria da Contabilidade, chamado de **Ciclo Contábil**. Segundo Szuster et al (2008, p. 33), o ciclo contábil possui 5 fases, a saber: **captação, reconhecimento, processo de acumulação, sumarização e evidenciação**.



O professor Marion, em sua obra Contabilidade Básica – 10ª ed., afirma que o ciclo contábil abrange a captação dos dados gerados na entidade, o processamento destes dados até o levantamento dos Relatórios Contábeis.

Vamos reproduzir aqui, um trecho do artigo disponível na Internet¹ sobre o tema:

¹ <http://sobrecontabeis.blogspot.com.br/2015/11/o-ciclo-contabil.html>



Captação – colhimento dos dados de atos e fatos que afetam o patrimônio da entidade, como coloca Szuster et al (2008,p.33): "A captação envolve a análise de documentos (leis, contratos, notas fiscais, recibos, laudos, processos judiciais etc.), bem como de eventos macroeconômicos que afetam a entidade".

Reconhecimento – é o momento dos questionamentos em relação aos dados dos atos e fatos, por exemplo, o primeiro questionamento a ser realizado, consiste se o dado captado deve ser reconhecido.

Processo de acumulação – após o reconhecimento dos dados, estes devem ser organizados em banco de dados. Para facilitar o acesso rápido as informações as empresas têm adotado sistemas informatizados de contabilidade.

Sumarização – é ato de transformar todos os dados em informações contábeis úteis aos seus usuários, como a criação de Demonstrações e relatórios contábeis.

Evidenciação – consiste na divulgação das informações contábeis aos seus usuários, seja por meio de jornais de grande circulação, pelo site da entidade ou qualquer outro meio.

Com isso, a cada exercício social a entidade elabora Demonstrações e relatórios contábeis atualizados, desta forma, a cada período social os empresários sabem como se encontra o patrimônio da empresa.

Dito isso, vamos analisar a questão:

I Compõem o ciclo contábil o registro das transações no diário e no razonete, a preparação do balancete após ajustes e os registros de encerramento. **Correto**, na verdade, diversas fases do ciclo contábil foram apresentadas nessa assertiva.

II Elaborar os papéis de trabalho é parte inicial na programação do ciclo contábil, momento em que são traçados os objetivos de todo o processo.

Errado, elaborar os papéis de trabalho está relacionada com a sumarização, que não é efetuada na parte inicial do ciclo contábil.

III As fases do ciclo contábil podem ser descritas como: captação, reconhecimento, processo de acumulação, sumarização e evidenciação.

Correto, conforme definição apresentada.

IV A elaboração das demonstrações financeiras relativas a cada exercício social não necessariamente deve seguir o ciclo contábil. **Errado**, mesmo que não haja imposição legal, o processo de elaboração das demonstrações contábeis segue o ciclo contábil.

Essa foi difícil!

Gabarito→B



39) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** A respeito das contas de receitas e despesas, assinale a opção correta.

- a) As contas de receitas e despesas são contas de resultado, também denominadas de contas temporárias, pois seus saldos são encerrados para a apuração do resultado da entidade.
- b) As contas de receitas e despesas, denominadas contas patrimoniais, são encerradas no final do período para a apuração do resultado.
- c) Despesa corresponde à entrada de elementos para o ativo, sob a forma de dinheiro ou de direitos a receber.
- d) Receitas representam o reconhecimento de um passivo, com o aumento de obrigações a serem cumpridas para com clientes.
- e) As contas de despesas são de natureza credora, e as contas de receita são de natureza devedora.

Comentários:

Vamos analisar cada alternativa:

a) As contas de receitas e despesas são contas de resultado, também denominadas de contas temporárias, pois seus saldos são encerrados para a apuração do resultado da entidade.

Correto, as contas de resultado são as **receitas e despesas**. Elas não estão no balanço patrimonial e servem para saber se a empresa apresentou lucro ou prejuízo. Aparecem na demonstração do resultado do exercício. Por exemplo, receita de vendas, custo das mercadorias vendidas, ICMS sobre vendas, despesas operacionais.

b) As contas de receitas e despesas, denominadas contas **patrimoniais**, são encerradas no final do período para a apuração do resultado. **Errado**, as contas de receitas e despesas são denominadas contas de resultado e não patrimoniais.

c) **Despesa** corresponde à entrada de elementos para o ativo, sob a forma de dinheiro ou de direitos a receber. **Errado**, a questão apresentou o conceito de receitas e não despesas.

d) **Receitas** representam o reconhecimento de um passivo, com o aumento de obrigações a serem cumpridas para com clientes. Errado, esse é o conceito de despesas.

e) As contas de despesas são de natureza credora, e as contas de receita são de natureza devedora. **Errado**, conceitos invertidos, as contas de despesas são de natureza **devedora**, e as contas de receita são de natureza **credora**.

Gabarito → A

40) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** A respeito do regime de competência e dos livros contábeis, julgue os itens a seguir.



I No regime de competência, as receitas são reconhecidas quando são ganhas, mesmo que não recebidas.

II No lançamento em livro diário, devem-se descrever o título e o saldo da conta.

III No livro razão, o confronto dos créditos e dos débitos denomina-se saldo.

IV De acordo com o regime de competência, as receitas e as despesas são consideradas em função dos recebimentos ou dos pagamentos.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

Comentários:

I No regime de competência, as receitas são reconhecidas quando são ganhas, mesmo que não recebidas. **Correto**, conforme previsão da Estrutura Conceitual Básica, o regime de competência retrata com propriedade os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação nos **períodos em que ditos efeitos são produzidos, ainda que os recebimentos e pagamentos em caixa derivados ocorram em períodos distintos.**

II No lançamento em livro diário, devem-se descrever o título e o saldo da conta. **Errado**, no visto que a apresentação dos fatos ocorre em ordem cronológica e não separada por rubricas, o livro diário não apresenta o saldo das contas.

III No livro razão, o confronto dos créditos e dos débitos denomina-se saldo. **Correto**, vejamos um exemplo de lançamento no livro razão:

Razão Analítico				
Chapolin Colorado LTda Data: CNPJ: 01.342.575/0001-87 Período:				
Conta: Bancos Cta. Movimento – Julio Cardozo S/A				
Data	Histórico da Operação	Débito	Crédito	Saldo
01.01.2008	Saldo Inicial			1.000,00 D
02.01.2008	Depósito	500,00		1.500,00 D
02.01.2008	Cheque nº 050070		200,00	1.300,00 D
	Totais	500,00	200,00	1.300,00 D

IV De acordo com o regime de **competência**, as receitas e as despesas são consideradas em função dos recebimentos ou dos pagamentos. **Errado**, pelo regime de caixa as receitas e despesas em função dos recebimentos ou dos pagamentos.

Gabarito → B



41) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** Considerando o disposto no Código Civil sobre o livro diário, assinale a opção correta.

- a) A prescrição ou decadência dos atos consignados no diário não eximem o empresário e a entidade empresária da sua guarda por um prazo adicional de cinco anos.
- b) Antes de ser colocado em uso, o livro diário deverá ser autenticado no Registro Público de Empresas Mercantis, salvo disposição especial de lei.
- c) Mesmo no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica, o diário não poderá ser substituído por fichas.
- d) O balanço patrimonial e o de resultado econômico devem ser lançados em livro distinto do diário.
- e) No diário, deve constar unicamente a assinatura do técnico em ciências contábeis legalmente habilitado e responsável pelos lançamentos nele efetuados.

Comentários:

Pessoal, essa questão exigiu conhecimentos do Código Civil, especialmente os artigos que tratam de escrituração contábil. Trata-se do Capítulo IV da referida lei, que vai dos art. 1.179 até o 1.195. Esse conteúdo é mais afeto ao Direito Empresarial, mas achamos legal inserir nesse curso, visto que o Cespe cobrou na prova de Contabilidade. Destaco ainda que a doutrina contábil faz duras críticas ao conteúdo previsto no CC, o qual, por exemplo, chama a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) de Demonstração do **Resultado Econômico!**!?!?. Enfim, vamos analisar as alternativas:

a) A prescrição ou decadência dos atos consignados no diário não eximem o empresário e a entidade empresária da sua guarda por um prazo adicional de cinco anos. **Errado**, não há menção a esse prazo adicional de 5 anos. Vejamos o que prevê o CC:

Art. 1.194. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e mais papéis concernentes à sua atividade, enquanto não ocorrer prescrição ou decadência no tocante aos atos neles consignados.

b) Antes de ser colocado em uso, o livro diário deverá ser autenticado no Registro Público de Empresas Mercantis, salvo disposição especial de lei. Correto, a autenticação está prevista no CC:

Art. 1.181. Salvo disposição especial de lei, os livros obrigatórios e, se for o caso, as fichas, antes de postos em uso, devem ser autenticados no Registro Público de Empresas Mercantis.

c) Mesmo no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica, o diário não poderá ser substituído por fichas. **Errado**, o diário pode ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica.



Art. 1.180. Além dos demais livros exigidos por lei, é indispensável o Diário, que **pode ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica.**

d) O balanço patrimonial e o de resultado econômico devem ser lançados em livro distinto do diário. **Errado**, as duas demonstrações supracitadas devem ser registradas no Diário:

Art. 1.184. § 2º Serão lançados no **Diário o balanço patrimonial e o de resultado econômico**, devendo ambos ser assinados por técnico em Ciências Contábeis legalmente habilitado e pelo empresário ou sociedade empresária.

e) No diário, deve constar unicamente a assinatura do técnico em ciências contábeis legalmente habilitado e responsável pelos lançamentos nele efetuados. **Errado**, como visto no art. 1.184, §2º, a assinatura do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico será feita por técnico em Ciências Contábeis legalmente habilitado **e pelo empresário ou sociedade empresária.**

Gabarito→B

42) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor de Estado/2018)** Assinale a opção correspondente a preceito legal aplicável às demonstrações contábeis elaboradas por sociedade anônima.

- a) As contas de natureza semelhante que apresentem pequenos saldos devem ser agrupadas em contas de designações genéricas.
- b) A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados indicará o montante do lucro por ação do capital social.
- c) A duração do exercício social não pode ser inferior a um ano.
- d) Eventos subsequentes à data de encerramento do exercício social serão evidenciados em notas explicativas sempre que tragam, ou venham a trazer, impactos relevantes na situação financeira e no resultado futuro da empresa.
- e) É vedado às companhias fechadas utilizar-se das normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para fins de elaboração de suas demonstrações contábeis.

Comentários:

Vamos comentar cada alternativa:

a) As contas de natureza semelhante que apresentem pequenos saldos **devem ser agrupadas em contas de designações genéricas.**



Errado, o art. 177, 2º da LSA afirma que nas demonstrações contábeis, as contas semelhantes **poderão** ser agrupadas. Não representa uma obrigatoriedade. Ademais, a própria lei veda a utilização de contas genéricas:

Art. 176. § 2º Nas demonstrações, as **contas semelhantes** poderão ser **agrupadas**; os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 0,1 (um décimo) do valor do respectivo grupo de contas; mas é vedada a utilização de designações genéricas, como "diversas contas" ou "contas-correntes".

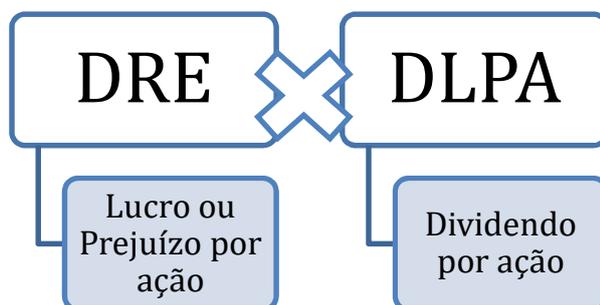
b) A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados indicará o montante **do lucro por ação do capital social**.

Errado, é a DRE, Demonstração do Resultado do Exercício, que evidencia o lucro por ação, conforme previsão da lei 6404/76:

Art. 187. A **demonstração do resultado** do exercício discriminará:
VII - o **lucro ou prejuízo** líquido do exercício e o seu montante **por ação** do capital social.

Por sua vez, a DLPA irá evidenciar o chamado dividendo por ação:

Art. 186. § 2º A **demonstração de lucros ou prejuízos acumulados** deverá indicar o montante do **dividendo por ação** do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.



c) A duração do exercício social **não pode ser inferior a um ano**. **Errado**, o exercício social, como regra, terá duração de 1 (um) ano e a data do término será fixada no estatuto. Porém, na **constituição** da companhia e nos **casos de alteração estatutária** o exercício social poderá ter duração diversa.

d) Eventos subsequentes à data de encerramento do exercício social serão evidenciados em notas explicativas sempre que tragam, ou venham a trazer, impactos relevantes na situação financeira e no resultado futuro da empresa.

Correto, esse é o nosso gabarito! O art. 176, § 5º, da LSA, afirma que as notas explicativas devem indicar os **eventos subsequentes** à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

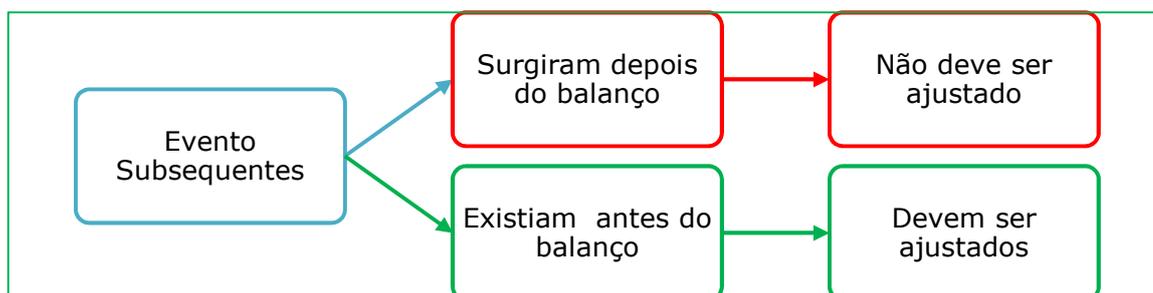


Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações contábeis é aquele evento, **favorável ou desfavorável**, que ocorre **entre a data final do período** a que se referem as demonstrações contábeis e a **data na qual é autorizada** a emissão dessas demonstrações.



Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- (a) os que evidenciam **condições que já existiam na data final** do período a que se **referem as demonstrações contábeis** (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes);
- (b) os que são indicadores de condições que **surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis** (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que **não originam ajustes**).



e) É **vedado** às companhias fechadas utilizar-se das normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para fins de elaboração de suas demonstrações contábeis.

Errado, as companhias fechadas **poderão optar por observar** as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários para as companhias abertas, segundo o art. 177, § 6º da lei 6404/76.

Gabarito → D

43) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor de Estado/2018)** A companhia se insere no seguimento de comércio, importação e exportação de conservas alimentícias, doces, geleias, sucos, frutas, cereais e outros produtos alimentícios em geral e seus derivados.

Considerando-se que o texto apresentado é parte de uma nota explicativa, é correto afirmar que se trata de informação de contexto

- a) fiscal.
- b) legal.
- c) formal.
- d) jurídico.
- e) operacional.

Comentários:

Pessoal, esse tipo de questão deve ser resolvido com bom senso, julgamento, pois não há previsão expressa em normas. Pelo menos, eu não encontrei. Vejam a seguir, um exemplo de notas explicativas das Lojas Americanas:

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

LOJAS AMERICANAS S.A. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em milhares de Reais, exceto os valores por quantidades de ações

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia se dedica ao comércio de varejo de produtos de consumo, através de 411 lojas (31.03.2008: 401 lojas), sendo 237 lojas no modelo tradicional e 174 lojas no modelo Americanas Express, situadas nas principais capitais e cidades do País e 3 centros de distribuição. A Companhia atua, também, (i) no comércio eletrônico, através da sua controlada B2W – Companhia Global do Varejo, que reúne os sites Americanas.com, Submarino.com.br, Blockbuster.com.br e Shoptime (este com as opções de compras através de canal de TV e catálogo), (ii) na venda de ingressos para eventos e shows e pacotes turísticos através das suas controladas indiretas Ingresso.com S.A.(www.ingresso.com.br) e Submarino Viagens e Turismo Ltda.(www.submarinoviagens.com.br) (iii) na exploração do desenvolvimento e sub-franquia no Brasil das atividades de locação, vendas de DVDs e games, sob a marca BLOCKBUSTER® através, principalmente, das lojas modelo Americanas Express e da controlada BWU Comércio e Entretenimento S.A., e (iiii) através das suas controladas em conjunto, FAI-Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento e Facilita Promotora S.A. na oferta de produtos financeiros que incluem empréstimo pessoal, nas modalidades de cheque e cartão, seguros, cartão de crédito de marca própria (“Private Label”) e cartão VISA e MASTERCARD (“Cobranded”).

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Estimativas contábeis

Na elaboração das informações trimestrais é necessário utilizar estimativas e julgamentos para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Sendo assim, nas informações trimestrais são incluídas várias estimativas referentes às vidas úteis do ativo imobilizado, o retorno dos benefícios a serem auferidos com os ativos diferidos e intangíveis, à expectativa de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, às provisões necessárias para passivos contingentes, à determinação de provisão para imposto de renda e outras similares as

Fonte: <http://ri.lasa.com.br/upload/2otrimestre/00002237.pdf>

Vejam que dentro do item “**Contexto Operacional**” é feito um relato das atividades da empresa, seguimento de atuação, forma de realização de vendas.

Assim, a descrição apresentada na questão trata de informação de contexto operacional.

Gabarito→E

44) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor de Estado/2018)** Na elaboração do balanço patrimonial relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, determinada sociedade anônima adotou os procedimentos a seguir.

I O resultado positivo do período foi apresentado em uma conta específica do patrimônio líquido, denominada lucros ou prejuízos acumulados.

II Para fins de avaliação contábil, considerou-se o valor justo das matérias-primas como o preço pelo qual esses ativos poderiam ter sido vendidos pela empresa na data do balanço.



III Os saldos devedores e credores em que não havia direito de compensação foram apresentados separadamente.

IV As doações e subvenções para investimentos foram classificadas no patrimônio líquido como reservas de capital.

V As ações em tesouraria foram apresentadas no balanço retificando a conta de patrimônio líquido que registrava a origem dos recursos utilizados na sua aquisição.

Estão em conformidade com o disposto na legislação societária apenas os procedimentos constantes dos itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e V.
- e) IV e V.

Comentários:

Comentaremos cada alternativa:

I O resultado positivo do período foi apresentado em uma conta específica do patrimônio líquido, denominada lucros ou prejuízos acumulados.

Errado, a conta lucros acumulados não pode mais constar no Balanço Patrimonial, quando do fechamento da demonstração. Não é mais possível, com as mudanças recentes advindas na contabilidade, que a empresa retenha lucros injustificadamente. Alguns autores afirmam, erroneamente, que esta conta deixou de existir. Tal afirmação está inconsistente, posto que a conta lucros acumulados pode ser utilizada temporariamente (antes do fechamento do balanço), sendo que a partir dela distribuimos os lucros do exercício as mais diversas finalidades. Sendo uma conta de PL, o seu saldo é credor.

II Para fins de avaliação contábil, considerou-se o valor justo das matérias-primas como o preço pelo qual esses ativos poderiam ter sido vendidos pela empresa na data do balanço.

Errado, conforme previsão da lei 6404/76:

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

II - os direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como **matérias-primas**, produtos em fabricação e bens em almoxarifado, pelo **custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo** ao valor de mercado, quando este for inferior;

Portanto, não usamos o valor justo no caso de avaliação de matérias-primas.



III Os saldos devedores e credores em que não havia direito de compensação foram apresentados separadamente.

Correto, art. 178, § 3º da LSA determina que os saldos devedores e credores que a companhia não tiver direito de compensar **serão classificados separadamente**.

IV As doações e subvenções para investimentos foram classificadas no patrimônio líquido como reservas de capital.

Errado, as doações e subvenções governamentais podem ser destinadas para constituição de Reservas de Lucros e não de Capital.

Bizu do Cespe: a banca sempre tenta confundir a classificação e o funcionamento de Reservas de Capital e Reservas de Lucros, mas esses grupos não se confundem.

V As ações em tesouraria foram apresentadas no balanço retificando a conta de patrimônio líquido que registrava a origem dos recursos utilizados na sua aquisição.

Correto, mais uma questão de ações em tesouraria, a o art. 182, § 5º da lei 6404/76 prevê que as ações em tesouraria deverão ser destacadas no balanço como dedução da conta do patrimônio líquido que registrar a origem dos recursos aplicados na sua aquisição.

Gabarito → D

45) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor de Estado/2018)** Acerca dos registros de operações típicas empresariais, das operações com mercadorias e estoques, da apuração do resultado e de dividendos, julgue os itens a seguir.

- I No fluxo de caixa, a compra de um terreno à vista é considerada uma atividade de investimento.
- II Os abatimentos são obtidos ou concedidos em virtude de as empresas realizarem grandes compras de mercadorias.
- III Os dividendos pagos no exercício são calculados na apuração do resultado, como dedutíveis de IRPJ e CSLL.
- IV O pagamento de fretes de mercadorias enviadas a clientes não implica ajuste da conta estoques no sistema de inventário permanente.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.



Comentários:

Vamos analisar cada uma das alternativas:

I No fluxo de caixa, a compra de um terreno à vista é considerada uma atividade de investimento. **Correto**, conforme previsão do CPC 03.

Principais exemplos de atividades do fluxo	
Investimentos	
Recebimento	Venda de imobilizado
	Venda de intangível
	Outros ativos de longo prazo
	Venda de participações societárias
Pagamento	Aquisição de imobilizado
	Aquisição de intangível
	Outros ativos de longo prazo
	Compra de participações societárias

II Os abatimentos são obtidos ou concedidos em virtude de as empresas realizarem grandes compras de mercadorias. **Errado**, na verdade os abatimentos costumam ser concedidos por causa de pequenos defeitos de fabricação ou erros no pedido, para que a venda não seja cancelada. São concedidos após a saída das mercadorias. Muito cuidado para não confundir com os descontos incondicionais.

III Os dividendos pagos no exercício são calculados na apuração do resultado, como dedutíveis de IRPJ e CSLL.

Errado, o cálculo dos dividendos é feito de maneira extra-contábil, não afetando o resultado do exercício, além disso, não são dedutíveis da base de cálculo do IRPJ e CSLL.

IV O pagamento de fretes de mercadorias enviadas a clientes não implica ajuste da conta estoques no sistema de inventário permanente. **Correto**, o pagamento de frete na venda de mercadorias representa uma despesa, assim sendo, não gera qualquer ajuste na conta estoques.

Estão certos apenas os itens

A I e II.

B I e IV.

C II e III.

D I, III e IV.

E II, III e IV.

Gabarito → B

46) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** Se o grau de alavancagem financeira de determinada sociedade anônima for igual a 1,35, isso significa que

- a) o retorno para os acionistas é 135% maior que aquele que obteriam caso a empresa fosse financiada exclusivamente com capital próprio.
- b) o retorno para os acionistas é 35% maior que aquele que obteriam caso a empresa fosse financiada exclusivamente com capital próprio.
- c) os recursos de terceiros são 1,35 vezes maiores que os recursos próprios da referida empresa.
- d) os recursos próprios dessa empresa são 1,35 vezes maiores que os recursos de terceiros.
- e) o retorno para os acionistas é 35% maior que aquele que obteriam caso a empresa fosse financiada exclusivamente pelo capital de terceiros.

Comentários:

O conceito de alavancagem financeira consiste em aumentar o retorno para o acionista, nos casos em que a rentabilidade da empresa seja maior que o custo de empréstimos de terceiros.

Quando a alavancagem ou o grau de alavancagem é maior que 1, o endividamento tem um efeito de alavanca sobre o lucro que sobra para o acionista.

Em que:

LL = Lucro líquido

PL = Patrimônio líquido

DF = Despesa financeira

A = Ativo

Observação: Alguns autores usam a seguinte fórmula:

Grau de alavancagem financeira (GAF)

$$\text{GAF: } \frac{\text{LL/PL médio}}{(\text{LL} + \text{DF})/\text{Ativo médio}}$$

Assim sendo, se o grau de alavancagem financeira de determinada sociedade anônima for igual a 1,35, o retorno para os acionistas é **35% maior que aquele que obteriam caso a empresa fosse financiada exclusivamente com capital próprio.**

Gabarito → B



- a) aumento do prazo médio de fabricação: **Errado**, aumenta o ciclo operacional e também aumento o ciclo financeiro.
- b) redução do prazo médio de pagamento aos fornecedores. **Errado**, não afeta o Ciclo Operacional e aumenta o Ciclo Financeiro.
- c) aumento do prazo médio de pagamento aos fornecedores. **Errado**, não afeta o Ciclo Operacional e diminui o Ciclo Financeiro.
- d) redução do prazo médio de cobrança. Correto. A redução do prazo médio de cobrança diminui o Ciclo Operacional e também o Ciclo Financeiro, e impacta favoravelmente o Giro dos Negócios, pois quanto menos os ciclo, maior o Giro e mais retorno a empresa consegue.
- e) aumento do prazo médio de estocagem de produtos acabados. Errado, aumenta o Ciclo Operacional e também aumento o Ciclo Financeiro.

Gabarito → D

- 48) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** Com relação aos indicadores de uma empresa adquirente, a compra à vista de estoques junto a fornecedores
- a) aumenta os índices de liquidez seca e liquidez imediata e mantém os índices de liquidez corrente e de liquidez geral nos patamares anteriores à ocorrência da transação.
- b) reduz os índices de liquidez seca e de liquidez imediata e mantém os índices de liquidez corrente e de liquidez geral nos patamares anteriores à ocorrência da transação.
- c) aumenta os índices de liquidez corrente e de liquidez geral e mantém os índices de liquidez seca e de liquidez imediata nos patamares anteriores à ocorrência da transação.
- d) aumenta os índices de liquidez corrente e de liquidez seca e mantém os índices de liquidez geral e de liquidez imediata nos patamares anteriores à ocorrência da transação.
- e) reduz os índices de liquidez seca e de liquidez imediata e aumenta os índices de liquidez geral e de liquidez corrente.

Comentários:

A compra a vista de estoque diminui o caixa (disponibilidades), aumenta o estoque e não afeta o valor total do Ativo Circulante, Ativo Realizável a Longo Prazo, Passivo Circulante e Passivo não Circulante.

Vejamos agora como esta operação afeta os índices de liquidez:

Liquidez Imediata = Disponibilidade / Passivo Circulante = **Diminui**, pois a compra a vista diminui as disponibilidades.



Liquidez Seca = (Ativo Circulante – Estoque) / Passivo Circulante = **Diminui**, pois a compra a vista de mercadorias não altera o Ativo Circulante, mas aumenta o valor do Estoque.

Liquidez Corrente = Ativo Circulante / Passivo Circulante = Sem alteração. O valor do Ativo Circulante e do Passivo Circulante não se altera com a compra a vista de mercadoria.

Liquidez Geral = (Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante) = Sem Alteração.

Portanto, a liquidez Imediata diminui, a Liquidez Seca também diminui, a Liquidez Corrente não se altera e a Liquidez Geral também não se altera.

“b) reduz os índices de liquidez seca e de liquidez imediata e mantém os índices de liquidez corrente e de liquidez geral nos patamares anteriores à ocorrência da transação.”

Gabarito → B

49) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** Se, para determinada empresa, o grau de imobilização de capitais permanentes apresenta valor inferior a 1,0, então

- a) a participação das aplicações permanentes da empresa em seu ativo total não é relevante.
- b) a empresa trabalha mais com capital de terceiros do que com capital próprio.
- c) a empresa trabalha mais com recursos de curto prazo do que com recursos de longo prazo.
- d) uma parcela dos recursos da empresa aplicados em investimentos de caráter permanente é financiada por dívidas de curto prazo.
- e) os recursos permanentes da empresa são insuficientes para financiar suas aplicações de caráter permanente.

Comentários:

O grau de Imobilização dos Capitais Permanentes ou Imobilização de Recursos não Correntes é obtido pela expressão:

$$\text{Imobilização de Capitais Permanentes} = \left(\frac{\text{Ativo Permanente}}{PL + PNC} \right)$$

Esse índice é uma variação do Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido e avalia qual o grau de **imobilização em relação aos recursos próprios e de terceiros de longo prazo**.

Só para reforçar:

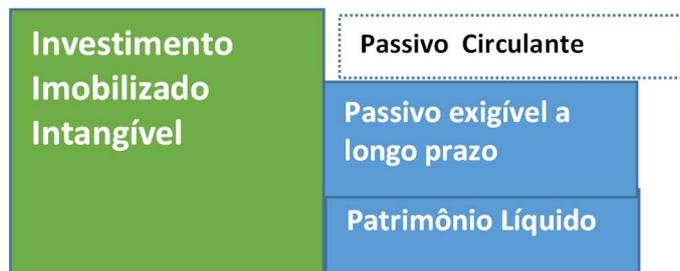


Se o ICP for igual a 1, indica que o ativo permanente é integralmente financiado com recursos não circulantes.

Se o ICP for menor que 1, significa que os **recursos não circulantes (recursos de longo prazo) financiam totalmente o Ativo Permanente e sobra para financiar o Ativo Realizável a Longo Prazo e/ou parte do Ativo Circulante.**



E, finalmente, se o ICP for maior que 1, significa que há recursos circulante financiando o Ativo Permanente. Assim sendo, a assertiva está correta.



O gabarito inicial apontado pela banca foi “D”, mas elaboramos um recurso e o Cespe anulou a questão:

O Grau de Imobilização de capitais permanentes é calculado da seguinte forma:

Imobilização de Capital permanente
 $\text{Ativo permanente} / (\text{Patrimônio Líquido} + \text{Passivo não circulante})$

O antigo Ativo Permanente atualmente pode ser considerado como a soma do Ativo Imobilizado + Investimentos + Intangível, OU como o Ativo não Circulante menos o Realizável a Longo prazo.

Se o índice é menor que 1, então o Ativo permanente é menor que o Capital permanente (Patrimônio Líquido mais Passivo não Circulante).

Nesse caso, o capital permanente é suficiente para financiar o Ativo Permanente e ainda sobra algum valor para financiar o capital de giro.

Portanto, a letra D está errada.

Estaria correta se o índice de imobilização dos capitais permanente fosse maior que 1. Nesse caso, as assertivas D e E estariam corretas.

Ressaltamos, Sr. Examinador, que, se a letra D estivesse correta, a letra E também estaria, pois ambas afirmam a mesma coisa com outras palavras.

Mas, como o índice é menor que 1, todas as assertivas estão erradas.

Assim, solicitamos a ANULAÇÃO da questão 67 por não apresentar alternativa correta.

JUSTIFICATIVA DA BANCA: A opção apontada preliminarmente como gabarito não pode ser considerada correta, pois a imobilização de recursos permanentes revela a porcentagem dos recursos passivos a longo prazo que se encontra imobilizada em itens ativos, ou seja, aplicadas no ativo permanente.

Gabarito → Anulada

50) **(CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018)** A respeito do indicador retorno sobre o investimento, julgue os itens a seguir.

I Duas empresas podem apresentar a mesma taxa de retorno, mas com margem de lucro e giro de ativo totalmente diferentes.

II Ao implantar um sistema de gestão de estoques que adota a manutenção de nível mínimo de estoque como premissa, a expectativa da empresa é que, mantido o mesmo nível de vendas, o giro do ativo venha a aumentar.

III Aumentar o giro do ativo sem aumentar simultaneamente a margem de lucro não é suficiente para provocar uma variação positiva na taxa de retorno sobre o investimento.

IV O volume de vendas não é uma variável relevante para o cálculo da margem de lucro de uma empresa.

Assinale a opção correta.



- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item IV está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Apenas os itens III e IV estão certos.

Comentários:

Retorno sobre Capital Empregado (RCE) = Margem Líquida x Giro do Ativo Total

Como:

Margem líquida: Lucro líquido/Vendas líquidas; e

Giro do ativo: Vendas líquidas/Ativo médio.

Façamos uma demonstração:

$$\begin{array}{l} \text{Margem líquida} \quad \times \quad \text{Giro do ativo} \\ \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Vendas líquidas}} \quad \times \quad \frac{\text{Vendas líquidas}}{\text{Ativo médio}} \quad \rightarrow \quad \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Ativo médio}} \end{array}$$

Os dois cálculos conduzem ao mesmo resultado. Mas é importante detalhar a taxa de retorno em seus dois componentes para facilitar a identificação das causas que podem ter levado a empresa a um desempenho melhor ou pior que o planejado.

Se o problema estiver na Margem, por exemplo, a empresa pode concentrar esforços para melhorá-la. Da mesma forma, um problema no Giro pode ser combatido com diminuição de estoques e clientes (diminuindo o ativo).

Vamos analisar as assertivas:

I Duas empresas podem apresentar a mesma taxa de retorno, mas com margem de lucro e giro de ativo totalmente diferentes.

Correto. A Taxa de Retorno pode ser calculada através do Giro vezes a Margem. Assim, duas empresas podem ter a mesma taxa de retorno com margem de lucro e giro de ativo totalmente diferente. Exemplo:

Empresa A = Giro 6 x Margem 5% = Taxa de retorno 30%

Empresa B = Giro 15 x Margem 2% = Taxa de Retorno 30%

II Ao implantar um sistema de gestão de estoques que adota a manutenção de nível mínimo de estoque como premissa, a expectativa da empresa é que, mantido o mesmo nível de vendas, o giro do ativo venha a aumentar.

Correto. O Giro do Ativo é “Vendas Líquidas / Ativo Médio”. Se a empresa continuar com o mesmo nível de vendas e diminuir os estoques, a diminuição do Ativo Médio aumenta o Giro do Ativo.



III Aumentar o giro do ativo sem aumentar simultaneamente a margem de lucro não é suficiente para provocar uma variação positiva na taxa de retorno sobre o investimento.

Errado. A Taxa de retorno é calculada através da multiplicação do Giro pela Margem. Aumentar o Giro sem aumentar a margem resulta no aumento da Taxa de Retorno.

IV O volume de vendas não é uma variável relevante para o cálculo da margem de lucro de uma empresa.

Errado. A Margem é calculada pela divisão do Lucro pelas vendas. Se as vendas aumentam ou diminuem, isso tem impacto direto no lucro e na margem de lucro.

Gabarito → C

51) **(CESPE/SEFAZ-RS/Auditor do Estado/2018)** A construção da contabilidade de custos, a partir da contabilidade societária pré-industrial, exigiu o desenvolvimento de novas terminologias e novas regras que se adaptaram aos procedimentos e às práticas contábeis vigentes. Com relação a esse assunto, julgue os itens a seguir.

I Sendo a despesa um bem ou serviço consumido com vistas à obtenção de uma receita, a expressão custo das mercadorias vendidas é tecnicamente incorreta: é, antes, uma despesa do que um custo.

II O custeio por absorção está apoiado no regime de competência: só se registram em contas de resultado os custos fixos e os variáveis dos produtos e das mercadorias que tenham sido efetivamente vendidos.

III Um contrato de manutenção de equipamentos industriais com cláusula de reajuste periódico pelo índice de preços é um exemplo de custo variável.

IV Se o salário do pessoal da área produtiva for contratado por mês e não por peça produzida, o custo da mão de obra torna-se um custo indireto.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) II e III
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) I, III e IV.

Comentários:

Vamos analisar cada alternativa:

I Sendo a despesa um bem ou serviço consumido com vistas à obtenção de uma receita, a expressão custo das mercadorias vendidas é tecnicamente incorreta: é, antes, uma despesa do que um custo.

Correto, apesar de ser chamado CUSTO das Mercadorias Vendidas, o CMV representa, na verdade, uma despesa, isto é, um bem ou serviço consumido com vistas à obtenção de uma receita.



II O custeio por absorção está apoiado no regime de competência: só se registram em contas de resultado os custos fixos e os variáveis dos produtos e das mercadorias que tenham sido efetivamente vendidos.

Correto, o custeio por absorção está de acordo com os Princípios de Contabilidade, especialmente no Princípio da Competência, que tem como consequência a simultaneidade de receitas e despesas.

III Um contrato de manutenção de equipamentos industriais com cláusula de reajuste periódico pelo índice de preços é um exemplo de custo variável.

Errado, Custo Variável é aquele que varia de acordo com o nível de produção, assim sendo, o contrato de manutenção, ainda que sofra reajustes periódicos, não pode ser considerado custo variável, mas um **custo fixo**.

IV Se o salário do pessoal da área produtiva for contratado por mês e não por peça produzida, o custo da mão de obra torna-se um custo indireto.

Errado, o custo indireto é aquele que não pode ser apropriado diretamente aos produtos, devendo-se utilizar critérios de rateio. Portanto, mesmo que a mão de obra direta seja remunerada por mês, ainda é classificada com custo direto.

Gabarito → A

52) **(CESPE/SEFAZ-RS/Auditor do Estado/2018)** A departamentalização auxilia na alocação racional de custos aos produtos, mas exige que seus diversos componentes estejam adequadamente conceituados e mensurados. Para a contabilidade de custos, um desses componentes é a unidade mínima de acumulação de custos indiretos, conceito que define

- a) os departamentos de serviços.
- b) os centros de custos.
- c) a gerência de administração da produção
- d) a equipe de contabilidade de custos.
- e) os departamentos de produção.

Comentários:

Conforme nos ensina o professor Eliseu Martins, **Centro de Custos** é a **unidade mínima de acumulação de Custos Indiretos**. Portanto, o nosso gabarito é “B”.

Além disso, **Departamento** é a **unidade mínima administrativa para a Contabilidade de Custos**, representada por pessoas e máquinas (na maioria dos casos), em que se desenvolvem atividades homogêneas.

Gabarito → B



53) **(CESPE/SEFAZ-RS/Auditor do Estado/2018)** Para apurar seus custos unitários de produção pelo custeio por absorção, determinada indústria utiliza um sistema de acumulação contínua de custos, controlados por meio da média ponderada móvel. No último período, a indústria trabalhou 200.000 unidades de seu único produto, concluindo 80% delas. As unidades não concluídas estavam 80% acabadas do ponto de vista dos custos de matérias-primas e 40% acabadas do ponto de vista dos custos de conversão.

A empresa apurou custos unitários de 12 UM (unidades monetárias) com matéria-prima direta, 4 UM com mão de obra direta e 16 UM com custos gerais de produção. Nessa situação hipotética, o valor do estoque final de produto semiacabado foi de

- A 1.280.000 UM.
- B 5.120.000 UM.
- C 6.400.000 UM.
- D 448.000 UM.
- E 704.000 UM.

Comentário:

Curiosa questão de “Equivalente de Produção”. Normalmente, as bancas informam o total dos custos para apurar o custo unitário com o equivalente de produção. Nessa, a banca já informou o custo unitário, vamos calcular o custo total das unidades semiacabadas.

Quantidade acabada: $200.000 \times 80\% = 160.000$ unidades

Unidades em elaboração: $200.000 \times 20\% = 40.000$ unidades

Considerando apenas as unidades semi acabadas, temos:

Quantidade de equivalente de produção para matéria prima:

Equivalentes: $40.000 \times 80\% = 32.000$

Total unidades acabadas para matéria prima: $32.000 \times 12 \text{ UM} = 384.000 \text{ UM}$

Equivalente de produção para custos de conversão (lembramos que os Custos de Conversão ou Custos de Transformação são a Mão de Obra direta mais os Custos Indiretos de Fabricação):

$40.000 \times 40\% = 16.000$ unidades equivalentes

Custo de conversão das unidades semi acabadas:

Valor $4 \text{ UM} + 16 \text{ UM} = 20 \text{ UM}$

Custos de conversão: $16.000 \text{ unidades} \times 20 \text{ UM} = 320.000 \text{ UM}$

Total estoque semiacabado = $384.000 + 320.000 = 704.000 \text{ UM}$



Gabarito → E

54) **(CESPE/SEFAZ-RS/Auditor do Estado/2018)** O custeio por absorção pode ser aplicado a partir de diferentes metodologias de acumulação de custos, as quais incluem a produção por ordem de serviços e a produção contínua que, apesar de apresentarem diferenças significativas, também apresentam algumas semelhanças. Essas semelhanças incluem

A o emprego das mesmas contas básicas de produção.

B a utilização de equivalentes de produção.

C idêntico grau de complexidade: ambas trabalham com produtos significativamente diferenciados.

D o fluxo regular de produtos ao longo de todo o processo de fabricação.

E o uso do mesmo documento-chave de controle de custos.

Comentário:

Vamos analisar as assertivas:

A) o emprego das mesmas contas básicas de produção.

Correto. A produção por ordem e a produção contínua usam as contas “Estoque de Matéria Prima e Estoques em processo” para controle do estoque.

B a utilização de equivalentes de produção.

Errado. Essa técnica é utilizada apenas para a produção contínua. Não se aplica à produção em processo.

C idêntico grau de complexidade: ambas trabalham com produtos significativamente diferenciados.

Errado. A produção contínua se refere a produtos homogêneos que são fabricados em série, ao contrário da produção por ordem, em que cada ordem corresponde a um produto. A produção por ordem refere-se à produção de navios, plataformas marítimas, usinas, e outros itens de longo prazo de produção.

D o fluxo regular de produtos ao longo de todo o processo de fabricação.

Errado. A afirmação está correta para a produção contínua, mas não para a produção por ordem.

E o uso do mesmo documento-chave de controle de custos.

Errado. Na produção por ordem, cada ordem corresponde a um produto. Os custos ficam acumulados em cada ordem de produção, que é o “documento chave” para controle de custos. Na produção contínua, não há ordem de produção. Os custos são acumulados e atribuídos aos produtos por período. Os documentos para controle de custos são as fichas de estoque, as requisições de materiais (do estoque para a produção), apontamentos de mão de obra, etc.

Gabarito → A



55) **(CESPE/SEFAZ-RS/Auditor do Estado/2018)** Uma empresa atinge seu ponto de equilíbrio ao vender 50 mil unidades de seu único produto. Caso ela aumente suas vendas em 5% — mantidos custos e preços —, ela obterá um lucro de R\$ 150 mil.

Nesse caso, o valor de sua margem de contribuição unitária será

- a) inferior a R\$ 5.
- b) superior a R\$ 5 e inferior a R\$ 25.
- c) superior a R\$ 25 e inferior a R\$ 45.
- d) superior a R\$ 45 e inferior a R\$ 65.
- e) superior a R\$ 65.

Comentários:

No Ponto de Equilíbrio as Receitas Totais são iguais aos Custos e Despesas Totais. Além disso, temos que:

$$\text{Ponto de equilíbrio} = \text{Custos fixos e despesas fixas} / \text{MCU}$$

Quando a empresa vende 50.000 unidades, está no ponto de equilíbrio, nesse caso, o **lucro é zero**. Se as vendas aumentarem em 5%, ou seja, $50.000 \times 0,05 = 2.500$, o lucro passará a ser 150.000.

Isto é, a venda de 2.500 unidades, gerou um lucro de 150.000, portanto, a Margem de Contribuição Unitária dos produtos é, $150.000/2.500 = \text{R\$ } 60,00/\text{unidade}$.

Gabarito → D

56) **(CESPE/SEFAZ-RS/Auditor do Estado/2018)** Os dados a seguir foram extraídos da contabilidade gerencial de uma empresa:

Custos e despesas fixas totais: R\$ 300.000;
Custos e despesas variáveis unitárias: R\$ 45;
Preço de venda: R\$ 60;
Faturamento no mês mais recente: R\$ 1.290.000.

A partir dessas informações, é correto afirmar que, no mês considerado, a margem de segurança da empresa

- a) inexistiu.



- b) foi inferior a 1.000 unidades.
- c) ficou entre 1.000 unidades e 2.000 unidades.
- d) ficou entre 2.000 unidades e 3.000 unidades.
- e) foi superior a 3.000 unidades.

Comentários:



A Margem de Segurança indica a quantidade em que a empresa está operando **acima do ponto de equilíbrio**, ou seja, indica o quanto as vendas podem cair antes de a empresa entrar em prejuízo.

Por exemplo, se uma empresa possui ponto de equilíbrio de 900 unidades e vende atualmente 1.000 unidades, então a sua margem de segurança é de 100 unidades. Pode também ser indicada em percentual. Nesse caso, a margem de segurança seria de 10% ($100/1.000 = 10\%$).

Para resolvermos a nessa questão, vamos encontrar o ponto de equilíbrio:

$$\text{Ponto de equilíbrio} = \text{Custos fixos e despesas fixas} / \text{MCU}$$

$$\text{MCU} = 60 - 45 = 15$$

$$\text{Custos Fixos} = \text{R\$ } 300.000;$$

$$\text{Ponto de Equilíbrio} = 300.000/15 = 20.000 \text{ unidades.}$$

O faturamento da empresa foi de 1.290.000 e o valor de venda é de R\$ 60, portanto, $1.290.000/60 = 21500$ unidades foram vendidas.

Agora podemos encontrar a margem de segurança da empresa: $21.500 - 20.000 = 1.500$

Gabarito → C

57) **(CESPE/SEFAZ-RS/Auditor do Estado/2018)** Para determinada empresa, a margem de contribuição de seu único produto é de R\$ 18 e os custos fixos, de R\$ 270.000. Visando aumentar a lucratividade, a empresa decidiu utilizar matéria-prima de melhor qualidade, o que lhe permitirá, ao mesmo preço de venda e sem aumentar seus custos fixos, ampliar significativamente suas vendas. A nova matéria-prima aumentará em 5% o total de custos variáveis, que já somam 60% da receita de vendas.

Nessa situação hipotética, o ponto de equilíbrio será atingido se as vendas da empresa aumentarem de $i\%$, em que

- a) $3 \leq i \leq 5$.
- b) $5 \leq i \leq 7$.
- c) $7 \leq i \leq 9$.



- d) $i \geq 13$
e) $i = 0$.

Comentários:



O 1ª passo para resolvermos essa questão é encontrar o ponto de equilíbrio:

$$\text{MCU} = 18$$

Custos Fixos = R\$ 270.000;

Ponto de Equilíbrio = $270.000/18 = 15.000$ unidades.

O próximo passo é encontrarmos o preço de venda praticado pela empresa. No ponto de equilíbrio a receita de vendas é igual ao total dos custos. (Variáveis e fixos).

Receita de Venda = $15.000 \times \text{PV}$ (I)

A questão fala que custos variáveis 60% da receita de vendas, isto é:

$$\text{Custos Variáveis} = 0,6 \times \text{Receita de Venda} = 0,6 \times 15.000 \times \text{PV} = 9.000 \times \text{PV}$$

$$15.000 \times \text{PV} = 9.000 \times \text{PV} + 270.000$$

$$15.000 \times \text{PV} - 9.000 \times \text{PV} = 270.000$$

$$6.000 \times \text{PV} = 270.000 \rightarrow \text{PV} = 270.000/6.000 = \mathbf{R\$ 45,00}$$

Com o preço de venda vamos encontrar o Custo Variável Unitário através da Margem de Contribuição Unitária que é a diferença entre o Preço de Venda e os Custos Variáveis Unitários.

$$\mathbf{\text{MCU} = 45 - \text{CVU} \rightarrow 18 = 45 - \text{CVU} \rightarrow \text{CVU} = 45 - 18 = 27}$$

Agora, com a nova matéria-prima, o CVU vai aumentar em 5%, isto é, de 27 vai passar para 28,35. Mantendo-se o mesmo preço de venda de R\$ 45, a nova MCU será de $45 - 28,35 = 16,65$.

Agora vamos calcular o novo ponto de equilíbrio, com as alterações promovidas pela empresa:

$$\text{Ponto de Equilíbrio} = 270.000/16,65 = \mathbf{16216 \text{ unidades (aproximadamente)}}.$$

Portanto, para atingirmos o novo ponto de equilíbrio a empresa terá que vender $16.216 - 15.000 = 1.216$ unidades a mais, o que significa um aumento de $1.216/15.000 = 8\%$ (aproximadamente).

Gabarito → C



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS -BA

58) De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na demonstração de fluxo de caixa, quando do pagamento de empréstimo bancário, a parcela relativa a juros e a parcela relativa à amortização do principal classificam-se:

- A) atividade de financiamento, em ambos os casos.
- B) atividade operacional, em ambos os casos.
- C) atividade operacional e atividade de investimento, respectivamente.
- D) atividade de investimento e atividade de financiamento, respectivamente.
- E) atividade operacional e atividade de financiamento, respectivamente.

Comentários:

O CPC 03 encoraja fortemente as entidades a classificarem os juros, recebidos ou pagos, e os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxos de caixa das **atividades operacionais**.

Por sua vez, a amortização de empréstimo bancário é classificada com **fluxo de financiamento**.

Gabarito →E

59) De acordo com o CPC, constitui exemplo de fluxo de caixa associado a atividades de investimento:

- A) o pagamento a empregados ou por conta de empregados.
- B) o pagamento a fornecedores de mercado de serviços.
- C) o recebimento de caixa decorrente de royalties.
- D) o recebimento de caixa por seguradora de prêmios e sinistro.
- E) o ganho ou a perda na alienação de imóveis.

Comentários:

Principais exemplos de atividades do fluxo	
Investimentos	
Recebimento	Venda de imobilizado
	Venda de intangível
	Outros ativos de longo prazo
	Venda de participações societárias
Pagamento	Aquisição de imobilizado
	Aquisição de intangível

	Outros ativos de longo prazo
	Compra de participações societárias

O ganho ou perda na alienação de imóveis está relacionado com **atividades de investimento**.

Gabarito →E

60) Segundo o CPC 25, um passivo deve ser reconhecido quando a sua ocorrência for provável, isto é, quando a probabilidade da sua ocorrência for:

- A) igual a 20%
- B) superior a 20% e inferior a 30%.
- C) superior a 30% e inferior a 40%.
- D) superior a 40% e inferior a 50%.
- E) superior a 50%.

Comentários:

De acordo com o CPC 25, para que um passivo se qualifique para reconhecimento, é necessário haver não somente uma obrigação presente, mas também a probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação.

Uma saída de recursos ou outro evento é considerado como **provável** se o evento for **mais provável que sim do que não de ocorrer**, isto é, **se a probabilidade de que o evento ocorrerá for maior do que a probabilidade de isso não acontecer**.

Em termos matemáticos, a probabilidade de ocorrer deve ser superior a 50%.

Gabarito →E

61) A mutação que ocorre no PL durante um período, vindo de transações e outros eventos não derivados de transações com os sócios na qualidade de proprietário é evidenciada pela demonstração contábil:

- A) de DMPL
- B) de DOAR
- C) de DFC
- D) de DVA
- E) de resultados abrangentes.

Comentários:



Pessoal, o CPC 26 apresenta a seguinte definição: **Resultado abrangente** é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não sejam derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários.

Portanto, a alternativa “E”, Demonstração de Resultados Abrangentes, está correta, não há dúvida. Porém, em nosso entendimento, a alternativa “A”, DMPL, também está correta, pois a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido também evidencia o Resultado Abrangente do Período, conforme prevê o CPC 26:

106. A entidade deve apresentar a demonstração das mutações do patrimônio líquido conforme requerido no item 10. A demonstração das mutações do patrimônio líquido inclui as seguintes informações:

(a) o **resultado abrangente do período**, apresentando separadamente o montante total atribuível aos proprietários da entidade controladora e o montante correspondente à participação de não controladores;

Entendemos que há duas respostas corretas e a questão foi anulada.

Gabarito → Anulada

62) A mensuração do valor justo de um ativo já registrado relaciona-se:

- A) ao ponto de vista de um participante da gestão.
- B) às premissas sobre risco, envolvendo a precificação.
- C) ao total da NF de entrada na data da compra.
- D) ao preço de transferência entre empresas coligadas.
- E) à ausência de estimativa do mercado para a precificação.

Comentários:

O CPC 46, em seu Apêndice A, define valor justo como sendo o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, portanto, representa **um valor de saída**. Assim, **eliminamos a alternativa C, pois trata-se valor da NF representa um valor de entrada**.

Ademais, o valor justo mensurado em conformidade com as orientações do CPC 46 resultará no montante que se espera receber pela venda do ativo em condições normais. O FIPECAFI afirma que, nesse sentido, em geral, o preço de cotação num mercado ativo do item será a melhor evidência de valor justo. Com isso, eliminamos a alternativa E.



A alternativa A também não está correta, pois o valor justo está relacionado ao ponto de vistas dos participantes do mercado e não da gestão da empresa.

Sobre a assertiva D, ela também não está correta, pois como regra preço de transferência entre partes relacionadas não pode ser considerado valor justo, somente se for comprovado que a operação foi realizada em condições do mercado.

Portanto, nosso gabarito é a assertiva “B”, porque o CPC 46 afirma que ser uma mensuração baseada em mercado, o valor justo é mensurado utilizando-se as **premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou o passivo**, incluindo premissas sobre risco. Como resultado, a intenção da entidade de manter um ativo ou de liquidar ou, de outro modo, satisfazer um passivo não é relevante ao mensurar o valor justo.

Gabarito → B

63) Conforme o disposto na lei 6404/1976, a participação de empregados no resultado líquido da empresa será efetivada se houver:

- A) saldo positivo após a dedução de prejuízos e impostos sobre a renda.
- B) constituição de reserva de lucros anterior à referida participação.
- C) proposta de distribuição de resultado líquido do exercício.
- D) constituição de reserva de legal anteriormente à referida participação.
- E) constituição de reserva para contingências anteriormente à referida participação.

Comentários:

O art.187 da LSA prevê que a demonstração do resultado do exercício discriminará (nessa ordem):

V - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;

VI – as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;

Assim, a participação de empregados no resultado líquido da empresa será efetivada se houver saldo positivo após a dedução de prejuízos e impostos sobre a renda.

Gabarito → A

64) A empresa Catex S.A., quando da finalização de seu resultado ao final do ano, apresentava lucro de R\$ 288.500, antes do imposto sobre a renda, o qual seria R\$ 43.275. Na empresa, há acordo



de participação nos resultados dos empregados e diretores nos percentuais de 10% e 5%, respectivamente.

Nessa situação hipotética, considerando-se o disposto na Lei 6404/76, o valor total a ser distribuído aos diretores é:

- A) R\$ 24522, 50
- B) R\$ 28850,00
- C) R\$ 11035, 13
- D) R\$ 14425,00
- E) R\$ 12261,25

Comentários:

A Lei 6404/76 prevê:

Art. 190. As participações estatutárias de empregados, administradores e partes beneficiárias serão determinadas, **sucessivamente e nessa ordem**, com base nos lucros que remanescerem **depois de deduzida a participação anteriormente calculada**.

Portanto, temos:

CÁLCULO DAS PARTICIPAÇÕES	
Lucro antes IR e das participações	R\$288.500,00
(-) Provisão para IR e CSLL	-R\$43.275,00
= Base de Cálculo das Participações	R\$245.225,00
Base de cálculo dos empregados (10%)	R\$245.225,00
(-) Participação dos empregados (10%)	-R\$24.522,50
Base de cálculo dos diretores (5%)	R\$220.702,50
(-) Participação dos diretores (5%)	-R\$11.035,13
Lucro após IR e Participações	R\$209.667,38

Gabarito → C

65) Segundo o CPC 36, as demonstrações consolidadas devem ser apresentadas pela empresa:

- A) investidora com controle acionário.
- B) coligada sem controle acionário.
- C) investida de grande porte.
- D) investidora sem controle acionário.



E) investida de porte médio.

Comentários:

O CPC 36 afirma que o objetivo deste Pronunciamento é estabelecer princípios para a apresentação e elaboração de demonstrações consolidadas quando a entidade **controla uma ou mais entidades**.

Para atingir o objetivo do item 1, este pronunciamento:

(a) exige que a entidade (controladora) que controle uma ou mais entidades (controladas) apresente demonstrações consolidadas;

Gabarito →A

66) Conforme alteração na Lei 6404/76 pela Lei 11638/07, determinada demonstração contábil passou a ser optativa para as companhias abertas. A referida demonstração contábil é:

- A) BP
- B) DRE
- C) DFC
- D) DOAR
- E) DVA

Comentários:

Com a alteração da Lei Societária pela Lei nº 11.638/07, a Demonstração dos Fluxos de Caixa passou a compor o elenco das demonstrações obrigatórias, **em substituição à Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos**.

Gabarito →D

67) Considere que o estatuto de determinada companhia aberta seja omissivo quanto à distribuição de dividendos. Nesse caso, a lei 6404/76 prevê que, após a constituição das reservas, sobre o LLE, os acionistas terão direito a:

- A) 10%
- B) 20%
- C) 35%
- D) 45%
- E) 50%



Comentários:

Se o **estatuto for omissis** sobre o valor a ser pago a título de dividendos, aplicamos a regra prevista no inciso I do artigo 202, que propõe:

Art. 202. Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissis, a importância determinada de acordo com as seguintes normas:

I - metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e
- b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;

Caso o estatuto seja **OMISSO**, temos de ajustar a base de acordo com o exposto acima.

Base de cálculo ajustada: $50\% \times [\text{Lucro líquido} - \text{Reserva legal} - \text{Reserva para contingências} + \text{Reversão de reserva para contingências} - \text{Reserva de incentivos fiscais (facultativo)} - \text{Reserva de prêmio na emissão de debêntures (facultativo)}]$.

Contudo, **caso venha a fixar depois, não poderá fazê-lo em menos de 25% do percentual do lucro líquido ajustado, mostrado acima.**

Fica assim:

Dividendos	
Estatuto expresso	Fixa o quanto quiser
Estatuto omissis (base de cálculo): 50% do lucro líquido ajustado, que é encontrado da seguinte maneira	Lucro líquido do exercício
	- Reserva legal
	- Reserva para contingências
	+ Reversão de reserva para contingências
	- Reserva de incentivos fiscais (facultativo)
	- Reserva emissão de debent. (facultativo)
Se fixar depois	Mínimo 25% do valor do lucro ajustado acima

Gabarito → E



EBSERH – 2018 – ANALISTA CONTÁBIL

68) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** Ao se ajustar o fluxo de caixa de um negócio a valor presente, não havendo possibilidade de estimar confiavelmente o prêmio de risco envolvido, poder-se-á optar pela taxa de juros livre de risco, externa ao negócio, como taxa de desconto.

Comentários:

Segundo o CPC 12:

14. Em muitas situações **não é possível se chegar a uma estimativa confiável** para o prêmio pelo risco ou, em sendo possível, o montante estimado pode ser relativamente pequeno se comparado a erros potenciais nos fluxos de caixa estimados. Nesses casos, **excepcionalmente**, o **valor presente** de fluxos de caixa esperados pode ser obtido com a **adoção de taxa de desconto** que reflita unicamente a **taxa de juros livre de risco**, desde que com ampla divulgação do fato e das razões que levaram a esse procedimento.

Gabarito → Correto.

69) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** Para que um ativo financeiro seja mensurado ao custo amortizado, é necessário que suas cláusulas contratuais prevejam fluxos de caixa exclusivamente de principal e juros sobre esse principal, nas datas previamente acordadas, e que o modelo de negócio em que o ativo esteja inserido tenha por objetivo receber esses fluxos de caixa contratuais.

Comentários:

Segundo o CPC 48 – Instrumentos Financeiros:

4.1.1 A menos que o item 4.1.5 seja aplicável, a entidade deve classificar ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto:

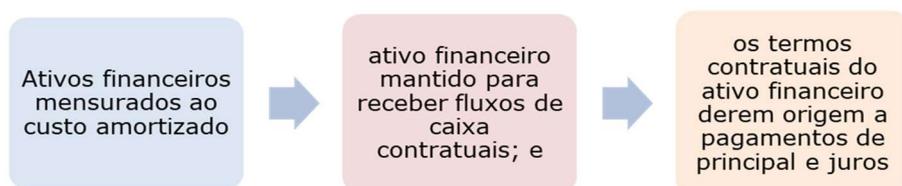
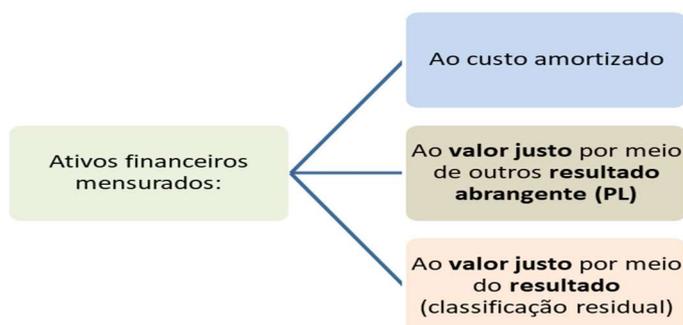
- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

4.1.2 O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e



(b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.



Gabarito → Correto

70) (CESPE/Analista/EBSERH/2018) A utilização de ações disponíveis em tesouraria para a captação de caixa por meio do ingresso de novos acionistas não controladores na entidade constitui um tipo de receita.

Comentários:

O item está incorreto! Ações em tesouraria são ações que a companhia adquire dela mesma! A aquisição de ações em tesouraria e sua alienação são ditas transações de capital e, como tal, não devem afetar o resultado do exercício.



VOCÊ SABE O QUE É UMA TRANSAÇÃO DE CAPITAL?

Segundo o Fipecafi, Transações de capital são aquelas entre a empresa e os sócios, quando estes na sua capacidade de proprietários (e não de clientes ou fornecedores da empresa). São exemplo dessas operações: aumento de capital, devolução de capital, distribuição de lucros, aquisição de ações próprias que a empresa faz junto aos sócios, GASTOS COM EMISSÃO DE AÇÕES. Por serem transações entre sócios e a empresa, NÃO DEVEM SER TRATADAS COMO RECEITAS OU DESPESAS DO PERÍODO, mas contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido. Esse entendimento é FUNDAMENTAL para entendermos um pouco mais das contas que integram o Patrimônio Líquido.

Gabarito - Errado.

71) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** Se uma empresa for adquirida em uma combinação de negócios e, inesperadamente, após a aquisição, o adquirente obtiver um ganho com a liquidação em condições vantajosas de um passivo da adquirida, tal ganho representará um goodwill.

Comentários:

Segundo o CPC 15 – Combinação de negócios:

47. O adquirente deve considerar todos os fatores pertinentes para determinar se a informação obtida após a data de aquisição teria resultado em ajuste nos valores provisórios reconhecidos ou se essa informação é proveniente de eventos que ocorreram após a data da aquisição. Fatores pertinentes incluem a data em que a informação adicional é obtida, bem como se o adquirente consegue identificar uma razão para a alteração dos valores provisórios. É mais provável que uma informação obtida logo após a data da aquisição represente circunstâncias existentes na data de aquisição do que uma informação obtida vários meses depois.

Por exemplo, a menos que um **evento interveniente que altere o valor justo** possa ser identificado, a venda de ativo para terceiros **logo após a data da aquisição** por um valor significativamente diferente do valor justo mensurado provisoriamente para esse ativo constitui um evento indicativo de que o valor provisório reconhecido provavelmente estava errado. (Alterado pela Revisão CPC 03)

48. O adquirente deve reconhecer aumento (ou redução) nos valores provisórios reconhecidos para um ativo identificável (ou passivo assumido) por meio de aumento (ou redução) no ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)

Gabarito → Correto



72) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** Situação Hipotética. Um fornecedor de equipamentos industriais vendeu, à vista, uma máquina por um valor 10% abaixo do valor habitual de mercado. As partes envolvidas não tinham qualquer outro tipo de relacionamento a não ser a transação descrita, não se achavam constrangidas de qualquer forma e possuíam pleno conhecimento sobre o mercado e as características do negócio que realizavam.

Assertiva: Nessa situação, na data da realização da transação, o preço acordado foi o seu valor justo.

Comentários:

Segundo o CPC 46:

9. Este Pronunciamento define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

B4. Ao determinar se o valor justo no reconhecimento inicial é igual ao preço da transação, a entidade deve levar em conta fatores específicos da transação e do ativo ou passivo. Por exemplo, o preço da transação pode não representar o valor justo de ativo ou passivo no reconhecimento inicial se qualquer das condições seguintes se aplicar:

- (a) a transação for entre partes relacionadas, embora o preço na transação com partes relacionadas possa ser utilizado como informação na mensuração do valor justo se a entidade tiver evidência de que a transação foi realizada em condições de mercado;
- (b) a transação ocorre sob coação ou o vendedor é forçado a aceitar o preço na transação. Por exemplo, esse pode ser o caso quando o vendedor está passando por dificuldades financeiras;
- (c) a unidade de contabilização representada pelo preço da transação é diferente da unidade de contabilização para o ativo ou passivo mensurado ao valor justo. Por exemplo, esse pode ser o caso se o ativo ou o passivo mensurado ao valor justo for apenas um dos elementos na transação (por exemplo, na combinação de negócios), a transação incluir direitos e privilégios implícitos que sejam mensurados separadamente de acordo com outro Pronunciamento ou o preço da transação incluir custos de transação;
- (d) o mercado no qual ocorre a transação é diferente do mercado principal (ou mais vantajoso). Por exemplo, esses mercados podem ser diferentes se a entidade for uma revendedora que celebrar transações com clientes no mercado de varejo, mas o mercado principal (ou mais vantajoso) para a transação de saída for com outros revendedores no mercado de revendedores.

Faltou apenas mencionar que a transação foi feita no mercado principal. Mas a questão atende perfeitamente à definição de valor justo: “É o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.”

Gabarito – Correto.

73) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** Ajustes de exercícios anteriores afetam a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, desde que sejam derivados de fatos subsequentes.

Comentários:

Segundo a Lei 6.404/76:

Art. 186. A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará:

- I - o saldo do início do período, **os ajustes de exercícios anteriores** e a correção monetária do saldo inicial;
- II - as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício;
- III - as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

§ 1º **Como ajustes de exercícios anteriores serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.**

Portanto, os ajustes de exercícios anteriores não podem ser atribuídos a fatos subsequentes.

Gabarito – Errado.

74) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** O valor pago na aquisição de um imóvel destinado a locação a terceiro é exemplo de fluxo de caixa decorrente de atividades de investimento.

Comentários:

Segundo o CPC 03:

Algumas transações, como a venda de item do imobilizado, podem resultar em ganho ou perda, que é incluído na apuração do lucro líquido ou prejuízo. Os fluxos de caixa relativos a tais transações são fluxos de caixa provenientes de atividades de investimento. Entretanto, pagamentos em caixa para a **produção ou a aquisição de ativos mantidos para aluguel** a terceiros que, em sequência, são vendidos, conforme descrito no item 68A do Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado,

são fluxos de caixa advindos **das atividades operacionais**. Os recebimentos de aluguéis e das vendas subsequentes de tais ativos são também fluxos de caixa das atividades operacionais.

Ou seja, o valor pago na aquisição de uma máquina, com o objetivo de aluguel para terceiros, não é classificado como fluxo de investimento, mas como **fluxo operacional**.

Gabarito – Errado.

75) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** Na demonstração do resultado do exercício, as receitas devem ser apresentadas pelo critério de competência, avaliados segundo o seu custo histórico.

Comentários:

O CPC 47 determina que as receitas de contrato com clientes devem ser apresentadas pelo **valor justo da contraprestação**. Havendo juros, estes devem ser tratados como receita financeira.

Portanto, gabarito errado.

Gabarito – Errado.

76) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** Uma empresa que tenha adquirido insumos de terceiros para seu processo produtivo deve apresentar esses valores na seção da demonstração do valor adicionado destinado à demonstração da riqueza criada pela entidade.

Comentários:

Item correto! Os insumos adquiridos de terceiro compõem a primeira parte da DVA, também conhecida por representar a riqueza gerada pela entidade.

14. A DVA, em sua primeira parte, deve apresentar de forma detalhada a riqueza criada pela entidade. Os principais componentes da riqueza criada estão apresentados a seguir nos seguintes itens (...):

Insumos adquiridos de terceiros (...)

Gabarito – Correto.

77) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** Apesar de ser facultativa, segundo a legislação societária, a demonstração das mutações do patrimônio líquido integra o rol de demonstrações financeiras classificadas como obrigatória pelo CPC.

Comentários:



Item correto! Segundo a Lei 6.404:

A DMPL não consta como sendo obrigatória pela Lei 6.404/76. Todavia, o CPC 26 (Apresentação das demonstrações contábeis) arrolou esta demonstração dentre aquelas que fazem parte do conjunto das demonstrações contábeis de uma entidade. Tal menção levou o FIECAFI, no livro Manual de Contabilidade Societária, a considerar que, a partir da edição do Pronunciamento Contábil, a DMPL passa a ser obrigatória a todos os tipos societários.

Gabarito – Correto.

78) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** Situação hipotética: Uma empresa adquiriu o equipamento industrial X, com vida útil estimada de 10 anos e capacidade de processamento de um milhão de peças. X custou R\$ 350 mil e apresentou a produtividade de 80 mil peças no primeiro ano e 120 mil peças no segundo ano.

No final do primeiro trimestre do terceiro ano de utilização de X, quando há haviam sido produzidas mais 40 mil peças, a empresa resolveu substituir esse equipamento por um mais moderno, tendo realizado a venda de X por R\$ 270 mil. A depreciação foi calculada pelo método das unidades produzidas.

Assertiva: Nessa situação, a empresa realizou uma perda com baixa de x.

Comentários:

Vamos calcular a depreciação acumulada, pelo método das unidades produzidas.

$80 \text{ mil} + 120 \text{ mil} + 40 \text{ mil} = 240 \text{ mil peças produzidas.}$

$\text{Depreciação acumulada} = 240 / 1.000 = 0,24 = 24\%$



Depreciação acumulada = $350.000 \times 24\% = 84.000$

Valor contábil = Valor original – Depreciação acumulada

Valor contábil = $350.000 - 84.000 = 266.000$

Resultado da baixa = preço de venda – valor contábil

Resultado da baixa = $270.000 - 266.000 = 4.000$

Portanto, houve um ganho de \$4.000 com a baixa, e não uma perda.

Gabarito – Errado

79) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** Enquanto o custo deduzida da depreciação, amortização ou exaustão, revisado periodicamente pela avaliação de recuperabilidade do valor investido, é o critério de avaliação de ativos imobilizados na maior parte das empresas, nas empresas agrícolas, os ativos biológicos devem, em geral, ser avaliados a valor justo.

Comentários:

Item correto! Segundo o CPC 29, o ativo biológico é avaliado a valor justo.

12. O ativo biológico deve ser mensurado ao **valor justo** menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos descritos no item 30, em que o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável.

Gabarito – Correto.

80) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** A constatação de que o valor de mercado das ações de uma empresa é inferior ao seu valor patrimonial é um indicativo externo de que seus ativos podem estar sobreavaliados, sinalizando a necessidade de realização de teste de recuperabilidade do valor patrimonial desses ativos.

Comentários:

O item está correto. Geralmente, como a empresa trabalha com seus ativos em sinergia, o valor de mercado da companhia é maior do que o valor patrimonial.

Quando isso não acontece, superando o valor patrimonial ao valor de mercado, pode ser um indicativo de que a empresa passar por um “problema”, estando os seus ativos superavaliados ou sobreavaliados.

Nesta hipótese, é possível a realização do teste de recuperabilidade.

Gabarito – Correto.

Uma empresa adquiriu R\$ 220.000,00 de materiais para a produção, sendo recuperáveis R\$ 20.000,00 de IPI e R\$ 24.000,00 de ICMS.

Considerando essa situação hipotética, julgue os seguintes itens a respeito do tratamento contábil aplicável aos impostos e às contribuições.

81) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** O lançamento contábil a ser realizado no término do período da apuração do IPI deverá ser o seguinte.

D – IPI a recuperar R\$ 20.000,00

C – IPI a recolher R\$ 20.000,00

82) **(CESPE/Analista/EBSERH/2018)** O lançamento contábil a ser realizado na data de aquisição dos materiais deverá ser o seguinte:

D – Estoque de matérias primas 176.000,00

D – IPI a recuperar 20.000,00

D – ICMS a recuperar 24.000,00

C – Fornecedores 220.000,00

Comentários:

Como é para produção, IPI e ICMSs são recuperáveis. O lançamento na aquisição é o que se segue:

D – Estoque de matérias primas 176.000,00

D – IPI a recuperar 20.000,00

D – ICMS a recuperar 24.000,00

C – Fornecedores 220.000,00

Portanto, questão 83 correto.

No final do exercício, se não houve qualquer venda, não há motivo para lançar o IPI a recuperar contra o IPI a recolher. Esse lançamento só é realizado se for para abater o valor a recuperar do valor a recolher.

Ademais, pelo que foi apresentado na questão, você está aumentando o saldo do seu IPI a recuperar e do IPI a recolher, o que não tem sentido.

Gabarito 81 - Errado.

Gabarito 82 – Correto.

GABARITO

Questão	Gabarito	Questão	Gabarito	Questão	Gabarito
1	ANULADA	31	E	61	ANULADA
2	A	32	A	62	B
3	ANULADA	33	E	63	A
4	B	34	C	64	C
5	E	35	A	65	A
6	E	36	A	66	D
7	A	37	A	67	E
8	D	38	B	68	C
9	E	39	A	69	C
10	ANULADA	40	B	70	E
11	B	41	B	71	C
12	A	42	D	72	C
13	A	43	E	73	E
14	A	44	D	74	E
15	D	45	B	75	E
16	B	46	B	76	C
17	B	47	D	77	C
18	D	48	B	78	E
19	C	49	ANULADA	79	C
20	D	50	C	80	C
21	C	51	A	81	E
22	E	52	B	82	C
23	C	53	E		
24	B	54	A		
25	A	55	D		
26	D	56	C		
27	ANULADA	57	C		
28	D	58	E		
29	C	59	E		
30	A	60	E		



SIMULADO 01

QUESTÕES APRESENTADAS

1. Em relação aos mecanismos contábeis para avaliação de ativos, passivos, impostos e custos, julgue o item que se segue.

A depreciação de um ativo somente deve ser contabilizada a partir do momento em que o ativo estiver efetivamente em uso.

2. A receita de subvenção lançada como reserva de incentivos fiscais compõe a base de cálculo do imposto de renda.

3. A respeito dos conceitos de ativo e passivo, julgue o item subsequente.

Suponha que a assembleia da empresa ABC S/A tenha deliberado aumentar a produção de seu principal produto, decidindo pela aquisição de uma nova máquina pela modalidade de arrendamento financeiro, com prazo de pagamento em cinco anos, o que gerou um ato administrativo. Nesse caso, no momento da decisão acerca do arrendamento por parte da assembleia, a empresa aumentará o seu passivo.

4. Acerca do reconhecimento e da divulgação de ativos e passivos, assinale a opção correta.

a) Um passivo trabalhista só será objeto de registro contábil quando do trânsito em julgado da sentença condenatória.

b) Registra-se em passivo não circulante a existência de uma obrigação presente com remota probabilidade de saída de recursos.

c) Existindo uma obrigação presente, mas que apenas provavelmente vá requerer uma saída de recursos para sua liquidação, não se registra uma provisão, porém divulga-se informação pertinente em nota explicativa.

d) Se um ingresso de benefícios econômicos for praticamente certo, um ativo contingente deverá ser reconhecido.

e) Caso uma entrada de benefício econômico não seja provável, nenhum ativo deverá ser reconhecido ou divulgado.

5. Com relação aos componentes do patrimônio e ao conceito de receita, julgue o próximo item, de acordo com os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos recuperáveis, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços.

6. Julgue o item subsequente, relativo à contabilização de operações contábeis diversas.

O desconto de uma duplicata em banco, além de gerar um débito em caixa ou equivalentes de caixa e um crédito em duplicatas descontadas, gera um débito em despesas do período na demonstração do resultado do exercício (DRE) relativo aos juros pagos na data da liberação do crédito.

7. Com referência às demonstrações contábeis, julgue o item a seguir.

A demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) apresenta as variações que tenham ocorrido no capital próprio da empresa durante um determinado período, mostrando os aumentos e as reduções de capital, incluído o resultado do exercício. A aquisição de ações de própria emissão é um evento que aumenta o patrimônio líquido e deve estar registrada na DMPL.

8. A amortização de ativo intangível, independentemente de sua vida útil, deve ser suspensa a partir do momento em que o bem for classificado como disponível para venda, voltando a ser depreciado normalmente se essa situação for revertida.

9. Acerca de demonstrações contábeis, julgue o item a seguir.

Se uma empresa apresentou, na conta duplicatas a receber, saldo final de R\$ 35.000,00 em 31/12/20X1 e saldo final de R\$ 45.000,00 em 31/12/20X2, então, considerando-se que, em 20X2, a receita de vendas a prazo tenha sido de R\$ 150.000,00, é correto afirmar que o valor recebido dos clientes em 20X2, apresentado no grupo atividades operacionais na demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto, terá sido superior a R\$ 135.000,00.

10. Com base nas informações apresentadas no quadro abaixo que se refere a uma máquina adquirida por certa empresa, aplicando-se o teste de recuperabilidade (impairment), registra-se uma perda de ativos maior que o valor da depreciação.

Custo de aquisição 2.730.000,00

(-) Depreciação acumulada (980.000,00)



(=) Valor contábil 1.750.000,00

Valor em uso 1.710.000,00

Valor justo 1.695.000,00



QUESTÕES COMENTADAS

1. **(CESPE/SEDF/AGE/Contabilidade/2017)** Em relação aos mecanismos contábeis para avaliação de ativos, passivos, impostos e custos, julgue o item que se segue.

A depreciação de um ativo somente deve ser contabilizada a partir do momento em que o ativo estiver efetivamente em uso.

Comentários:

Segundo o CPC 27, item 55 temos que:

A depreciação do ativo se inicia quando este está **disponível para uso, ou seja, quando está no local e em condição de funcionamento na forma pretendida pela administração.**

A depreciação de um ativo deve **cessar** na data em que o ativo é **classificado como mantido para venda** (ou incluído em um grupo de ativos classificado como mantido para venda de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo-Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada) **ou**, ainda, na data em que o **ativo é baixado**, o que ocorrer primeiro.

Assim sendo, o item erra ao afirmar que a depreciação inicia quando o ativo estiver efetivamente em uso; o correto é quando ele estiver disponível para uso.

Gabarito → Errado

2. **(CESPE/TRE-MT/Analista Judiciário – Contabilidade/2015)** A receita de subvenção lançada como reserva de incentivos fiscais compõe a base de cálculo do imposto de renda.

Comentários:

Errado, pois se a empresa constituir uma Reserva de Incentivos Fiscais com a receita de subvenção, esse valor não irá compor a base de cálculo do Imposto de Renda:

Segundo a Lei 12.973/2014:



Art. 30. As subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público **não serão computadas na determinação do lucro real**, desde que seja registrada em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que somente poderá ser utilizada para: (Vigência)

I - Absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou

II - Aumento do capital social.

§ 1o Na hipótese do inciso I do caput, a pessoa jurídica deverá recompor a reserva à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

§ 2o As doações e subvenções de que trata o caput serão tributadas caso não seja observado o disposto no § 1o ou seja dada destinação diversa da que está prevista no caput, inclusive nas hipóteses de: (...)

Imagine que determinada empresa recebeu 100.000.000 de subvenção. Contabilizou 100.000.000 para Reserva de Incentivos Fiscais - RIF. Ela pode excluir da base de cálculo do IR! Posteriormente, teve 80.000.000 de prejuízos acumulados. Supondo que não haja mais reservas. Vai poder compensar esses 80 milhões com a RIF.

Todavia, tem que reconstituir imediatamente, quando houver lucro. Por quê? Senão, **a reserva poderia ser utilizada a reserva como simples subterfúgio para não pagar Imposto de Renda.**

Gabarito→Errado.

3. **(CESPE/Câmara dos Deputados/Consultor Legislativo/2014)** A respeito dos conceitos de ativo e passivo, julgue o item subsequente.

Suponha que a assembleia da empresa ABC S/A tenha deliberado aumentar a produção de seu principal produto, decidindo pela aquisição de uma nova máquina pela modalidade de arrendamento financeiro, com prazo de pagamento em cinco anos, o que gerou um ato administrativo. Nesse caso, no momento da decisão acerca do arrendamento por parte da assembleia, a empresa aumentará o seu passivo.



Comentários:

Como regra, atos administrativos não são contabilizados, pois não geram alterações no Patrimônio da empresa. Portanto, está **errado** afirmar que no momento da decisão acerca do arrendamento por parte da assembleia, a empresa aumentará o seu passivo.

Gabarito → Errado.

4. **(CESPE/Perito Criminal Ciências Contábeis/PC-PE/2016)** Acerca do reconhecimento e da divulgação de ativos e passivos, assinale a opção correta.

- a) Um passivo trabalhista só será objeto de registro contábil quando do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- b) Registra-se em passivo não circulante a existência de uma obrigação presente com remota probabilidade de saída de recursos.
- c) Existindo uma obrigação presente, mas que apenas provavelmente vá requerer uma saída de recursos para sua liquidação, não se registra uma provisão, porém divulga-se informação pertinente em nota explicativa.
- d) Se um ingresso de benefícios econômicos for praticamente certo, um ativo contingente deverá ser reconhecido.
- e) Caso uma entrada de benefício econômico não seja provável, nenhum ativo deverá ser reconhecido ou divulgado.

Comentários:

a) Um passivo trabalhista só será objeto de registro contábil quando do trânsito em julgado da sentença condenatória. **Item incorreto**. Um passivo pode ser reconhecido como uma provisão se atendidos os requisitos do CPC 25. Lembrando que provisão é um passivo de prazo ou valor incerto.

b) Registra-se em passivo não circulante a existência de uma obrigação presente com remota probabilidade de saída de recursos. **Item incorreto**. Neste caso, estamos diante de um passivo contingente não divulgado.

c) Existindo uma obrigação presente, mas que apenas provavelmente vá requerer uma saída de recursos para sua liquidação, não se registra uma provisão, porém divulga-se informação pertinente em nota explicativa. **Item incorreto.** Uma obrigação presente provável dá origem a uma provisão, que é sim contabilizada.

d) Se um ingresso de benefícios econômicos for praticamente certo, um ativo contingente deverá ser reconhecido.

A entidade não reconhece um ativo contingente.

31. A entidade não deve reconhecer um ativo contingente.

32. Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto.

33. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. 34. O ativo contingente é divulgado, como exigido pelo item 89, quando for provável a entrada de benefícios econômicos.

e) Caso uma entrada de benefício econômico não seja provável, nenhum ativo deverá ser reconhecido ou divulgado. Este é o nosso gabarito.

São caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, há um ativo possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.		
A entrada de benefícios econômicos é praticamente certa.	A entrada de benefícios econômicos é provável, mas não praticamente certa.	A entrada não é provável.
O ativo não é contingente (item 33).	Nenhum ativo é reconhecido (item 31).	Nenhum ativo é reconhecido (item 31).
	Divulgação é exigida (item 89).	Nenhuma divulgação é exigida (item 89).

Gabarito → E.

5. **(Cespe/Telebras/Analista Superior Auditoria/2015)** Com relação aos componentes do patrimônio e ao conceito de receita, julgue o próximo item, de acordo com os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos recuperáveis, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços.

Comentários:

O custo de aquisição dos estoques compreende:

- 1) Preço de compra
- 2) Impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis). Os tributos recuperáveis são:
 - a) Matéria prima: IPI, ICMS, PIS e Cofins (os dois últimos na modalidade não cumulativa)
 - b) Mercadorias para revenda: ICMS, PIS e Cofins (os dois últimos na modalidade não cumulativa)
- 3) Custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição.

Custo do estoque inclui:
Preço de compra
Impostos de importação e outros tributos (exceto recuperáveis)
Custo de transportes
Seguro
Manuseio
Custos diretamente atribuíveis
Não inclui
Tributos recuperáveis (MP: IPI, ICMS, PIS, COFINS não cumulativos. Revenda: ICMS, PIS, COFINS não cumulativos)
Descontos comerciais
Abatimentos

As devoluções, os descontos comerciais e os abatimentos devem ser deduzidos do custo de aquisição.

Portanto, o item erra ao afirmar que outros tributos **recuperáveis** serão integrados ao custo do estoque.

Gabarito → Errado.

6. **(CESPE/SUFRAMA/Técnico Contabilidade/2014)** Julgue o item subsequente, relativo à contabilização de operações contábeis diversas.

O desconto de uma duplicata em banco, além de gerar um débito em caixa ou equivalentes de caixa e um crédito em duplicatas descontadas, gera um débito em despesas do período na demonstração do resultado do exercício (DRE) relativo aos juros pagos na data da liberação do crédito.

Comentário:

A contabilização, no momento inicial, é a seguinte (supondo que uma duplicata de 1.000 foi descontada por 900):

D – Caixa (Ativo)	900
D – Encargos a transcorrer (Retificadora do Passivo)	100
C – Duplicatas descontadas (Passivo)	1.000

Os encargos devem ser apropriados ao resultado por competência:

D – Despesas financeiras (Resultado)	100
D – Encargos a transcorrer (Retificadora do Passivo)	100

Assim, a questão está errada, pois não ocorre um débito em despesas do período na data da liberação do crédito. A contabilização da despesa ocorre posteriormente, por competência, conforme a passagem do tempo.

Gabarito → Errado.

7. **(CESPE/Telebras/Analista Superior - Finanças/2015)** Com referência às demonstrações contábeis, julgue o item a seguir.

A demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) apresenta as variações que tenham ocorrido no capital próprio da empresa durante um determinado período, mostrando os aumentos e as reduções de capital, incluído o resultado do exercício. A aquisição de ações de própria emissão é um evento que aumenta o patrimônio líquido e deve estar registrada na DMPL.

Comentários:

A questão apresenta uma definição perfeita da função e característica da DMPL e este trecho está correto:

A demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) apresenta as variações que tenham ocorrido no capital próprio da empresa durante um determinado período, mostrando os aumentos e as reduções de capital, incluído o resultado do exercício.

Porém, a questão erra ao tratar de ações em tesouraria, isto é, a aquisição de ações própria emissão, pois elas **diminuem** e não aumentam o Patrimônio Líquido.

Todo o cuidado é pouco em questões do Cespe!!

Gabarito → Errado.

8. **(CESPE/DPF/Contabilidade/2014)** A amortização de ativo intangível, independentemente de sua vida útil, deve ser suspensa a partir do momento em que o bem for classificado como disponível para venda, voltando a ser depreciado normalmente se essa situação for revertida.

Comentários:

A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso.



O CFC trouxe algumas definições que podem ser objeto de cobrança em concurso. Vejamos as principais:

Amortização é a alocação sistemática do valor amortizável de ativo intangível ao longo da sua vida útil.

Assim como ocorre com a depreciação, a contabilização da amortização dos bens do intangível também é registrada a débito de uma conta de despesa em contrapartida a uma conta retificadora do ativo:

D – Despesa com amortização (despesa)

C – Amortização acumulada (retificadora do ativo)

Desp. com amort.		Amort. acumul.
XX,XX	←—————→	XX,XX

A amortização deve cessar na data em que o **ativo é classificado como mantido para venda, quando estiver totalmente amortizado ou na data em que ele é baixado, o que ocorrer primeiro.**

Porém, a questão erra, pois o ativo intangível com vida útil indefinida **não deve ser amortizado.**

Gabarito → Errado.

9. **(CESPE/FUNPRESP-JUD/Contabilidade/2016)** Acerca de demonstrações contábeis, julgue o item a seguir.

Se uma empresa apresentou, na conta duplicatas a receber, saldo final de R\$ 35.000,00 em 31/12/20X1 e saldo final de R\$ 45.000,00 em 31/12/20X2, então, considerando-se que, em 20X2, a receita de vendas a prazo tenha sido de R\$ 150.000,00, é correto afirmar que o valor recebido dos clientes em 20X2, apresentado no grupo atividades operacionais na demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto, terá sido superior a R\$ 135.000,00.

Comentários:



Para encontrar o valor recebido de clientes, vamos utilizar o Método Direto. Por esse método, a partir de informações do balanço e da DRE, usamos a fórmula:

$$\text{Saldo inicial} + \text{entradas} - \text{saídas} = \text{saldo final}$$

É só montar o seguinte razonete:

Conta de Ativo			
Saldo inicial	X	W	Saídas
Entradas	Y		
Saldo final	Z		

Conta de Passivo			
Pagamento	Z	X	Saldo inicial
		Y	Entrada
		W	Saldo final

1. Recebimento de clientes (duplicatas a receber)

Saldo inicial =	35.000
(+) Entradas (vendas) =	150.000
(-) Saídas (recebimentos) =	?
(=) Saldo Final =	45.000

Saldo inicial	35.000,00	X	Recebimentos
Vendas	150.000,00		
Saldo final	45.000,00		

Portanto, Recebimentos = 35.000 + 150.000 – 45.000 = 140.000.

Gabarito → Correto.

10. **(CESPE/TCU/Aud Gov/2011)** Com base nas informações apresentadas no quadro abaixo que se refere a uma máquina adquirida por certa empresa, aplicando-se o teste de recuperabilidade (impairment), registra-se uma perda de ativos maior que o valor da depreciação.



Custo de aquisição 2.730.000,00
(-) Depreciação acumulada (980.000,00)
(=) Valor contábil 1.750.000,00
Valor em uso 1.710.000,00
Valor justo 1.695.000,00

Comentários:

Custo de aquisição 2.730.000,00
(-) Depreciação acumulada (980.000,00)
(=) Valor contábil 1.750.000,00
Valor em uso 1.710.000,00
Valor justo 1.695.000,00
Valor Recuperável = 1.710.000,00

O valor recuperável da máquina é o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda. Neste caso, será R\$ 1.710.000,00.

Agora, devemos proceder à comparação entre o valor contábil e o valor recuperável. Como o valor contábil está registrado a maior do que o valor recuperável, devemos realizar um ajuste no valor da diferença.

D – Despesa com ajuste ao valor recuperável de ativo 40.000,00

C – Ajuste por teste de recuperabilidade 40.000,00

Logo, este ajuste é menor do que o valor da depreciação. Item incorreto.

Gabarito → Errado.



SIMULADO 02

QUESTÕES APRESENTADAS

1. Acerca dos componentes patrimoniais, julgue os itens a seguir. As aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte são consideradas ativos circulantes e devem ser baixadas quando tais despesas forem consideradas incorridas.

2. Com relação ao reconhecimento e à mensuração de itens patrimoniais e de resultado, julgue o item subsecutivo.

Um imóvel arrendado poderá ser reconhecido como ativo contábil pela empresa arrendatária caso a entidade passe a controlar os benefícios econômicos esperados desse bem.

3. Os bens que sejam objeto de arrendamento financeiro integram o imobilizado da empresa arrendadora.

4. Considerando os princípios, teorias e normas contábeis aplicáveis no Brasil, julgue o item subsequente.

A convicção de que uma saída de recursos será dispensável para a liquidação de uma obrigação presente da entidade não elimina o caráter de passivo dessa obrigação.

5. Em relação ao impacto de fatos contábeis nos indicadores econômico-financeiros de uma entidade, julgue o item a seguir.

O ciclo operacional de um supermercado será ampliado caso seus fornecedores concedam um prazo adicional de trinta dias para o supermercado efetuar o pagamento das compras de mercadoria.

6. Julgue o item subsequente, no que se refere à adequação da classificação contábil dos eventos no balanço patrimonial de uma companhia aberta.



A captação de recursos por meio de debêntures gera um passivo para a sociedade emissora do título. Em caso de debêntures emitidas com prêmio, o valor desse prêmio também será reconhecido em conta de passivo e deve ser apropriado ao resultado ao longo do prazo de vigência das debêntures.

7. A conta de ajuste de avaliação patrimonial, integrante do patrimônio líquido, representa a contrapartida de aumentos ou diminuições do valor de elementos patrimoniais avaliados a valor justo, podendo ter partes de seu valor transferidas diretamente para lucros ou prejuízos do exercício, quando da baixa dos itens patrimoniais que lhe deram causa.

8. As reservas de capital representam uma aplicação de recursos de caráter permanente.

9. Acerca dos princípios e das convenções contábeis, julgue o próximo item.

Custo corrente, conforme previsto no princípio do registro pelo valor original, é o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, entre partes interessadas em negociá-lo, sem que qualquer dessas partes possua alguma informação privilegiada sobre a transação.

10. Julgue o item a seguir, relativos aos procedimentos contábeis e à forma correta de registro das transações.

Se o valor histórico da conta de estoques de uma entidade for superior ao valor realizável, então a diferença entre eles deverá ser reconhecida no balanço patrimonial, mediante débito em estoques.

QUESTÕES COMENTADAS

1. **(CESPE/TCE-PA/ACE/Ciências Atuariais/2016)** Acerca dos componentes patrimoniais, julgue os itens a seguir. As aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte são consideradas ativos circulantes e devem ser baixadas quando tais despesas forem consideradas incorridas.

Comentários:

Segundo a Lei 6.404:

Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

I - no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as **aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte**;

Ativo circulante

Disponibilidades

Direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente

Aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte

As aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte (também chamadas **despesas antecipadas**) são despesas que foram pagas pela empresa com antecedência e ainda não foram para o resultado pelo regime de competência.

Por exemplo, se a sociedade alfa paga uma despesa de seguro, em 01.12.2010, que se refere ao exercício de 2011, no valor de R\$ 1.200,00, registrará o fato como despesa antecipada, do seguinte modo:

D – Seguros a vencer	1.200,00 (+ Ativo Circulante)
C – Caixa	1.200,00 (- Ativo Circulante)



3. **(CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE/SC/2016)** Os bens que sejam objeto de arrendamento financeiro integram o imobilizado da empresa arrendadora.

Comentários:

Pegadinha maldosa, a meu ver. Vejam:

Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido.

Aplicando o princípio da primazia da essência sobre a forma, os bens que sejam objeto de arrendamento financeiro integram o imobilizado da empresa **arrendatária, e não da arrendadora.**

Na empresa arrendadora, o bem passar a ser classificado no grupo de Contas a Receber.

Gabarito → Errado.

4. **(CESPE/TCE-PA/ACE/Contabilidade/2016)** Considerando os princípios, teorias e normas contábeis aplicáveis no Brasil, julgue o item subsequente.

A convicção de que uma saída de recursos será dispensável para a liquidação de uma obrigação presente da entidade não elimina o caráter de passivo dessa obrigação.

Comentários:

Mais uma questão que será resolvida através da definição de Passivo prevista na Estrutura Conceitual Básica: obrigação presente, derivada de eventos passados, cuja liquidação **se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.**

Assim sendo, se a empresa possui a convicção que a saída de recursos será dispensável, como no caso de um perdão de uma dívida, o caráter de passivo dessa obrigação é sim eliminado, portanto, item errado.

Gabarito → Errado.

5. **(CESPE/TCE-PA/ACE/Contabilidade/2016)** Em relação ao impacto de fatos contábeis nos indicadores econômico-financeiros de uma entidade, julgue o item a seguir.

O ciclo operacional de um supermercado será ampliado caso seus fornecedores concedam um prazo adicional de trinta dias para o supermercado efetuar o pagamento das compras de mercadoria.

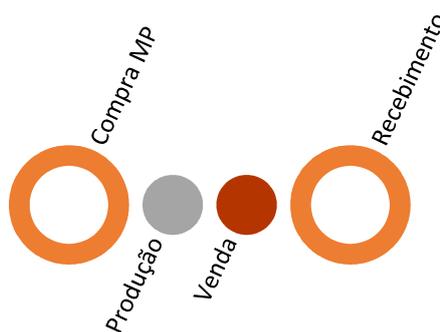
Comentários:

Segundo o parágrafo único do artigo 179 da Lei das SAs: **Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.**

Um primeiro aspecto digno de nota é que esta disposição vale tanto para o ativo como para o passivo.

O ciclo operacional de uma empresa industrial é o prazo que a empresa leva para comprar matéria-prima, produzir, vender e receber.

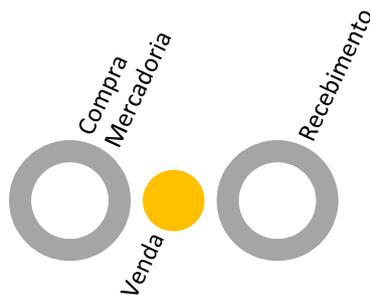
Ciclo operacional empresa industrial



Para uma empresa comercial, é o prazo médio entre a aquisição de mercadorias, venda e recebimento dos clientes.

Ciclo operacional empresa comercial





Percebam que o ciclo operacional de uma empresa comercial **não** é afetado pelo prazo de pagamento a fornecedores. Por sua vez, o Ciclo Financeiro ou Ciclo de Caixa, que é o intervalo de tempo entre o pagamento a fornecedores e o recebimento das vendas, será alterado por essa alteração de prazo.

Gabarito → Errado.

6. **(CESPE/STJ/Contadoria/2015)** Julgue o item subsequente, no que se refere à adequação da classificação contábil dos eventos no balanço patrimonial de uma companhia aberta.

A captação de recursos por meio de debêntures gera um passivo para a sociedade emissora do título. Em caso de debêntures emitidas com prêmio, o valor desse prêmio também será reconhecido em conta de passivo e deve ser apropriado ao resultado ao longo do prazo de vigência das debêntures.

Comentários:

De acordo com Portal do Investidor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a debênture é um valor mobiliário emitido por sociedades por ações, representativo de dívida, que assegura a seus detentores o direito de crédito contra a companhia emissora.

Consiste em um instrumento de captação de recursos no mercado de capitais, que as empresas utilizam para financiar seus projetos. É uma forma também de melhor gerenciar suas dívidas.

Os recursos captados pela empresa por meio da distribuição de debêntures podem ter diferentes usos: investimentos em novas instalações, alongamento do perfil das dívidas, financiamento de capital de giro etc.

Ao disponibilizar seus recursos para serem utilizados pela empresa, o comprador (ou debenturista, debenturista proprietário, titular de debênture, como é chamado) faz jus a uma remuneração.

Desta forma, a debênture é um título de crédito privado em que os debenturistas são credores da empresa e esperam receber juros periódicos e pagamento do principal - correspondente ao valor unitário da debênture - no vencimento do título ou mediante amortizações nas quais se paga parte do principal antes do vencimento, conforme estipulado em um contrato específico chamado "Escritura de Emissão".

O **Prêmio na emissão de debêntures era classificado como reserva de capital**. Com o advento da Lei nº 11.638 e 11.941, **ele passou a ser apropriado ao resultado como receita, conforme o regime de competência**.

Se uma empresa lançar debêntures a R\$ 1,00, totalizando 10.000 debêntures, com resgate em 10 anos encontrando investidores que pagassem R\$ 1,50 pelo referido título, lançamos

D – Caixa 15.000 (Ativo)

C – Debêntures a resgatar 10.000,00 (PNC)

C – Receitas recebidas antecipadamente - 5.000,00 (PNC – Receitas diferidas)

Caixa (Ativo)		Debêntures a resgatar (PNC)		Receitas diferidas	
15.000,00			10.000,00		5.000,00

Exemplificando, se o resgate dessas debêntures se dará em 10 anos, deveremos apropriar ao resultado (utilizando-se do método linear) R\$ 500,00 por ano, através do seguinte lançamento:

D - Receitas recebidas antecipadamente - 500,00 (PNC – Receitas diferidas)

C – Receitas financeiras 500,00 (Resultado)

Receitas diferidas		Receitas financeiras	
500,00	5.000,00		500,00

O valor apropriado ao resultado **pode ser destinado à formação de reserva específica de prêmios de debêntures**, para evitar a tributação pelo Imposto de Renda (Lei 12973/14).

Ressaltamos que é uma faculdade da empresa. Ela pode ou não constituir tal reserva. Se não constituir, será tributada pelo IR.

A reserva específica de prêmio de debêntures é reserva de lucro, eis que esse valor transitou pelo resultado do exercício.

Gabarito → Correto.

7. **CESPE/SEDF/Analista de Gestão Educacional/2017)** A conta de ajuste de avaliação patrimonial, integrante do patrimônio líquido, representa a contrapartida de aumentos ou diminuições do valor de elementos patrimoniais avaliados a valor justo, podendo ter partes de seu valor transferidas diretamente para lucros ou prejuízos do exercício, quando da baixa dos itens patrimoniais que lhe deram causa.

Comentários:

Vejamos o que diz o art.183 da LSA:

Art. 183, § 3o Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos nesta Lei ou, em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, com base na competência conferida pelo § 3o do art. 177

Como regra, os valores registrados nessa conta deverão ser transferidos para o resultado do exercício à medida que os ativos e passivos forem sendo realizados, porém, alguns registros não irão transitar pelo resultado, podendo ser transferidos diretamente para Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Gabarito → Correto

8. **(CESPE/TCE-PA/ACE/Ciências Atuariais/2016)** As reservas de capital representam uma aplicação de recursos de caráter permanente.



Comentários:

Item errado, Reservas são valores que representam elementos patrimoniais sem qualquer característica de exigibilidade atual ou futura. As **reservas de capital são valores recebidos pela empresa (dos sócios ou de terceiros) que não se configuram como receita**, isto é, não transitam pelo resultado do exercício, sendo contabilizadas diretamente à conta de Patrimônio Líquido.

Por serem contas de Patrimônio Líquido, as reservas representam ORIGENS e não APLICAÇÕES de recursos.

Gabarito → Errado

9. **(CESPE/FUNPRESP/Contabilidade e Finanças/2016)** Acerca dos princípios e das convenções contábeis, julgue o próximo item.

Custo corrente, conforme previsto no princípio do registro pelo valor original, é o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, entre partes interessadas em negociá-lo, sem que qualquer dessas partes possua alguma informação privilegiada sobre a transação.

Comentários:

Item errado, pois apresentou a definição de **Valor Justo**. Pela avaliação a Custo Corrente, Custo corrente, os ativos são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que teriam de ser pagos se esses mesmos ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data do balanço. Os passivos são reconhecidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam necessários para liquidar a obrigação na data do balanço.

Gabarito → Errado.

10. **(Cespe/Funpresp-EXE/Contabilidade e Finanças/2016)** Julgue o item a seguir, relativos aos procedimentos contábeis e à forma correta de registro das transações.

Se o valor histórico da conta de estoques de uma entidade for superior ao valor realizável, então a diferença entre eles deverá ser reconhecida no balanço patrimonial, mediante débito em estoques.

Comentários:



De acordo com o CPC 16, os estoques devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.

Assim sendo, se o valor histórico for superior ao valor realizável deverá ser reconhecido um Ajuste ao valor de mercado registrado em conta retificadora dos estoques veja:

D – Despesas com ajuste ao valor de mercado (resultado)

C – Ajuste ao valor de mercado (retificadora de estoques)

Perceba que não há lançamento de débito em estoques, mas em conta de resultado e crédito em conta Ajuste ao valor de mercado, retificadora da conta Estoques.

Gabarito → Errado.



SIMULADO 03

QUESTÕES APRESENTADAS

balancete de verificação de uma entidade comercial datado de 31/12/2016 (valores em R\$)		
conta	saldo devedor	saldo credor
despesas com pessoal	79.000	
despesa com depreciação	11.000	
impostos a pagar		6.000
receitas de vendas		340.000
duplicatas a pagar		15.000
reserva de lucros		12.000
duplicatas a receber	48.000	
despesas financeiras	27.000	
estoques de mercadorias	103.000	
fornecedores		25.000
veículos	55.000	
capital social		100.000
financiamento de longo prazo		40.000
encargos financeiros a transcorrer	4.000	
bancos	32.000	
custo de mercadoria vendida	180.000	
devolução de vendas	10.000	
depreciação acumulada		11.000
	549.000	549.000

1. Considerando as informações contidas na tabela 3A1AAA e sabendo que os ajustes devidos já foram realizados, assinale a opção correta.

- A O ativo circulante totaliza R\$ 80.000.
- B O ativo não circulante totaliza R\$ 147.000.
- C O ativo total apresenta o valor de R\$ 227.000.
- D O passivo circulante totaliza R\$ 44.000.
- E O passivo não circulante totaliza R\$ 198.000.

2. Ainda com base na análise dos dados da tabela 3A1AAA, conclui-se que

- A o lucro bruto foi de R\$ 160.000.



B o lucro operacional foi de R\$ 150.000.

C o valor total da despesa operacional foi de R\$ 270.000.

D o lucro obtido antes da declaração do imposto de renda foi de R\$ 44.000.

E o lucro líquido do exercício foi de R\$ 33.000.

3. Todos os fatos contábeis modificativos e mistos envolvem, ao menos, um lançamento em alguma conta de resultado.

4. A conta de ajuste de avaliação patrimonial, integrante do patrimônio líquido, representa a contrapartida de aumentos ou diminuições do valor de elementos patrimoniais avaliados a valor justo, podendo ter partes de seu valor transferidas diretamente para lucros ou prejuízos do exercício, quando da baixa dos itens patrimoniais que lhe deram causa.

5. O item apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada em relação ao reconhecimento e à mensuração contábil, de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Determinado bem imobilizado foi adquirido ao custo de R\$ 100.000, sendo sua vida útil estimada em dez anos, sem valor residual. Em 2014, após oito anos de uso, foram realizados gastos de R\$ 1.000 para manutenção e reparos nesse imobilizado. Nessa situação, o valor líquido desse imobilizado, no final de 2014, é igual a R\$ 20.000.

Uma empresa do setor farmacêutico que atua em diversos países realiza atividades que causam poluição ambiental. Embora estejam conscientes desse problema, os administradores dessa empresa se comprometem a despoluir áreas impactadas por suas atividades apenas nos locais em que houver determinação legal para isso. Há anos essa empresa tem causado poluição ambiental em áreas públicas de um país onde, atualmente, está em curso o processo de votação de um projeto de lei antipoluição. Se esse projeto for aprovado, como se estima, a lei entrará em vigor após o término do exercício social em curso. Prevendo que terá de arcar com a despoluição das áreas impactadas, a empresa estabeleceu uma estimativa do valor que deverá desembolsar.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item seguinte, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

6. Se, independentemente da aprovação da lei antipoluição, a empresa aceitar publicamente a responsabilidade pela reparação do dano causado ao meio ambiente, estará configurada a existência de um evento passado que conduziu a uma obrigação presente.

7. Em relação à aplicação do método da equivalência patrimonial por companhias abertas, julgue o item que se segue.

Os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial estão sujeitos ao reconhecimento de perdas adicionais em função da redução ao seu valor recuperável.

8. Se uma investidora tem 40% de participação no capital da investida e influência significativa, e, em 2015, a investida obteve um lucro de R\$ 200.000 e distribuiu dividendos no valor de R\$ 100.000, então a variação na conta investimento na investidora foi inferior a R\$ 55.000.

9. O fato de o indicador grau de imobilização dos capitais permanentes ser superior a 1 demonstra que há desequilíbrio financeiro na empresa, com indícios de que o passivo circulante esteja financiando parte dos investimentos permanentes.

10. Considere que uma empresa tenha apresentado liquidez seca de 0,9 no ano X0, de 0,85 no ano X1 e de 0,50 no ano X2. Nesse caso, é correto afirmar que essa deterioração do indicador deve-se ao incremento no passivo circulante e à diminuição de investimento em estoque de alta rotatividade.

QUESTÕES COMENTADAS

balancete de verificação de uma entidade comercial datado de 31/12/2016 (valores em R\$)		
conta	saldo devedor	saldo credor
despesas com pessoal	79.000	
despesa com depreciação	11.000	
impostos a pagar		6.000
receitas de vendas		340.000
duplicatas a pagar		15.000
reserva de lucros		12.000
duplicatas a receber	48.000	
despesas financeiras	27.000	
estoques de mercadorias	103.000	
fornecedores		25.000
veículos	55.000	
capital social		100.000
financiamento de longo prazo		40.000
encargos financeiros a transcorrer	4.000	
bancos	32.000	
custo de mercadoria vendida	180.000	
devolução de vendas	10.000	
depreciação acumulada		11.000
	549.000	549.000

1. **(CESPE/TRE-BA/Analista Judiciário/Ciências Contabilidade/2017)** Considerando as informações contidas na tabela 3A1AAA e sabendo que os ajustes devidos já foram realizados, assinale a opção correta.

- A O ativo circulante totaliza R\$ 80.000.
- B O ativo não circulante totaliza R\$ 147.000.
- C O ativo total apresenta o valor de R\$ 227.000.
- D O passivo circulante totaliza R\$ 44.000.
- E O passivo não circulante totaliza R\$ 198.000.

Comentários:

Classificando e separando as contas de Ativo e Passivo Exigível, temos a seguinte configuração:



conta	Saldo	Classificação
duplicatas a receber	R\$ 48.000,00	Ativo Circulante
estoque de mercadorias	R\$ 103.000,00	Ativo Circulante
bancos	R\$ 32.000,00	Ativo Circulante
Total do Ativo Circulante	R\$ 183.000,00	
veículos	R\$ 55.000,00	Ativo Não Circulante
depreciação acumulada	-R\$ 11.000,00	Ativo Não Circulante
Total do Ativo Não Circulante	R\$ 44.000,00	
Ativo Total	R\$ 227.000,00	
impostos a pagar	R\$ 6.000,00	Passivo Circulante
duplicatas a pagar	R\$ 15.000,00	Passivo Circulante
fornecedores	R\$ 25.000,00	Passivo Circulante
Total do Passivo Circulante	R\$ 46.000,00	
financiamento de longo prazo	R\$ 40.000,00	Passivo Não Circulante
encargos financeiros a transcorrer	-R\$ 4.000,00	Passivo Não Circulante
Total do Passivo Não Circulante	R\$ 36.000,00	
Total do Passivo Exigível	R\$ 82.000,00	

Portanto, nosso gabarito é a alternativa “C”.

Gabarito→C

2. **(CESPE/TRE-BA/Analista Judiciário/Ciências Contabilidade/2017)** Ainda com base na análise dos dados da tabela 3A1AAA, conclui-se que

A o lucro bruto foi de R\$ 160.000.

B o lucro operacional foi de R\$ 150.000.

C o valor total da despesa operacional foi de R\$ 270.000.

D o lucro obtido antes da declaração do imposto de renda foi de R\$ 44.000.

E o lucro líquido do exercício foi de R\$ 33.000.

Comentários:

Vamos elaborar a Demonstração do Resultado do Exercício com os dados fornecidos:

Demonstração do Resultado do Exercício	
receita de vendas	R\$ 340.000,00
devolução de vendas	-R\$ 10.000,00
Receita Líquida de Vendas	R\$ 330.000,00
custo da mercadoria vendida	-R\$ 180.000,00
Lucro Bruto	R\$ 150.000,00
despesas com pessoal	-R\$ 79.000,00
despesas com depreciação	-R\$ 11.000,00
despesas financeiras	-R\$ 27.000,00
Total das Despesas operacionais	-R\$ 117.000,00
Resultado Antes do IR	R\$ 33.000,00
Lucro Líquido	R\$ 33.000,00

Gabarito → E.

3. **(CESPE/Funpresp-JUD/Contabilidade/2016)** Todos os fatos contábeis modificativos e mistos envolvem, ao menos, um lançamento em alguma conta de resultado.

Comentários:

Os fatos modificativos são aqueles que têm o condão de alterar, para mais ou para menos, o patrimônio líquido. A doutrina também os denomina como fatos quantitativos.

Enquanto os fatos permutativos envolvem apenas contas patrimoniais, **os fatos modificativos envolvem também conta de resultados (receitas e despesas)**.



Fato misto é o que envolve, ao mesmo tempo, um fato permutativo e um fato modificativo. Acarreta, portanto, alterações no ativo e PL, no passivo e no PL ou no ativo, passivo e PL. Pode ser misto aumentativo ou diminutivo e, portanto, também envolverá contas de resultado.

Gabarito → Correto.

4. **(CESPE/SEDF/Analista de Gestão Educacional/2017)** A conta de ajuste de avaliação patrimonial, integrante do patrimônio líquido, representa a contrapartida de aumentos ou diminuições do valor de elementos patrimoniais avaliados a valor justo, podendo ter partes de seu valor transferidas diretamente para lucros ou prejuízos do exercício, quando da baixa dos itens patrimoniais que lhe deram causa.

Comentários:

Vejamos o que diz o art.183 da LSA:

Art. 183, § 3º Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos nesta Lei ou, em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, com base na competência conferida pelo § 3º do art. 177

Como regra, os valores registrados nessa conta deverão ser transferidos para o resultado do exercício à medida que os ativos e passivos forem sendo realizados, porém, alguns registros não irão transitar pelo resultado, podendo ser transferidos diretamente para Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Gabarito → Correto

5. **(CESPE/FUB/Contabilidade/2015)** O item apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada em relação ao reconhecimento e à mensuração contábil, de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Determinado bem imobilizado foi adquirido ao custo de R\$ 100.000, sendo sua vida útil estimada em dez anos, sem valor residual. Em 2014, após oito anos de uso, foram realizados gastos de R\$

1.000 para manutenção e reparos nesse imobilizado. Nessa situação, o valor líquido desse imobilizado, no final de 2014, é igual a R\$ 20.000.

Comentários:

Como calcular a depreciação pelo método da linha reta?

- 1) Pegue o valor de aquisição.
- 2) Encontre o valor residual. Se não falar nada, é igual a zero.
- 3) Faça a diferença entre o valor de aquisição e o valor residual e encontraremos o chamado valor depreciável.
- 4) Encontre a vida útil (em meses ou anos, geralmente).
- 5) Divida o valor depreciável pela vida útil
- 6) Você encontrará o valor da depreciação.

Vamos calcular o valor contábil líquido do bem, para isso, precisamos da depreciação acumulada:

- 1) Pegue o valor de aquisição: R\$ 100.000
- 2) Encontre o valor residual: 0
- 3) Faça a diferença entre o valor de aquisição e o valor residual e encontraremos o chamado valor depreciável. R\$ 100.000
- 4) Encontre a vida útil: 10 anos;
- 5) Divida o valor depreciável pela vida útil: $100.000/10 = R\$ 10.000$
- 6) Depreciação Acumulada (8 anos) = $8 \times 10.000 = R\$ 80.000$

Valor Contábil Líquido = R\$ 100.000 – R\$ 80.000 = R\$ 20.000.

Mas professor, e os gastos de R\$ 1.000 para manutenção e reparos nesse imobilizado? São considerados **Gastos do período (despesas)**, isto é, são gastos que devem ser agregados às contas de despesas do período, pois **só beneficiam um exercício e são necessários para manter o imobilizado em condições de operar, não lhe aumentando o valor**. Não é provável que esses gastos tenham o potencial de gerar benefícios econômicos futuros para a entidade.

Segundo o CPC 27:



[...] a entidade não reconhece no valor contábil de um item do ativo imobilizado os custos da manutenção periódica do item. Pelo contrário, esses custos são reconhecidos **no resultado quando incorridos**.

Gabarito→Certo

Uma empresa do setor farmacêutico que atua em diversos países realiza atividades que causam poluição ambiental. Embora estejam conscientes desse problema, os administradores dessa empresa se comprometem a despoluir áreas impactadas por suas atividades apenas nos locais em que houver determinação legal para isso. Há anos essa empresa tem causado poluição ambiental em áreas públicas de um país onde, atualmente, está em curso o processo de votação de um projeto de lei antipoluição. Se esse projeto for aprovado, como se estima, a lei entrará em vigor após o término do exercício social em curso. Prevendo que terá de arcar com a despoluição das áreas impactadas, a empresa estabeleceu uma estimativa do valor que deverá desembolsar.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item seguinte, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

6. **(CESPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016)** Se, independentemente da aprovação da lei antipoluição, a empresa aceitar publicamente a responsabilidade pela reparação do dano causado ao meio ambiente, estará configurada a existência de um evento passado que conduziu a uma obrigação presente.

Comentários:

O CPC 25 define que **evento que cria obrigação** é um evento que cria uma obrigação **legal ou não formalizada** que faça com que a entidade **não tenha nenhuma alternativa** realista senão **liquidar** essa obrigação.

Por sua vez, Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

- (a) **contrato** (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) **legislação**; ou
- (c) outra ação da lei.



Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:

(a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de **declaração atual suficientemente específica**, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e

(b) em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

Esquematizando essas definições temos:



Na nossa questão, a empresa apresentou publicamente uma declaração que independentemente da aprovação da lei antipoluição, ela aceitará publicamente a responsabilidade pela reparação do dano causado ao meio ambiente, portanto, trata-se de um evento que cria a obrigação para empresa.

Vejamos ainda o que diz o CPC 25:

21. Um evento que não gera imediatamente uma obrigação pode gerá-la em data posterior, por força de alterações na lei ou porque um ato da entidade (por exemplo, uma declaração pública suficientemente específica) dá origem a uma obrigação não formalizada. Por exemplo, quando forem causados danos ambientais, pode não haver obrigação para remediar as consequências. Porém, o fato de ter havido o dano torna-se um evento que cria obrigações quando uma nova lei

exige que o dano existente seja retificado ou quando a entidade publicamente aceita a responsabilidade pela retificação de modo a criar uma obrigação não formalizada.

Gabarito → Certo.

7. **(CESPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016)** Em relação à aplicação do método da equivalência patrimonial por companhias abertas, julgue o item que se segue.

Os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial estão sujeitos ao reconhecimento de perdas adicionais em função da redução ao seu valor recuperável.

Comentários:

Segundo o CPC 18, o investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto deve ser contabilizado pelo método da equivalência patrimonial a partir da data em que o investimento se tornar sua coligada, controlada ou empreendimento controlado em conjunto.

De acordo com o item 40 do mesmo pronunciamento, temos que:

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, incluindo o reconhecimento dos prejuízos da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto em conformidade com o disposto no item 38, o investidor deve aplicar os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração para **determinar a necessidade de reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total desse investidor na investida.**

Gabarito → Correto.

8. **(CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC-PE/2016)** Se uma investidora tem 40% de participação no capital da investida e influência significativa, e, em 2015, a investida obteve um lucro de R\$ 200.000 e distribuiu dividendos no valor de R\$ 100.000, então a variação na conta investimento na investidora foi inferior a R\$ 55.000.

Comentários:



Se há influência significativa, significa que, no mínimo, estamos em uma situação de coligação (salvo prova em contrário). O investimento será avaliado pelo MEP. Quando a investida apura o lucro, temos:

D – Investimentos avaliados pelo MEP (200.000 x 40%)	80.000,00
C – Receita com MEP	80.000,00

Depois, quando houver distribuição dos dividendos, vamos lançar:

D – Dividendos a receber (100.000 x 40%)	40.000,00
C – Investimentos avaliados pelo MEP	40.000,00

Logo, a variação na conta investimento na investidora foi inferior a R\$ 55.000. Variação foi de R\$ 80.000 – 40.000 = 40.000

Gabarito → Correto.

9. **(CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE/SC/2016)** O fato de o indicador grau de imobilização dos capitais permanentes ser superior a 1 demonstra que há desequilíbrio financeiro na empresa, com indícios de que o passivo circulante esteja financiando parte dos investimentos permanentes.

Comentários:

O grau de Imobilização do Capital Próprio é obtido pela expressão:

ICP=Ativo Permanente/Patrimônio Líquido

Se o ICP for igual a 1, indica que o ativo permanente é integralmente financiado com recursos próprios.

Se o ICP for menor que 1, significa que, além de financiar o Ativo Permanente, os recursos próprios financiam parte do Ativo Realizável.



E, finalmente, se o ICP for maior que 1, significa que há recursos de terceiros financiando o Ativo Permanente. Assim sendo, a assertiva está correta.

Gabarito → Correto.

10. **(CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE/SC/2016)** Considere que uma empresa tenha apresentado liquidez seca de 0,9 no ano X0, de 0,85 no ano X1 e de 0,50 no ano X2. Nesse caso, é correto afirmar que essa deterioração do indicador deve-se ao incremento no passivo circulante e à diminuição de investimento em estoque de alta rotatividade.

Comentários:

Não há informações suficientes para afirmar que a deterioração ocorreu devido ao “incremento no passivo circulante e à diminuição de investimento em estoque de alta rotatividade”.

$$\text{Liquidez seca} = (\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}) / \text{Passivo Circulante}$$

A mesma diminuição da liquidez seca poderia resultar do aumento do estoque, sem alterar o valor do Ativo Circulante e do Passivo Circulante:

	X0	X1	X2
Ativo Circulante	1000	1000	1000
Estoque	100	150	500
Passivo Circulante	1000	1000	1000
Liquidez Corrente	0,90	0,85	0,50

Portanto, não podemos afirmar que “a deterioração deve-se ao incremento do passivo circulante e à diminuição de investimento em estoque de alta rotatividade”.

Essa poderia ser apenas uma possível explicação, entre várias outras que também serviriam.

Gabarito → Errado.



SIMULADO 04

QUESTÕES APRESENTADAS

1) Com relação ao ambiente em que são realizados os procedimentos contábeis, julgue o item a seguir.

Denomina-se passivo a descoberto a situação em que o total de exigibilidades supera o total de bens e direitos, implicando na inexistência de patrimônio líquido.

2) As contas retificadoras acompanham as respectivas contas principais no balanço patrimonial, sendo lançadas sempre com sinal oposto ao do lançamento das contas que retificam.

balancete de verificação	
contas	saldos em R\$
caixa e equivalentes de caixa	4.800
fornecedores	17.800
duplicatas descontadas	1.500
empréstimos de curto prazo	2.100
créditos contra clientes	6.000
estoque de mercadorias	9.400
empréstimos a sociedades ligadas	10.200
empréstimos e financiamentos de longo prazo	6.500
móveis e instalações	12.000
capital social	28.000
veículos	33.000
depreciação acumulada de imobilizado	13.000
lucros ou prejuízos acumulados	6.500

A partir da tabela precedente, que demonstra o balancete de verificação de uma entidade contábil no final de determinado exercício, julgue os próximos itens.

3) Se o balanço patrimonial for apurado a partir desse balancete de verificação, ele apresentará uma diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante de R\$ 1.200.



4) Julgue o item a seguir, relativos aos procedimentos contábeis e à forma correta de registro das transações.

Se o valor histórico da conta de estoques de uma entidade for superior ao valor realizável, então a diferença entre eles deverá ser reconhecida no balanço patrimonial, mediante débito em estoques.

5) Um mercado, contribuinte do ICMS, adquiriu, a prazo, mercadorias para revenda pelo valor, na nota fiscal, de R\$ 200.000. O valor do ICMS, já incluído no valor das mercadorias, é de R\$ 36.000. Nessa situação hipotética,

a) o valor de R\$ 200.000 deve ser registrado na contabilidade do mercado a crédito na conta de fornecedores.

b) o ICMS sobre a compra deve ser registrado na conta de ICMS a pagar.

c) o mercado não tem direito ao crédito do ICMS.

d) a contabilidade deve registrar as mercadorias no estoque pelo valor de R\$ 200.000.

e) o ICMS deve ser lançado na conta contábil de ICMS a recuperar no ativo.

6) Julgue o item subsequente, a respeito dos procedimentos para registro, mensuração e avaliação de ativos.

O cálculo do valor presente de um fluxo de caixa exige o conhecimento do valor do fluxo futuro, da data de ocorrência desse fluxo e da taxa de desconto aplicável.

7) Relativamente à avaliação e contabilização de itens do passivo e do patrimônio líquido, julgue o próximo item.

Situação hipotética: Um fornecedor oferece determinada mercadoria a prazo por R\$ 1.000, porém em uma compra à vista, com vencimento em 30 dias, esse mesmo fornecedor oferece um desconto de 5% sobre o valor a prazo.

Assertiva: Nesse caso, em uma compra a prazo, a diferença entre o valor à vista e o valor a prazo deverá ser contabilizada, no momento da compra, como despesa de juros.

8) Com relação às características e à forma de apresentação das demonstrações contábeis, julgue o item a seguir.



Situação hipotética: Em 30 de junho de 2015, o livro diário de determinada empresa registrou a seguinte partida dobrada.

débito	despesas com seguros	R\$ 2.000,00
crédito	prêmios de seguros a apropriar	R\$ 2.000,00

Assertiva: Nesse caso, as informações se referem a um lançamento de ajuste — decorrente da aplicação do princípio da competência — para reconhecimento da despesa com o prêmio de seguros, que havia sido pago antecipadamente.

9) Acerca da apuração de resultados, julgue o item subsequente.

No Brasil, o lucro líquido contabilmente apurado difere do lucro utilizado para a apuração do imposto de renda, denominado lucro real.

10) No que se refere aos livros de escrituração e às previsões legais relativas às demonstrações contábeis, julgue o item a seguir.

Para fins de elaboração da demonstração do resultado do exercício, a receita de venda é contabilizada por ocasião da transferência dos riscos e benefícios das mercadorias, dos produtos e dos serviços fornecidos pela entidade.

QUESTÕES COMENTADAS

1. **CESPE/TCE-ES/Ciências Contábeis/2012)** Com relação ao ambiente em que são realizados os procedimentos contábeis, julgue o item a seguir.

Denomina-se passivo a descoberto a situação em que o total de exigibilidades supera o total de bens e direitos, implicando na inexistência de patrimônio líquido.

Comentários:

O item está correto quando afirma que “Denomina-se passivo a descoberto a situação em que o total de exigibilidades supera o total de bens e direitos”. Porém, há um erro quando alega que nessa situação há **inexistência** de patrimônio líquido.

Veja o exemplo:

Ativo	10.000
Passivo	12.000
Patrimônio Líquido	
Capital social	3.000
Prejuízos acumulados	(5.000)
Total do PL	- 2000

Lembrando que $\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{PL}$.

$\text{Ativo } 10.000 = \text{Passivo } 12.000 + \text{PL } (- 2.000 = \text{o PL é negativo})$.

Neste tipo de situação, temos:

$\text{Ativo} < \text{Passivo}$

$\text{Patrimônio Líquido} < 0$



Apesar da discussão doutrinária sobre o tema, o patrimônio líquido existe, assumindo valores negativos, portanto, item errado.

Gabarito → Errado.

2. **(CESPE/Funpresp-JUD/Contabilidade/2016)** As contas retificadoras acompanham as respectivas contas principais no balanço patrimonial, sendo lançadas sempre com sinal oposto ao do lançamento das contas que retificam.

Comentários:

As contas retificadoras possuem natureza contrária ao grupo no qual estão inseridas. Como assim, professor? Já explicamos!

Uma conta retificadora do Ativo, não possui a natureza desse grupo, isto é, devedora; possui natureza **credora**. Logo, ela ao invés de aumentar o saldo do grupo, irá diminuí-lo.

De maneira similar, uma conta retificadora do Passivo ou Patrimônio, não possui natureza credora; possui natureza **devedora**.

As contas retificadoras servem para **ajustar** o saldo de uma conta “principal”. Um exemplo da aplicação desse conceito é o cálculo da Depreciação de Ativos Imobilizados.

Gabarito → Correto.

balancete de verificação	
contas	saldos em R\$
caixa e equivalentes de caixa	4.800
fornecedores	17.800
duplicatas descontadas	1.500
empréstimos de curto prazo	2.100
créditos contra clientes	6.000
estoque de mercadorias	9.400
empréstimos a sociedades ligadas	10.200
empréstimos e financiamentos de longo prazo	6.500
móveis e instalações	12.000
capital social	28.000
veículos	33.000
depreciação acumulada de imobilizado	13.000
lucros ou prejuízos acumulados	6.500

A partir da tabela precedente, que demonstra o balancete de verificação de uma entidade contábil no final de determinado exercício, julgue os próximos itens.

3. **(Cespe/TCE-PA/Contabilidade/2016)** Se o balanço patrimonial for apurado a partir desse balancete de verificação, ele apresentará uma diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante de R\$ 1.200.

Classificando as contas temos o seguinte:

Conta	Saldo	Classificação
Caixa e equivalentes caixa	4800,00	Ativo Circulante
Fornecedores	17800,00	Passivo Circulante
Duplicatas Descontadas	1500,00	Passivo Circulante
Empréstimos de curto prazo	2100,00	Passivo Circulante
Créditos contra clientes	6000,00	Ativo Circulante
Estoque de mercadorias	9400,00	Ativo Circulante
Empréstimos a sociedades ligadas	10200,00	Realizável em Longo Prazo
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	6500,00	Passivo Não Circulante

Móveis e Instalações	12000,00	Imobilizado
Capital Social	28000,00	Patrimônio Líquido
Veículos	33000,00	Imobilizado
depreciação acumulada de imobilizado	13000,00	Imobilizado
Lucros ou prejuízos acumulados	6500,00	Patrimônio Líquido

Separando apenas as contas de Ativo Circulante e Passivo Circulante, ficamos com:

Conta		Classificação
Caixa e equivalentes caixa	4800,00	Ativo Circulante
Créditos contra clientes	6000,00	Ativo Circulante
Estoque de mercadorias	9400,00	Ativo Circulante
Total Ativo Circulante	20200,00	
Duplicatas Descontadas	1500,00	Passivo Circulante
Empréstimos de curto prazo	2100,00	Passivo Circulante
Fornecedores	17800,00	Passivo Circulante
Total Passivo Circulante	21400,00	
Diferença	1200,00	

Gabarito → Correto

4. **(Cespe/Funpresp-EXE/Contabilidade e Finanças/2016)** Julgue o item a seguir, relativos aos procedimentos contábeis e à forma correta de registro das transações.

Se o valor histórico da conta de estoques de uma entidade for superior ao valor realizável, então a diferença entre eles deverá ser reconhecida no balanço patrimonial, mediante débito em estoques.

Comentários:



De acordo com o CPC 16, os estoques devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.

Assim sendo, se o valor histórico for superior ao valor realizável deverá ser reconhecido um Ajuste ao valor de mercado registrado em conta retificadora dos estoques veja:

D – Despesas com ajuste ao valor de mercado (resultado)

C – Ajuste ao valor de mercado (retificadora de estoques)

Perceba que não há lançamento de débito em estoques, mas em conta de resultado e crédito em conta Ajuste ao valor de mercado, retificadora da conta Estoques.

Gabarito → Errado.

5. **(CESPE/PC-PE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/2016)** Um mercado, contribuinte do ICMS, adquiriu, a prazo, mercadorias para revenda pelo valor, na nota fiscal, de R\$ 200.000. O valor do ICMS, já incluído no valor das mercadorias, é de R\$ 36.000. Nessa situação hipotética,

- a) o valor de R\$ 200.000 deve ser registrado na contabilidade do mercado a crédito na conta de fornecedores.
- b) o ICMS sobre a compra deve ser registrado na conta de ICMS a pagar.
- c) o mercado não tem direito ao crédito do ICMS.
- d) a contabilidade deve registrar as mercadorias no estoque pelo valor de R\$ 200.000.
- e) o ICMS deve ser lançado na conta contábil de ICMS a recuperar no ativo.

Comentários:

a) o valor de R\$ 200.000 deve ser registrado na contabilidade do mercado a crédito na conta de fornecedores. **Item correto**, pois a conta fornecedores será creditada em 200. O lançamento fica

D - Estoque	164.000
D - ICMS a recuperar	36.000
C - Fornecedores	200.000



b) o ICMS sobre a compra deve ser registrado na conta de ICMS a pagar. **Item incorreto**, porque o ICMS na compra para revenda é recuperável e deve ser registrado na conta ICMS a recuperar, no Ativo Circulante, e não ICMS a pagar.

c) o mercado não tem direito ao crédito do ICMS. **Item incorreto**, pois o ICMS é recuperável, visto que foi uma compra de mercadoria para revenda.

d) a contabilidade deve registrar as mercadorias no estoque pelo valor de R\$ 200.000. **Item incorreto**. Já vimos que o valor registrado no estoque é de R\$ 164.000.

e) o ICMS deve ser lançado na conta contábil de ICMS a recuperar no ativo. **Item correto**, pois o ICMS nesse caso é recuperável e será registrado no Ativo Circulante na conta ICMS a recuperar.

A princípio temos duas respostas corretas, mas a banca não anulou a questão.

Gabarito → E.

6. **(CESPE/SEDF/AGE//Contabilidade/2017)** Julgue o item subsequente, a respeito dos procedimentos para registro, mensuração e avaliação de ativos.

O cálculo do valor presente de um fluxo de caixa exige o conhecimento do valor do fluxo futuro, da data de ocorrência desse fluxo e da taxa de desconto aplicável.

Comentários:

O ajuste a valor presente, chamaremos de AVP, é inovação da Lei 11.638/2007 (que modificou a contabilidade)? Na verdade, não! A Instrução CVM 64 (hoje sem eficácia) já previa a sua utilização para companhias abertas. **A Lei 11.638/07 incluiu o tema na Lei 6.404/76** da seguinte forma:

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

VIII – os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. **(Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)**



Art. 184. No balanço, os elementos do passivo serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

III – as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. **(Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)**

Elementos	Período	AVP?
Ativo	Não circulante	Ajustados a valor presente
	Circulante	Se houver efeito relevante
Passivo	Não circulante	Ajustados a valor presente
	Circulante	Se houver efeito relevante

As vendas e as compras, quando feitas a prazo, inserem no valor da operação, juros e encargos financeiros referentes à remuneração de um capital no futuro.

Assim, a contabilização pelo valor nominal faz com que essas operações sejam demonstradas de forma superavaliada no Balanço Patrimonial. Fica difícil, também, diferenciar o resultado financeiro (de juros) do resultado realmente apurado com operações da atividade empresarial. O ajuste a valor presente (AVP) veio para que possamos dirimir esse problema.

Passo a passo para a efetuarmos o AVP:

- 1) Encontrar o valor nominal da operação que conterà os juros.
- 2) Encontrar juros e prazo (que devem estar na mesma unidade).
- 3) Trazer a valor presente pela fórmula de juros compostos, da matemática financeira: **Valor nominal = Valor presente x (1 + i)ⁿ**
- 4) Fazer os lançamentos

Gabarito → Correto.

7. **(CESPE/SEDF/Analista de Gestão Educacional/Contabilidade/2017)** Relativamente à avaliação e contabilização de itens do passivo e do patrimônio líquido, julgue o próximo item.



Situação hipotética: Um fornecedor oferece determinada mercadoria a prazo por R\$ 1.000, porém em uma compra à vista, com vencimento em 30 dias, esse mesmo fornecedor oferece um desconto de 5% sobre o valor a prazo.

Assertiva: Nesse caso, em uma compra a prazo, a diferença entre o valor à vista e o valor a prazo deverá ser contabilizada, no momento da compra, como despesa de juros.

Comentários:

A lei 6404/76 estabelece os seguintes critérios para a avaliação do Passivo:

Critérios de Avaliação do Passivo

Art. 184. No balanço, os elementos do passivo serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

I - as obrigações, encargos e riscos, conhecidos ou calculáveis, inclusive Imposto sobre a Renda a pagar com base no resultado do exercício, serão computados pelo valor atualizado até a data do balanço;

II - as obrigações em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço;

III – as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

As obrigações do passivo circulante, quando o efeito for relevante, também devem ser ajustadas a valor presente.

A contabilização dessa compra será:

D – Estoque (pelo valor presente)	950	
D – Encargos financeiros a transcorrer (retificadora do passivo)	50	
C – Fornecedores (Passivo)		1000

A conta Encargos a Transcorrer deve ser apropriada ao resultado, como despesa financeira, por competência e não no momento da compra.

Ao final dos 30 dias, a empresa deverá fazer o seguinte lançamento:

D - Despesas Financeiras	50
C - Encargos financeiros a transcorrer (retificadora do passivo)	50

Gabarito → Errado

8. (Cespe/TCU/AUFC/2015) Com relação às características e à forma de apresentação das demonstrações contábeis, julgue o item a seguir.

Situação hipotética: Em 30 de junho de 2015, o livro diário de determinada empresa registrou a seguinte partida dobrada.

débito	despesas com seguros	R\$ 2.000,00
crédito	prêmios de seguros a apropriar	R\$ 2.000,00

Assertiva: Nesse caso, as informações se referem a um lançamento de ajuste — decorrente da aplicação do princípio da competência — para reconhecimento da despesa com o prêmio de seguros, que havia sido pago antecipadamente.

Comentários:

Vamos imaginar que determinada empresa tenha contratado e pago R\$ 24.000 por um contrato de seguro com validade de 12 meses. O lançamento, quando do pagamento antecipado, será:

D – prêmios de seguros a apropriar (ativo)	24.000,00
C – Bancos (ativo)	24.000,00

Prêmio Seguros		Bancos (Ativo)	
24.000,00	←	→	24.000,00

Com o transcurso de cada mês, vamos lançar:

D – Despesas de seguros (resultado)	2.000,00
C - prêmios de seguros a apropriar (ativo)	2.000,00

Prêmio de Seguros		Bancos (Ativo)		Desp. Seguros	
24.000,00	2.000,00		12.000,00	2.000,00	

Diagrama de fluxo de caixa: Uma seta azul aponta da coluna 'Prêmio de Seguros' (valor 2.000,00) para a coluna 'Bancos (Ativo)' (valor 12.000,00). Outra seta azul aponta da coluna 'Bancos (Ativo)' (valor 12.000,00) para a coluna 'Desp. Seguros' (valor 2.000,00).

Portanto, assertiva correta, pois o lançamento apresentado representa um lançamento de ajuste — decorrente da aplicação do princípio da competência — para reconhecimento da despesa com o prêmio de seguros, que havia sido pago antecipadamente

Gabarito → Correto

9. **(CESPE/FUNPRESP-JUD/Contabilidade/2016)** Acerca da apuração de resultados, julgue o item subsequente.

No Brasil, o lucro líquido contabilmente apurado difere do lucro utilizado para a apuração do imposto de renda, denominado lucro real.

Comentários:

Item correto, pois o lucro líquido apurado na Demonstração do Resultado é apurado de acordo com os princípios de Contabilidade. Por sua vez, o **lucro real**, por seu turno, é o lucro líquido do período ajustado por adições, exclusões e compensações, conforme previsão da legislação do Imposto de Renda.

Funciona da seguinte forma:

Lucro apurado na contabilidade antes do IR (LAIR)

+ Adições

(-) Exclusões

(-) Compensações



Base de cálculo do imposto de renda.

As adições aumentam a base do imposto. Um exemplo clássico são as multas. Na demonstração do resultado do exercício, as multas reduzem o valor do lucro e, conseqüentemente, do imposto a ser apurado. Permitindo-se esta situação, estar-se-ia sendo condescendente com aqueles que cometem ilícitos, uma vez que teriam sua tributação diminuída.

As exclusões têm por fim reduzir a base de cálculo do imposto, tendo em vista que no resultado contábil foram considerados resultados que não devem ser tributadas, como as receitas de dividendos, que são tributadas na empresa que os distribui.

Professores, não entendi como funcionam as adições e exclusões.

1) Adições são receitas tributáveis que não foram lançadas na DRE, portanto, precisam ser adicionadas para serem tributadas pelo IR ou que foram diminuídas da DRE mas devem ser acrescentadas, já que devemos tributar pelo IR. A perda com equivalência patrimonial, por exemplo, se enquadra nesta última hipótese.

Se por exemplo, a empresa tem uma despesa com multa, por que está violando um pacto ambiental e está poluindo severamente o meio ambiente, não poderá deduzir este valor para fins de cálculo do IR. Seria premiá-la por seu próprio desleixo. Você está reduzindo o resultado, mas não pode fazê-lo. Deve fazer uma adição! As exclusões são justamente o contrário.

Quando se está apurando o lucro real, podemos ter algumas exclusões, que vão diminuir a base de cálculo para pagamento do imposto de renda. São valores que a Receita Federal autoriza sejam diminuídos, resultados positivos, receitas e ganhos que estejam na DRE, mas não sejam computados no lucro real, e o próprio prejuízo fiscal que for apurado em exercícios anteriores (limitado a 30% do lucro líquido ajustado – ver explicações abaixo).

Sobre a base de cálculo, índice o imposto de 15%, com adicional de Imposto de Renda de 10%, quando a base de cálculo ultrapassar \$20.000 por mês (considerando-se o período de apuração do imposto), conforme abaixo:

A parcela do lucro real que exceder ao resultado da multiplicação de R\$20.000,00 (vinte mil reais) pelo número dos meses do respectivo período de apuração sujeita-se à incidência do adicional, à alíquota de 10% (dez por cento).



Vejamos na prática como é...

Uma empresa possui registrada em seu LALUR prejuízos fiscais no montante de R\$ 100.000,00. Considere os seguintes dados: Em 2010, no primeiro trimestre, o lucro foi de R\$ 400.000, sendo 40.000 de provisão para férias e resultado negativo de Método de Equivalência Patrimonial de R\$ 40.000. Calcule o imposto de renda devido ao fim do primeiro trimestre.

Vamos lá! No primeiro trimestre.

Lucro antes do IR =	400.000.
+ Adições (Perda com MEP)	40.000
- Exclusões	0
Lucro ajustado	440.000.

Uma primeira ressalva. A provisão para férias é dedutível, mas como se trata de despesa, já foi considerada, uma vez que apurada antes do lucro líquido do trimestre. O lucro do trimestre já considera todas as despesas do período.

O máximo que poderá ser utilizado com as **compensações é o montante de 30% deste lucro ajustado** (e não do prejuízo acumulado), de R\$ 440.000, isto é, R\$ 132.000. Mas só temos R\$ 100.000, logo, poderemos utilizar todo o valor.

Lucro ajustado	440.000
<u>(-) Compensações</u>	<u>100.000</u>
Base de cálculo do IR → Lucro real	340.000

Agora, calcula-se o IR.

A alíquota é de 15%, cobrando-se um adicional de 10% sobre o montante que exceder o número de meses x R\$ 20.000.

Teremos:

$$\text{Imposto} = 15\% \times 340.000 = 51.000$$



$$\text{Adicional} = 10\% \times (340.0000 - (3 \times 20.000)) = 28.000$$

Somando as parcelas, teremos um imposto total de $51.000 + 28.000 = \text{R}\$ 79.000,00$.

Gabarito → Certo

10. **(CESPE/TCE-SC/Auditor Fiscal de Controle Externo/Contabilidade/2016)** No que se refere aos livros de escrituração e às previsões legais relativas às demonstrações contábeis, julgue o item a seguir.

Para fins de elaboração da demonstração do resultado do exercício, a receita de venda é contabilizada por ocasião da transferência dos riscos e benefícios das mercadorias, dos produtos e dos serviços fornecidos pela entidade.

Comentários:

Item correto pessoal, conforme elucida-nos o CPC 30 – Receitas, item 14, “a”:

A receita proveniente da venda de bens deve ser reconhecida quando forem satisfeitas todas as seguintes condições:

(a) A entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens;

A transferência de riscos e benefícios é fundamental para o reconhecimento de uma receita, e segundo a norma supracitada, se a entidade reter riscos significativos da propriedade, a transação não é uma venda e a receita não pode ser reconhecida.

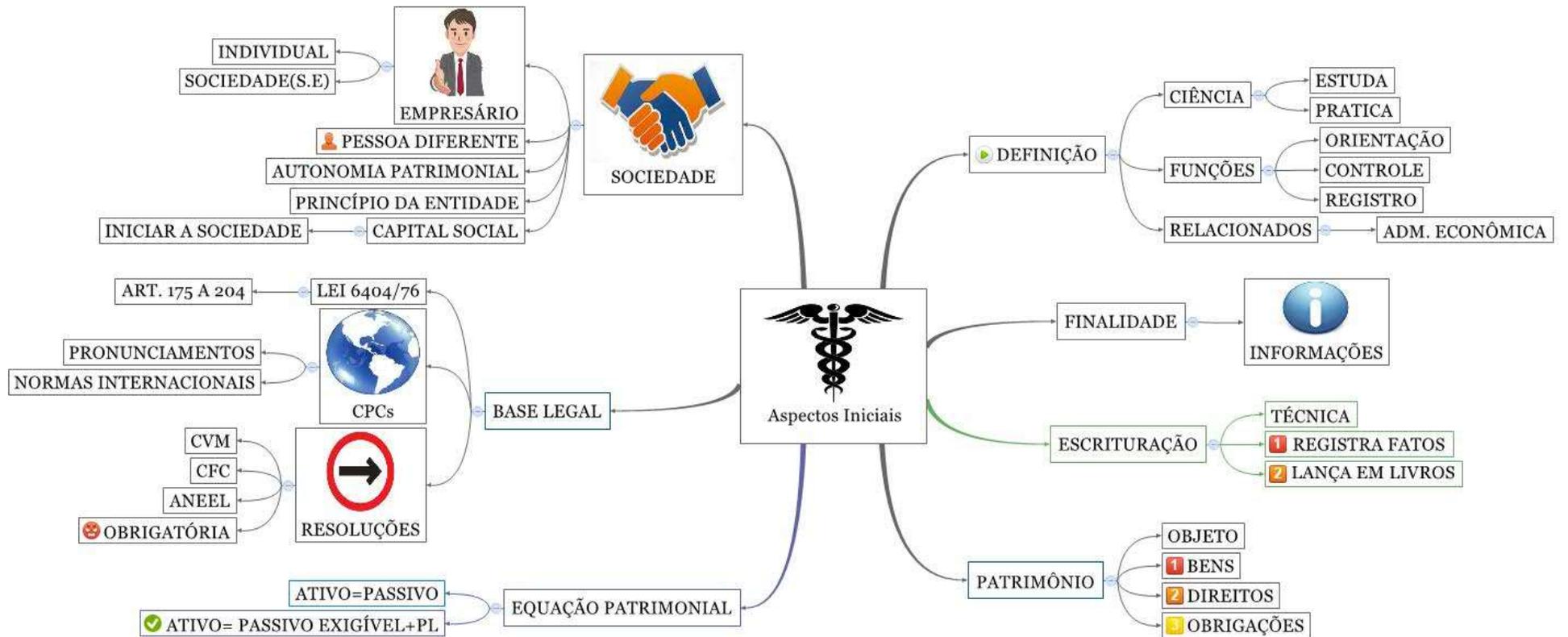
Gabarito → Correto.

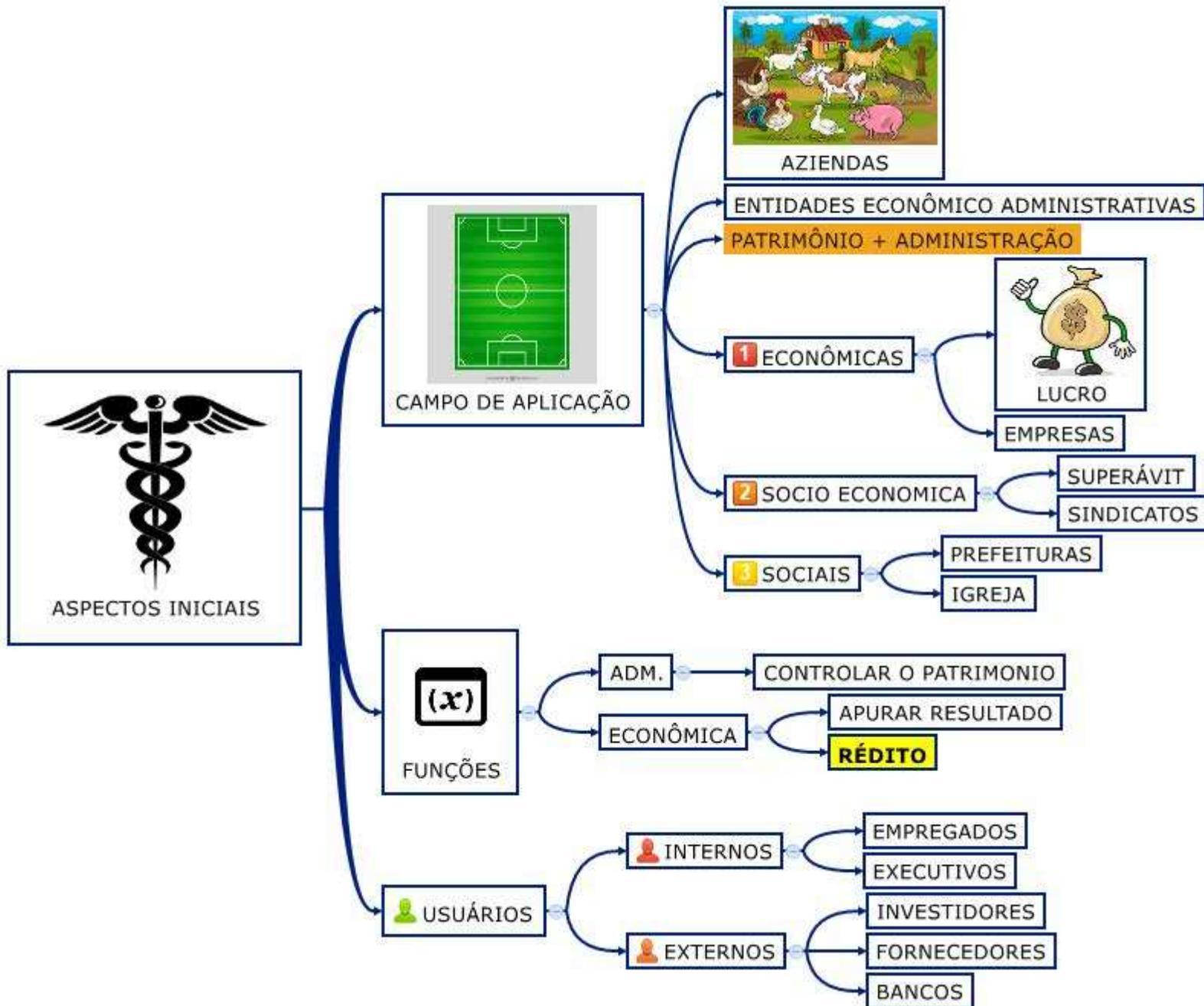


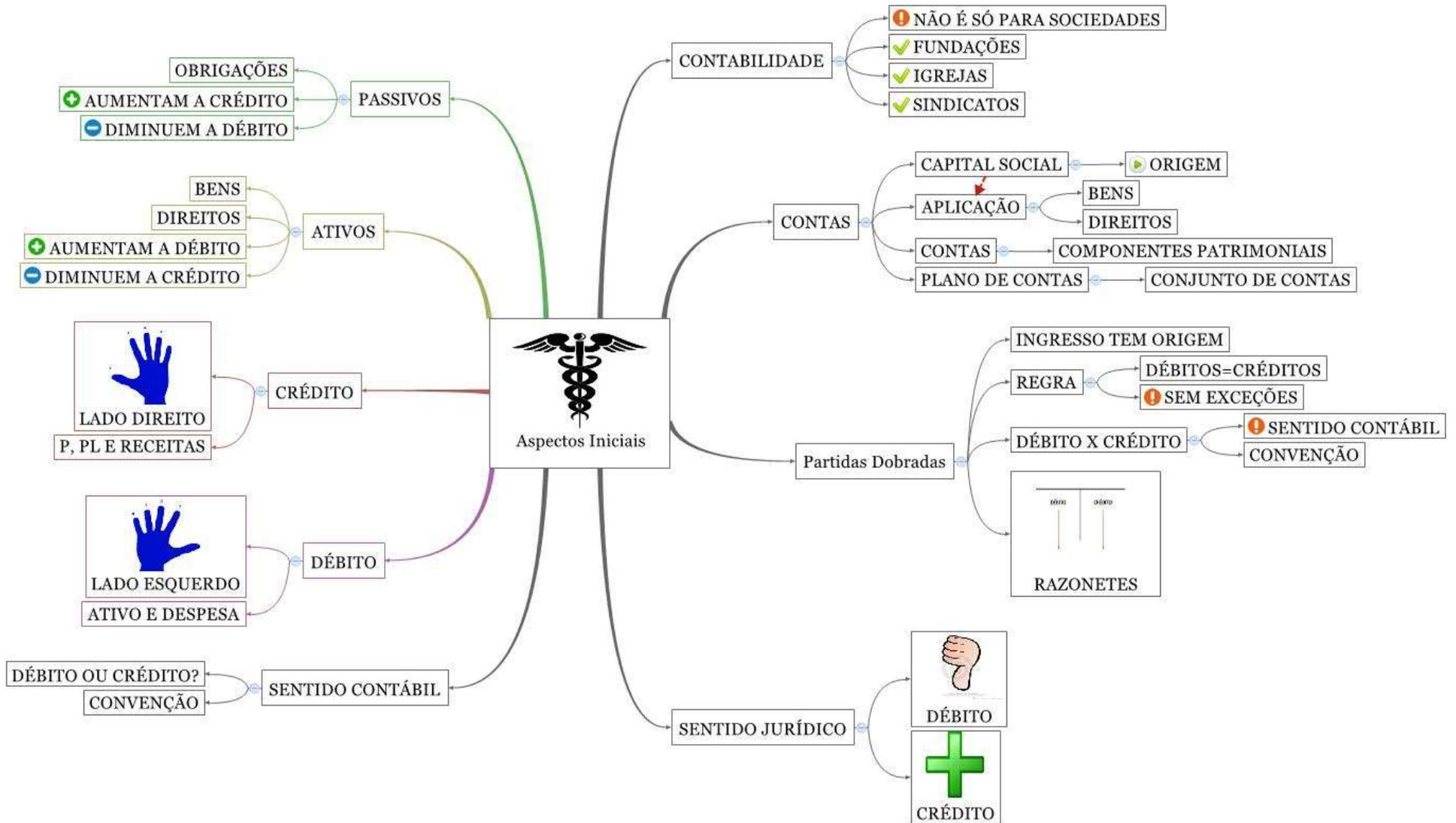


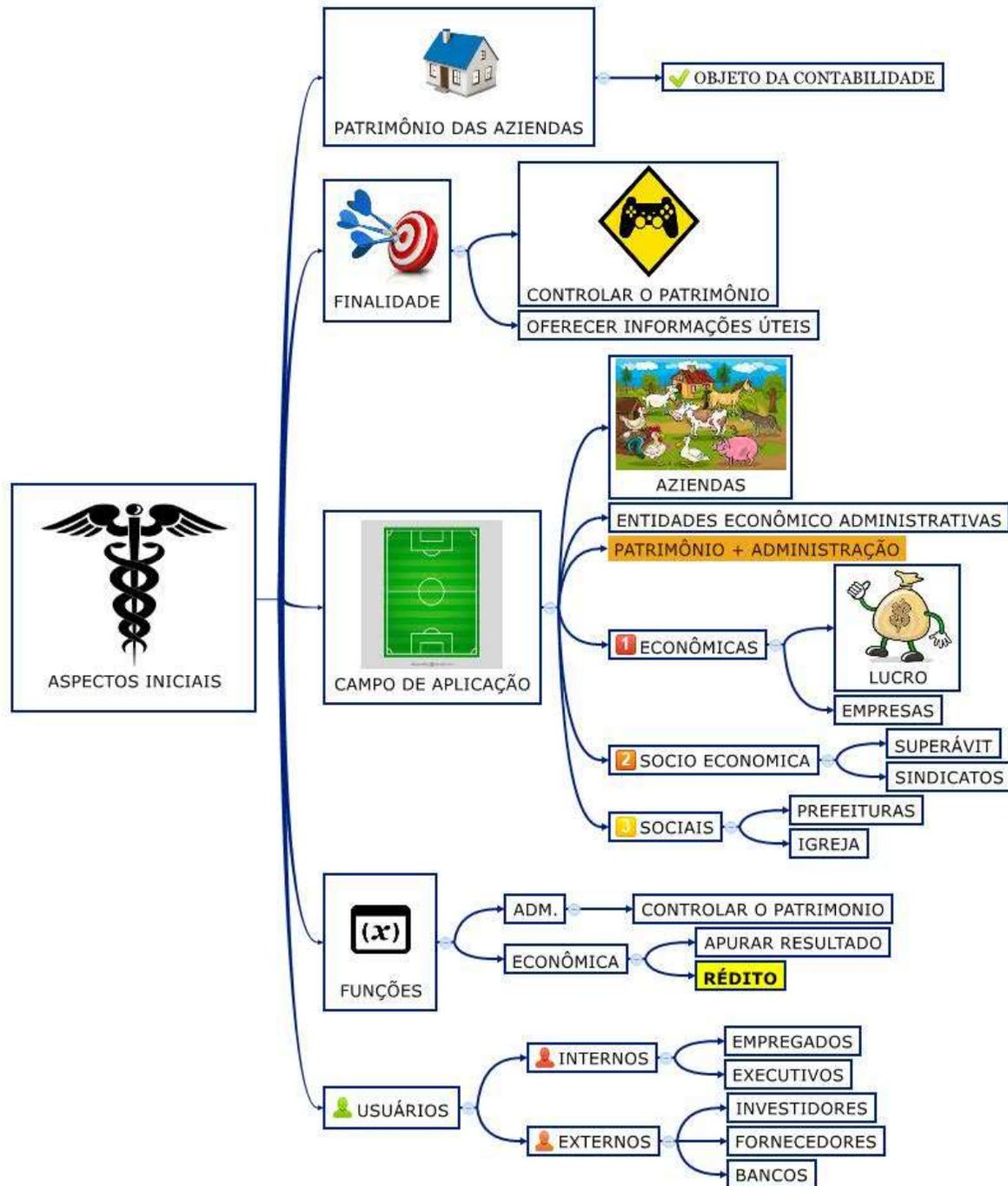
MAPAS MENTAIS

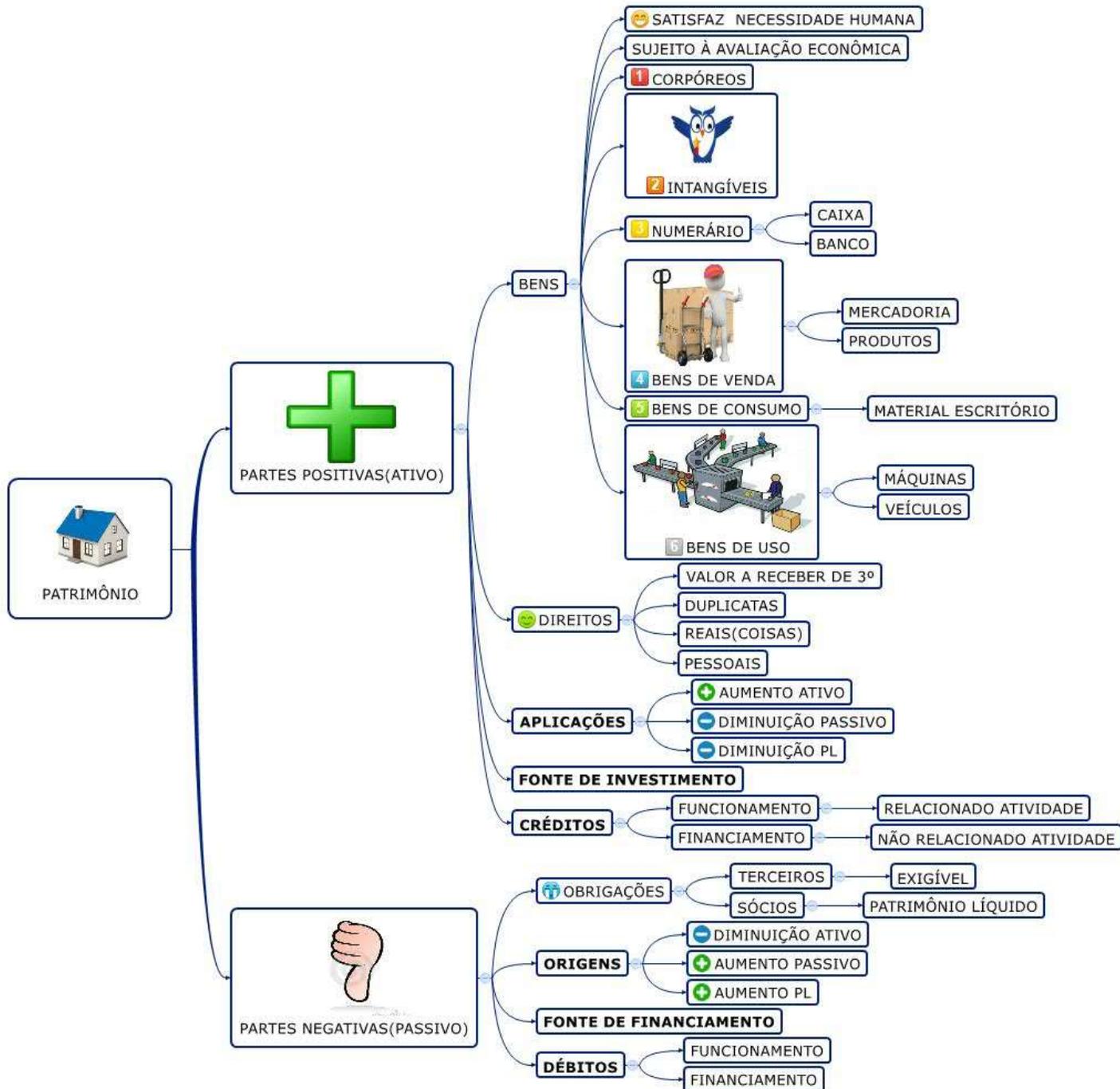


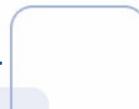
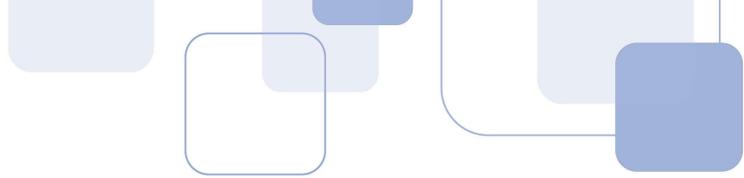


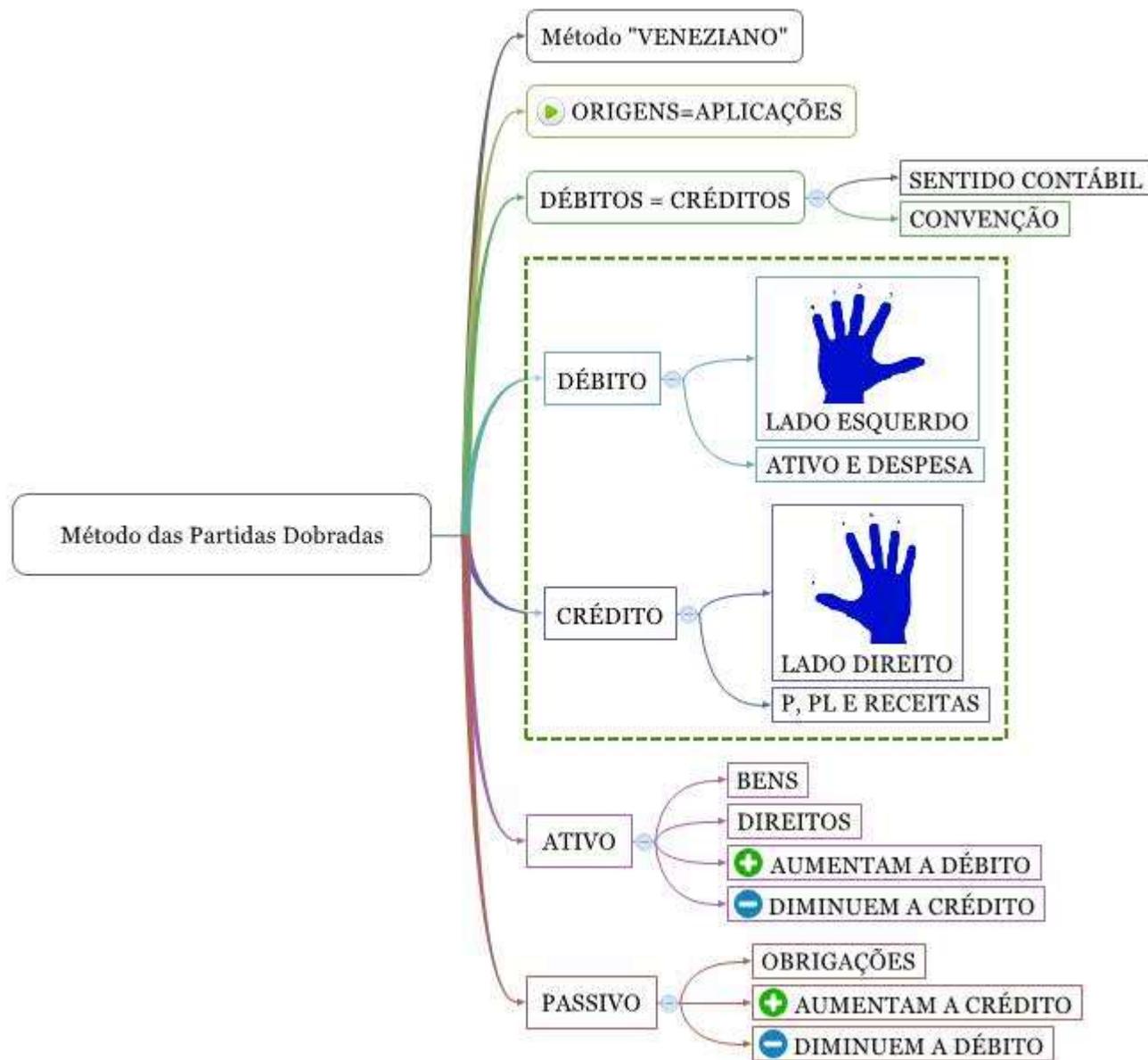






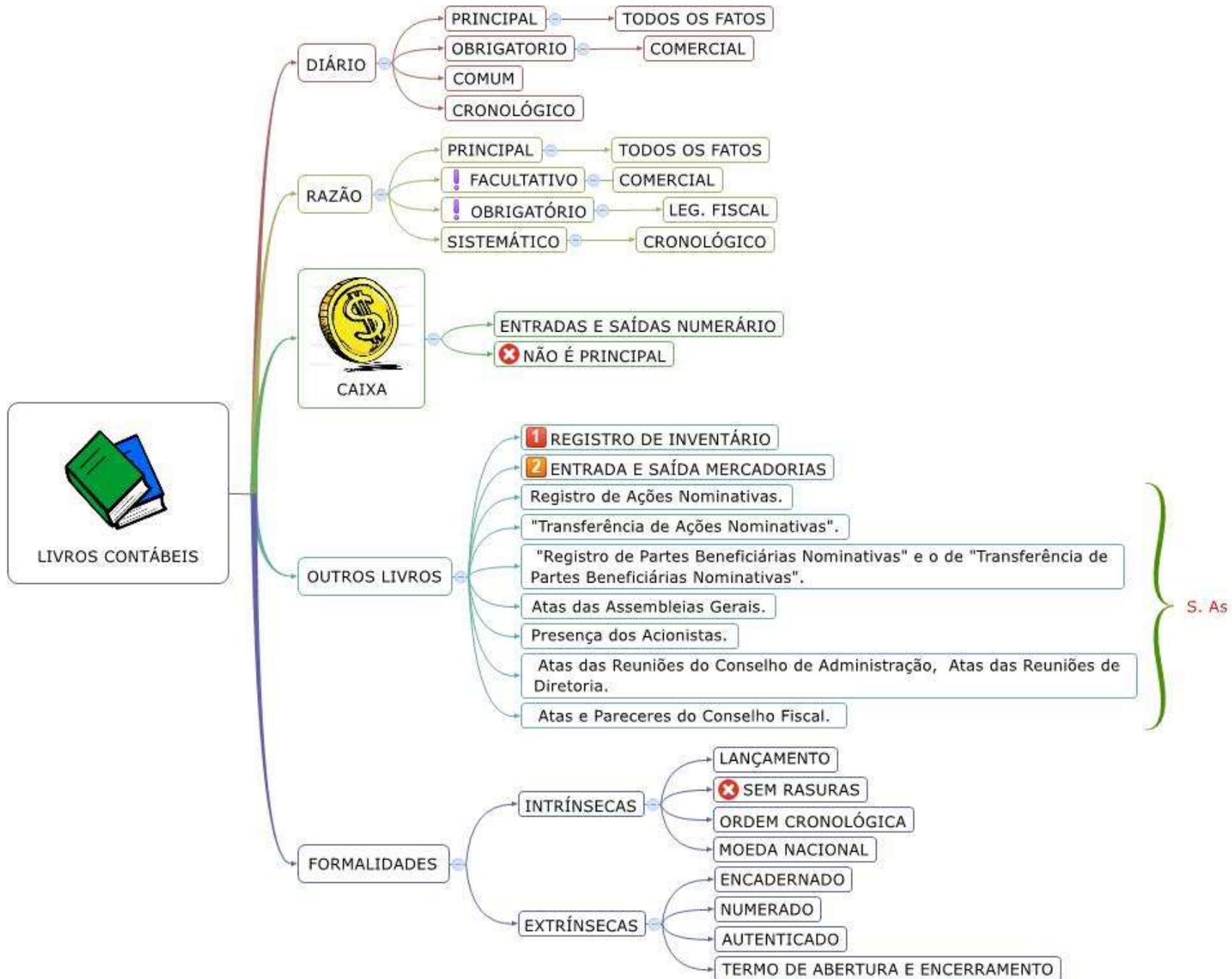


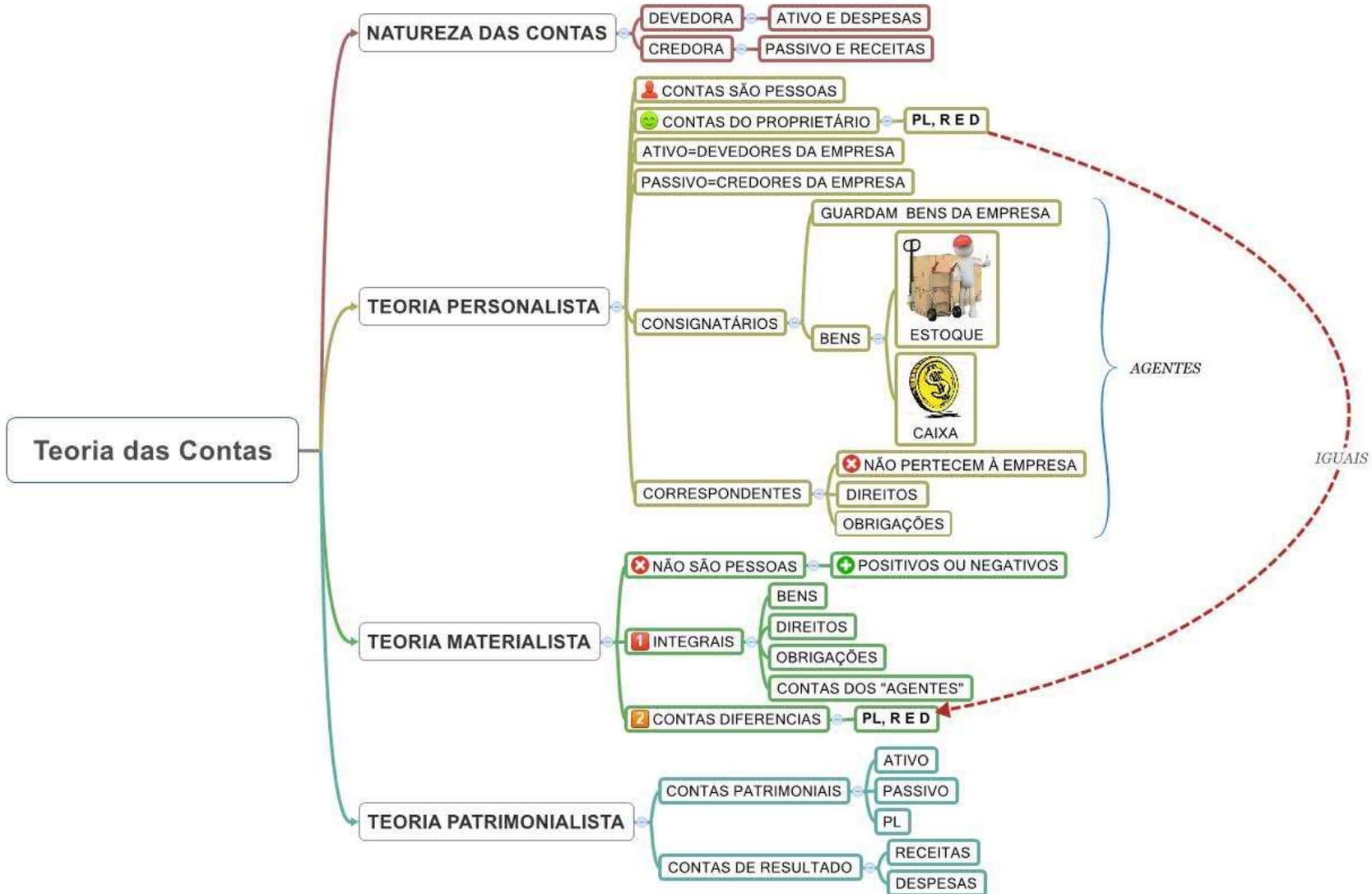


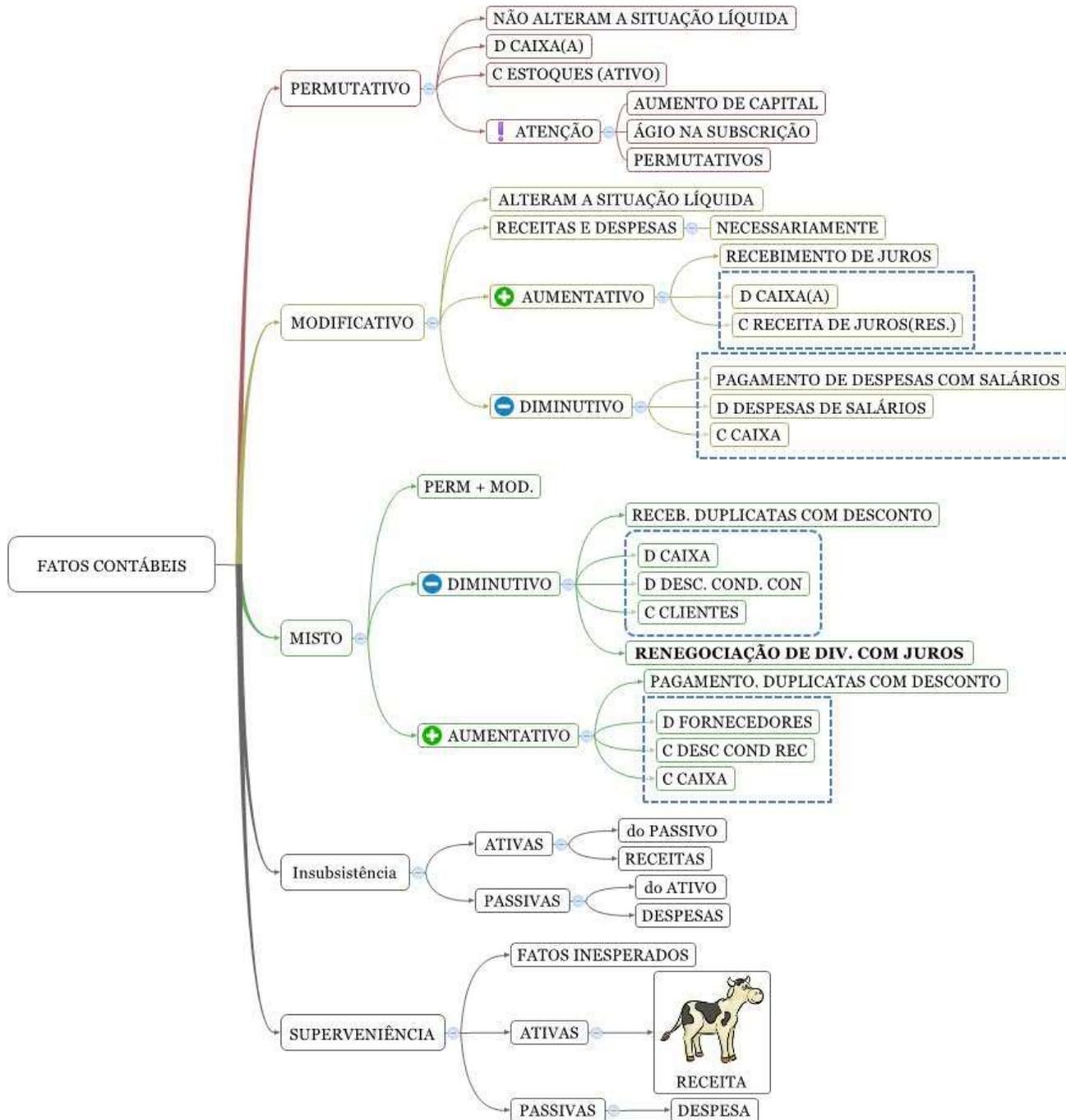


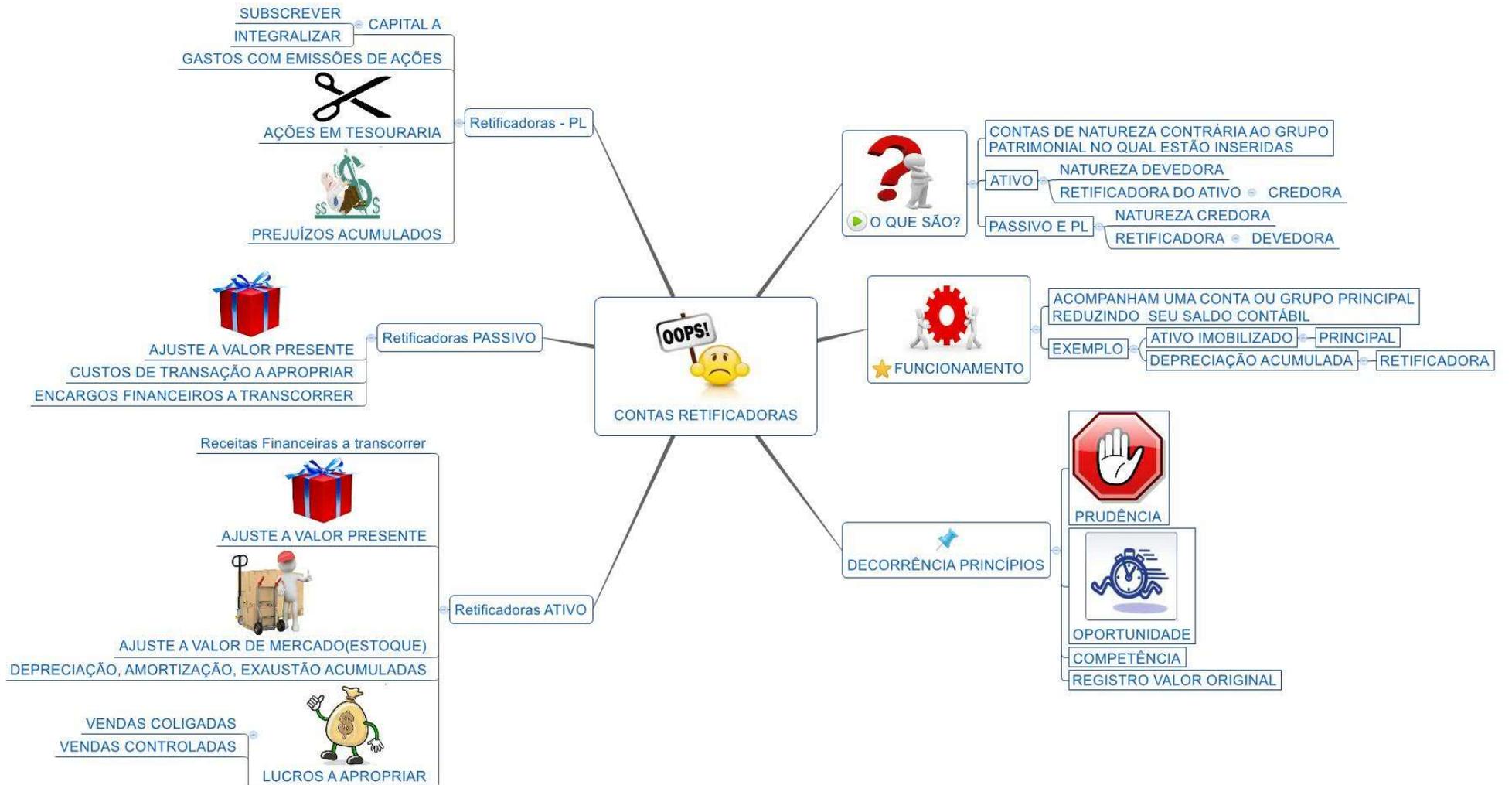
Professor Julio Cardozo @profjuliocardozo

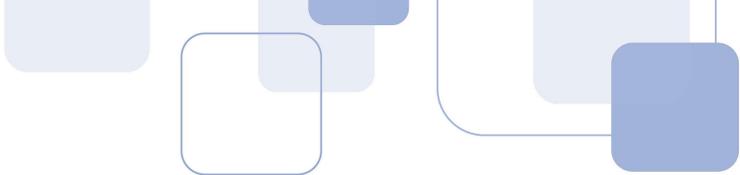


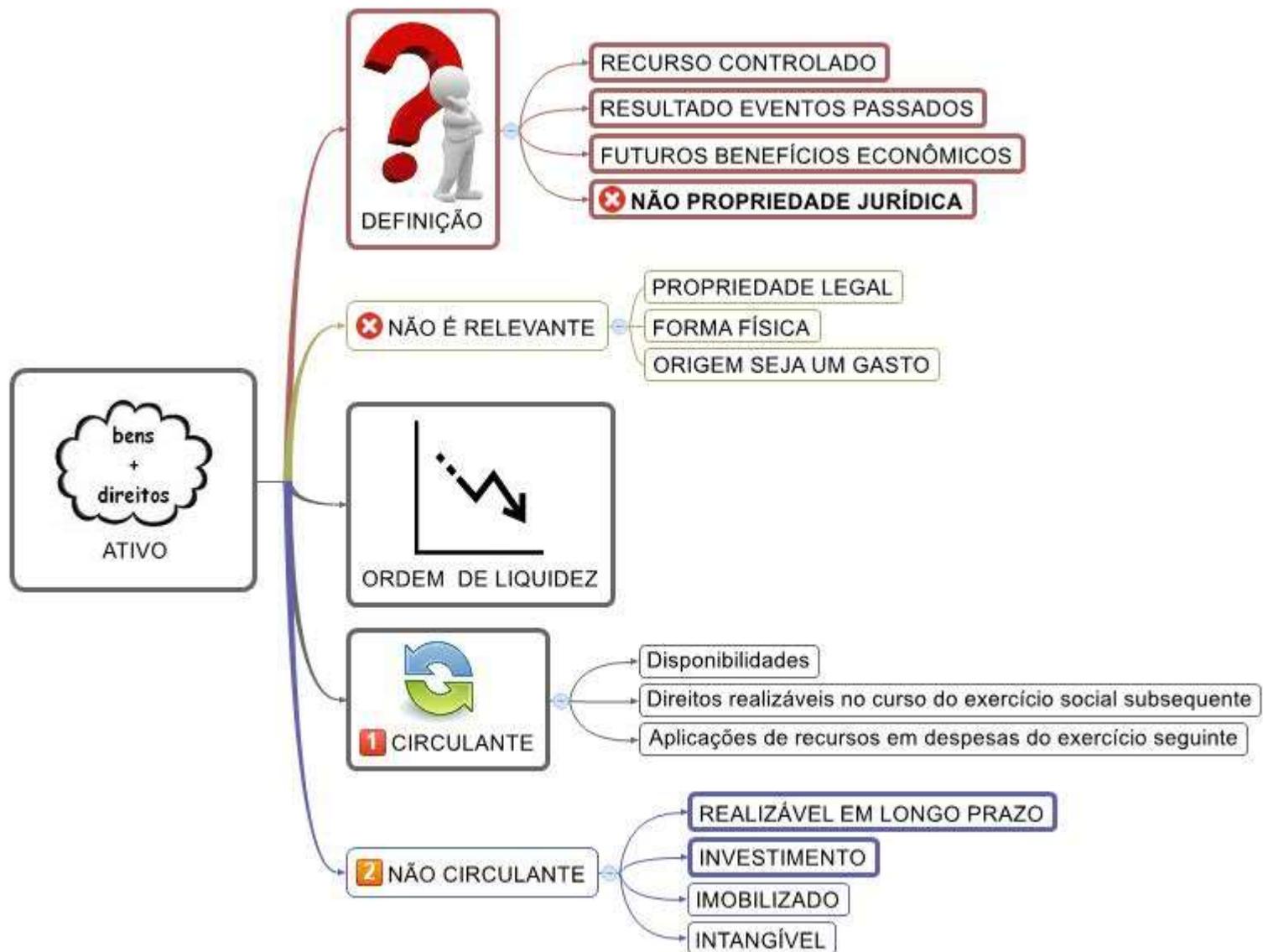


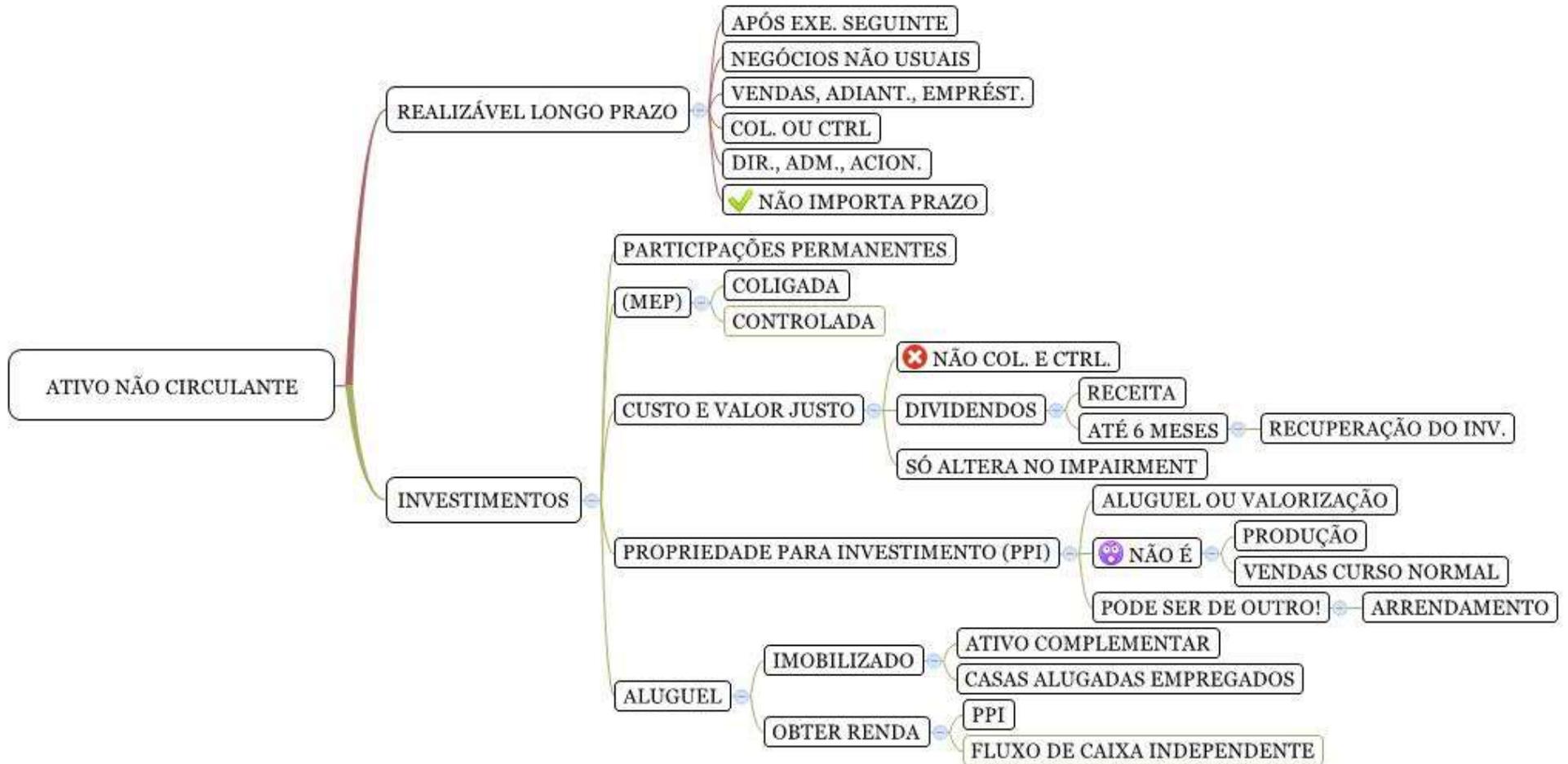


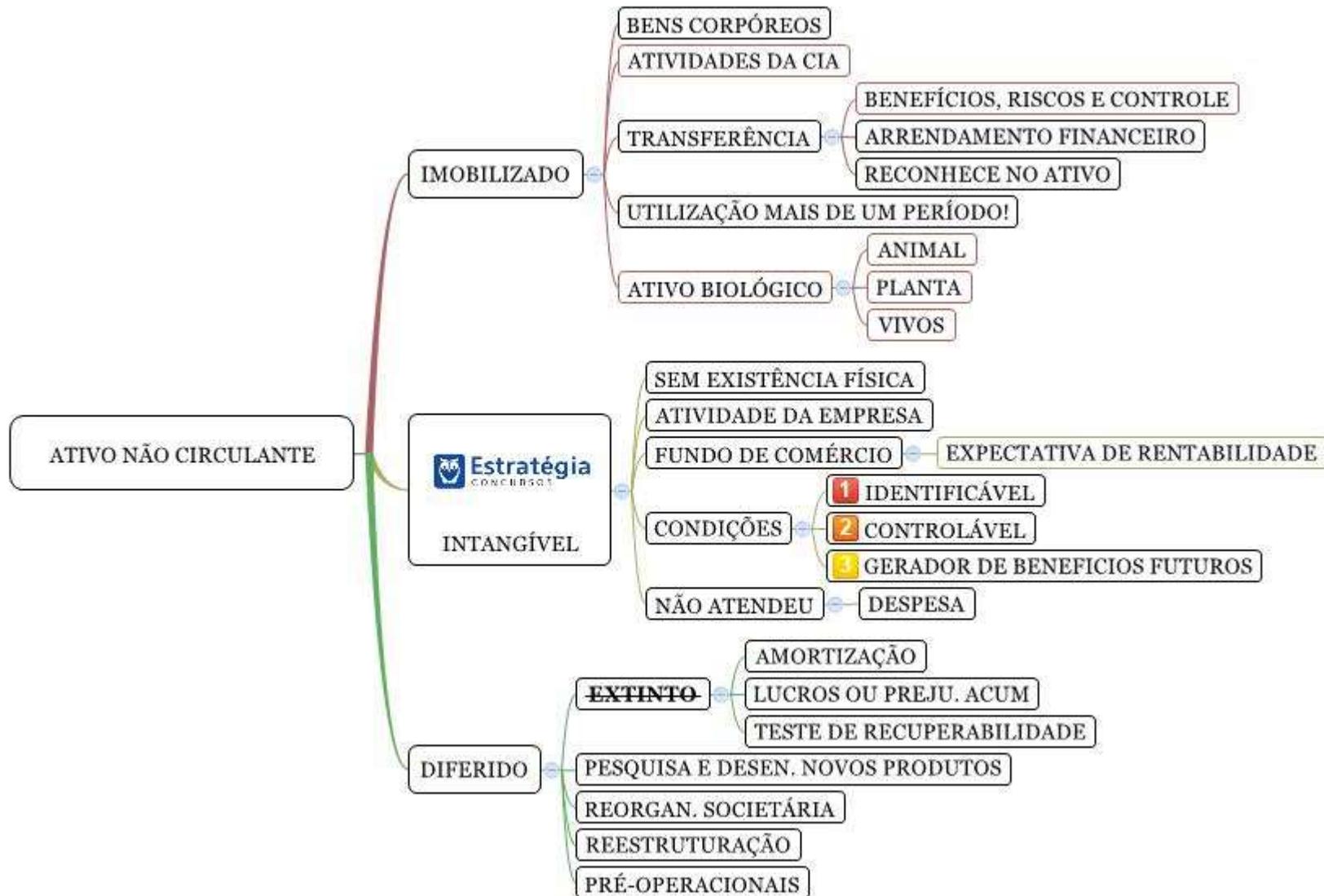


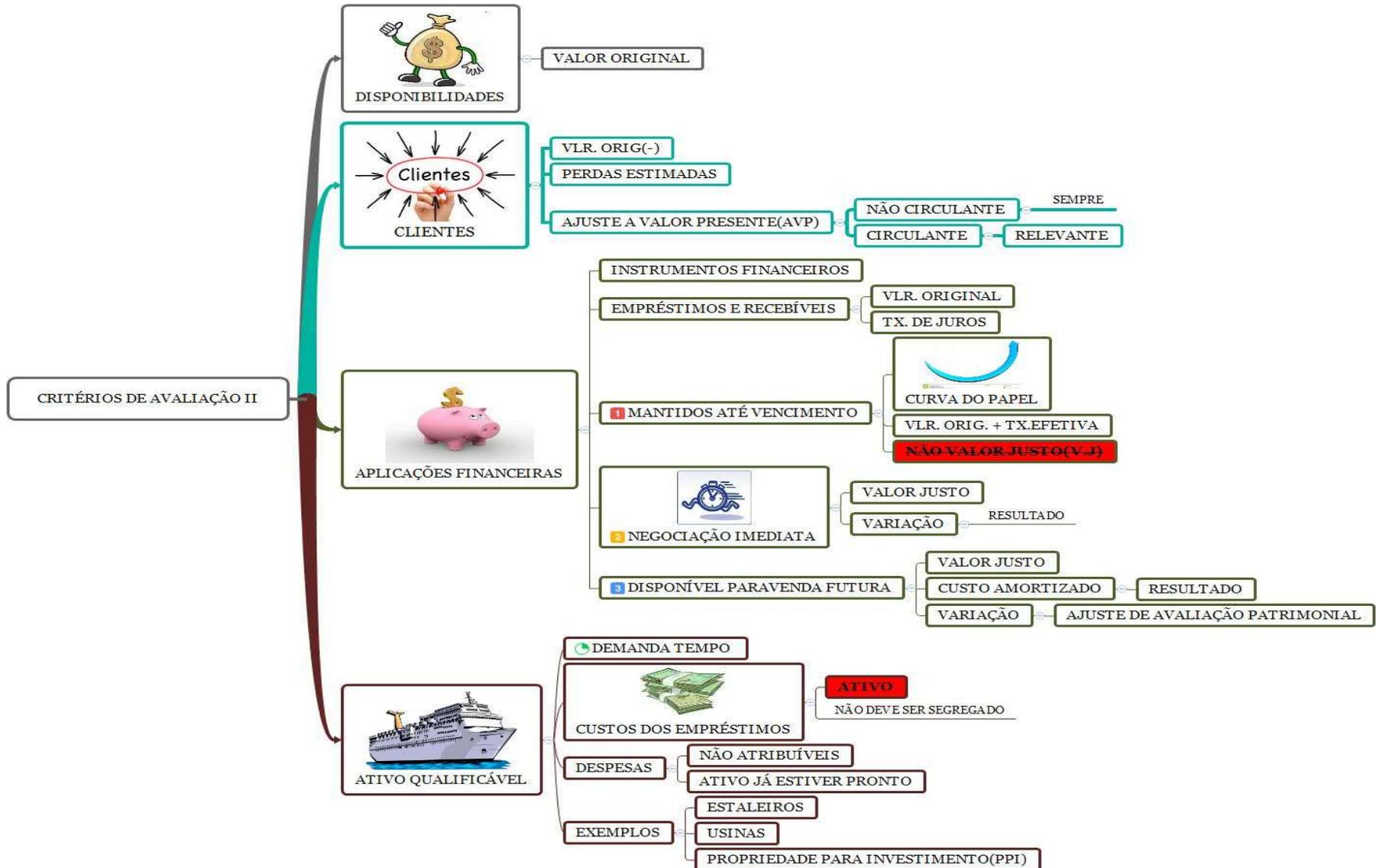


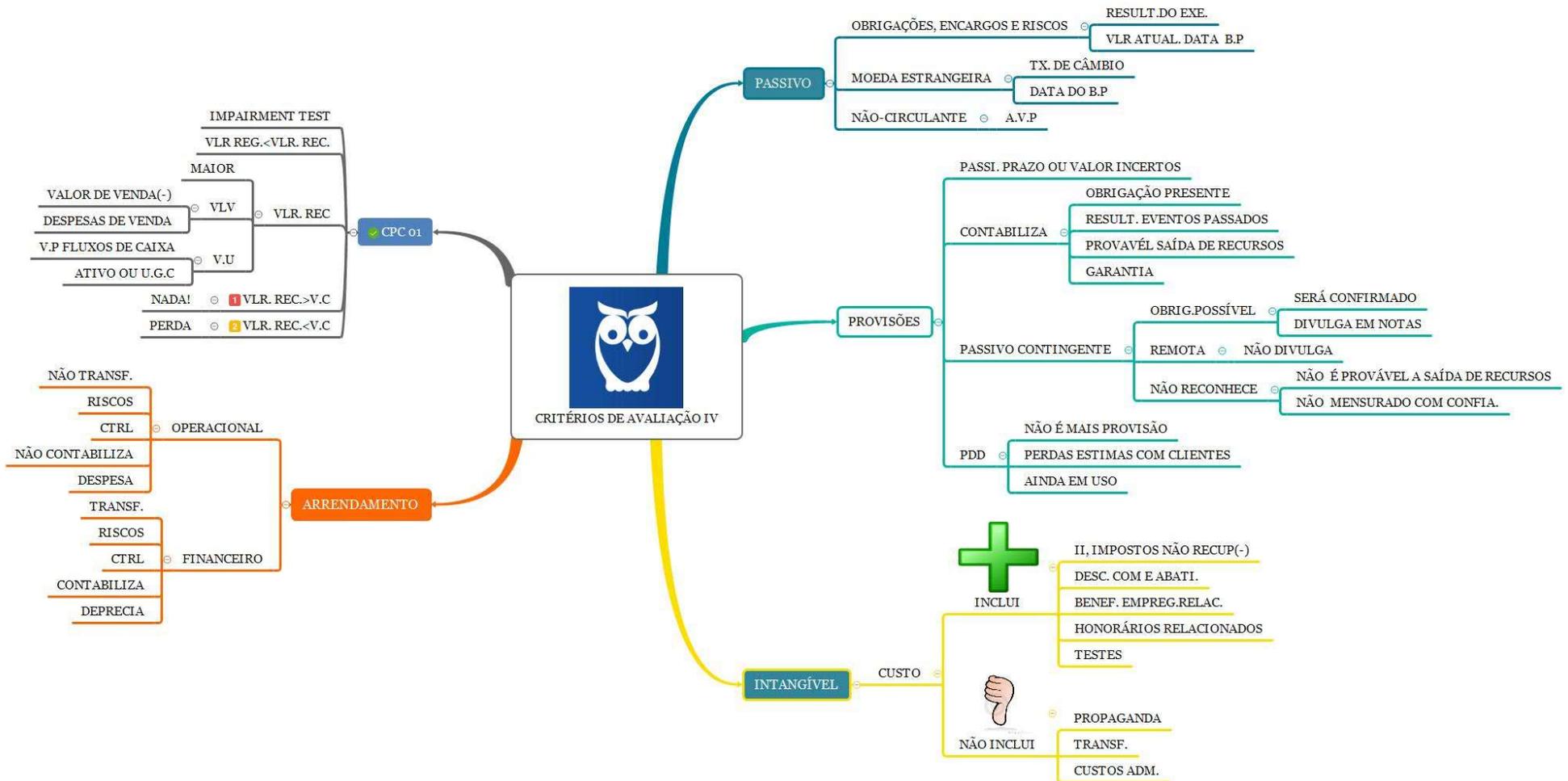


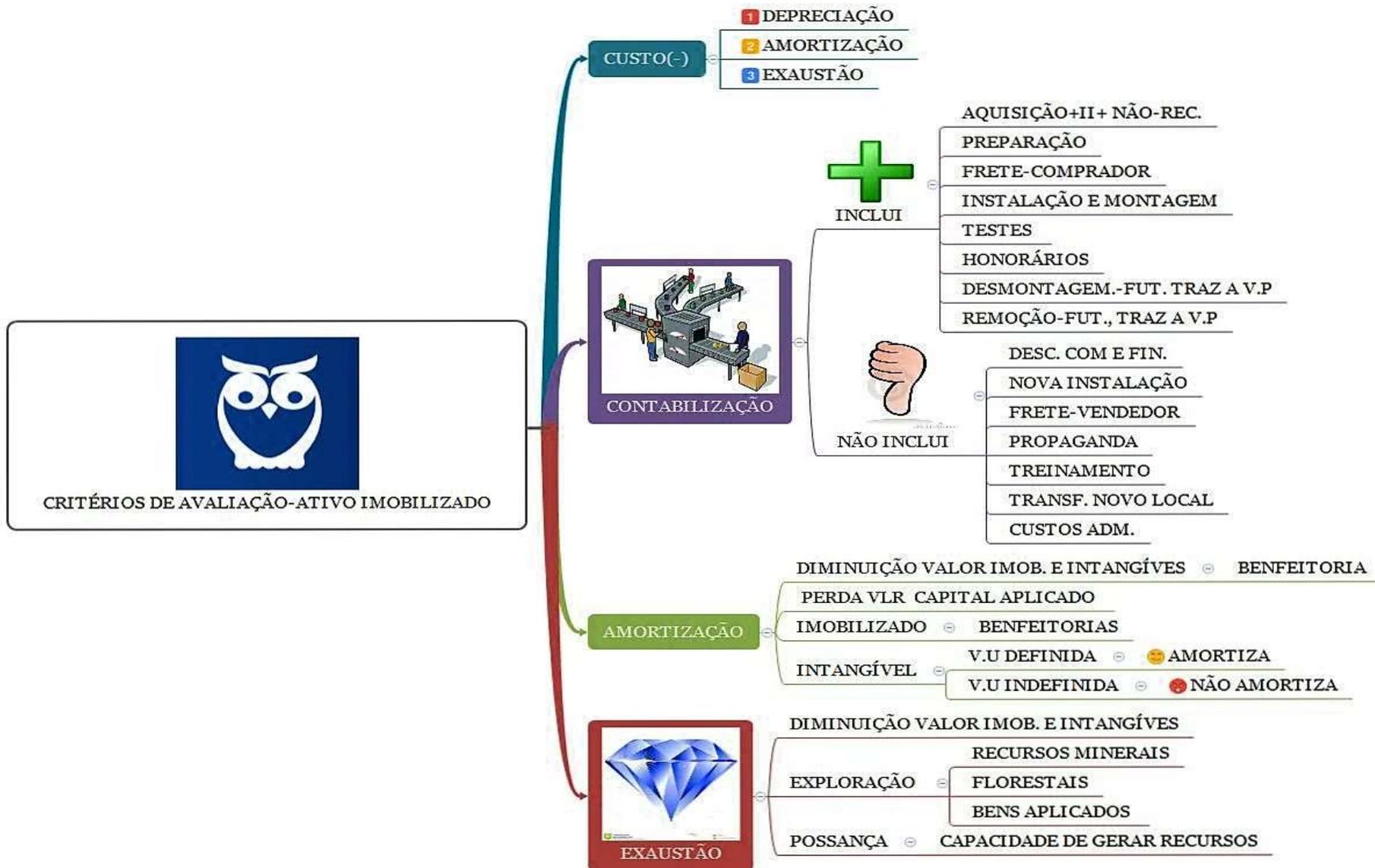


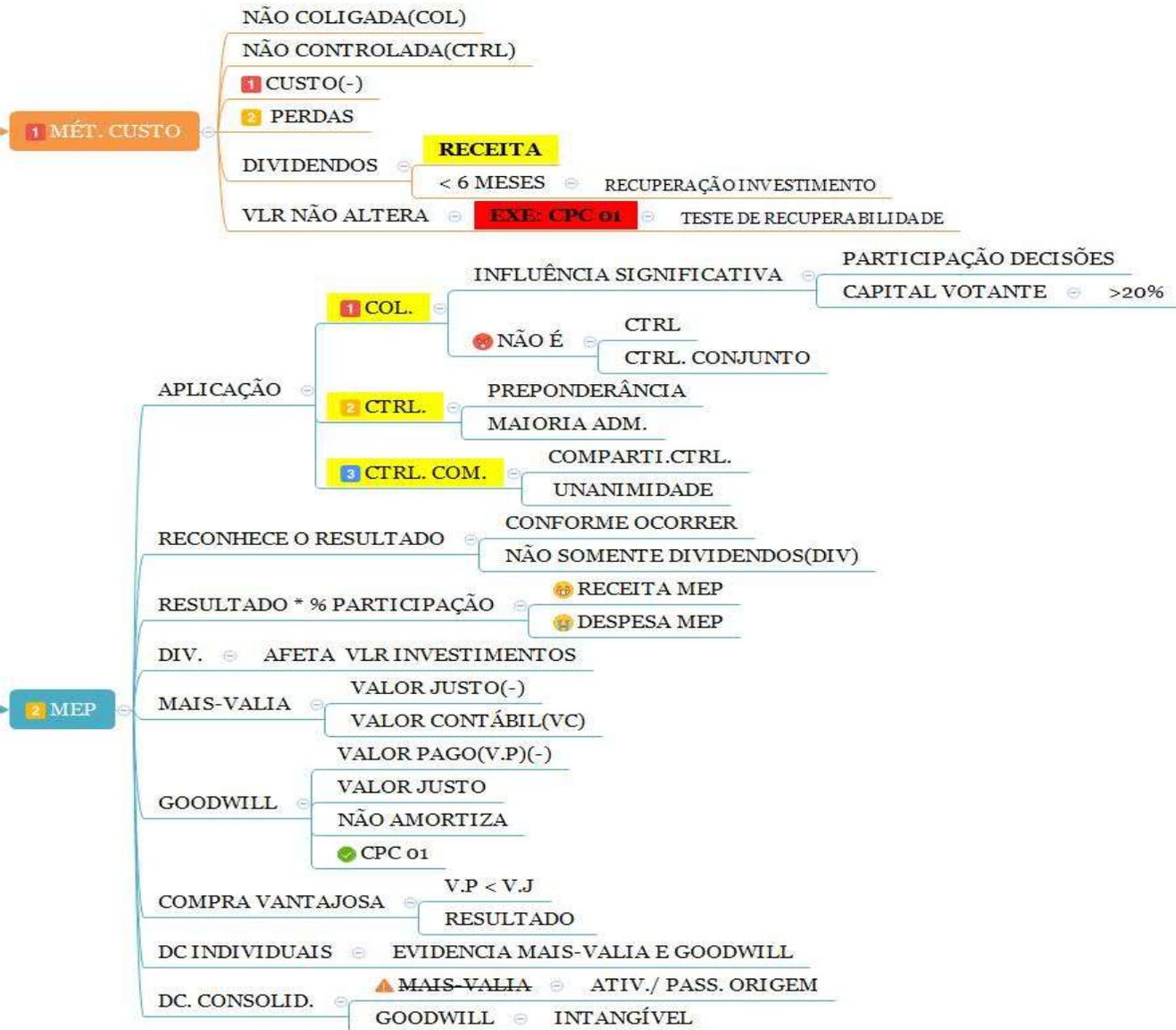


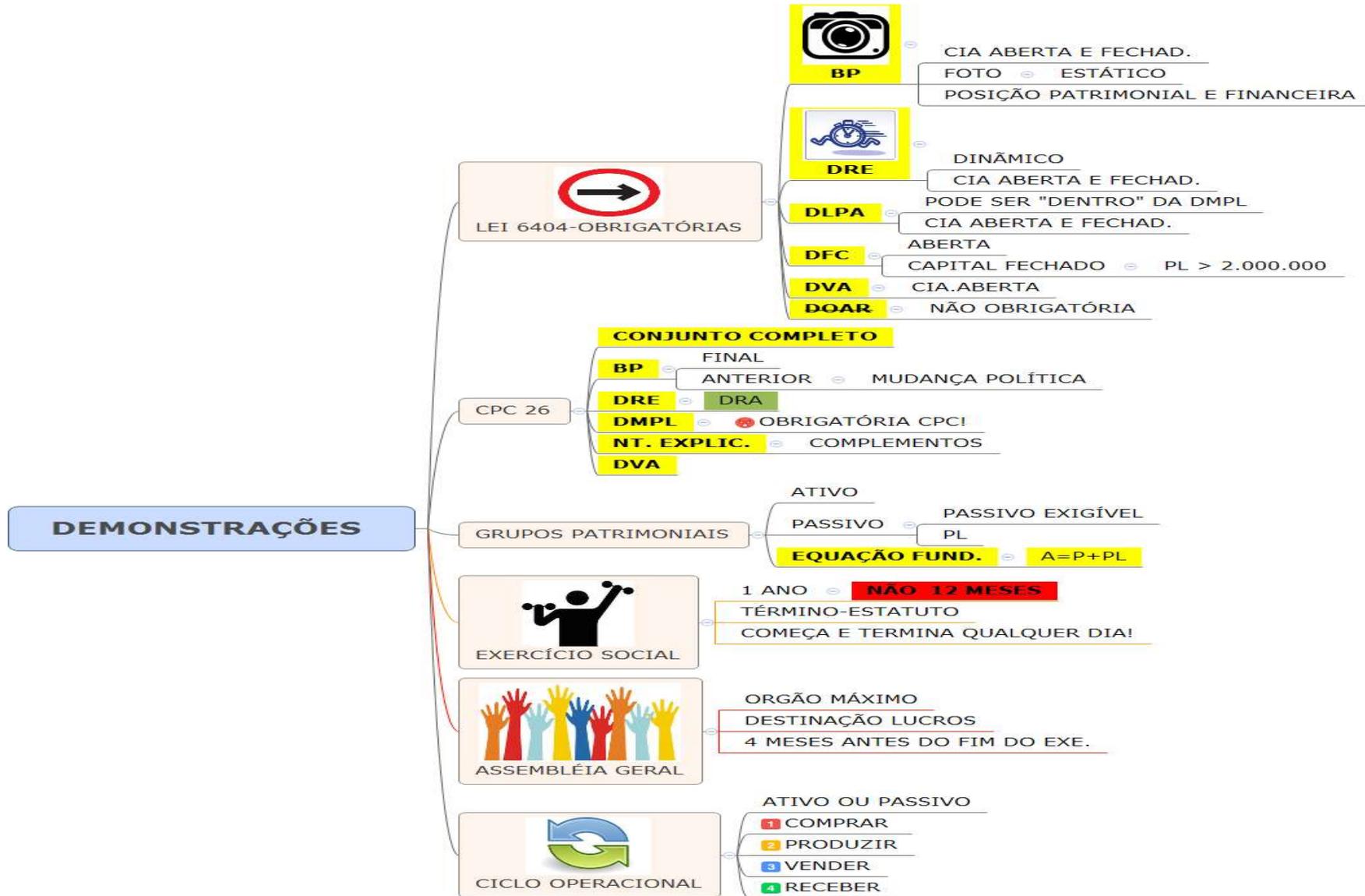


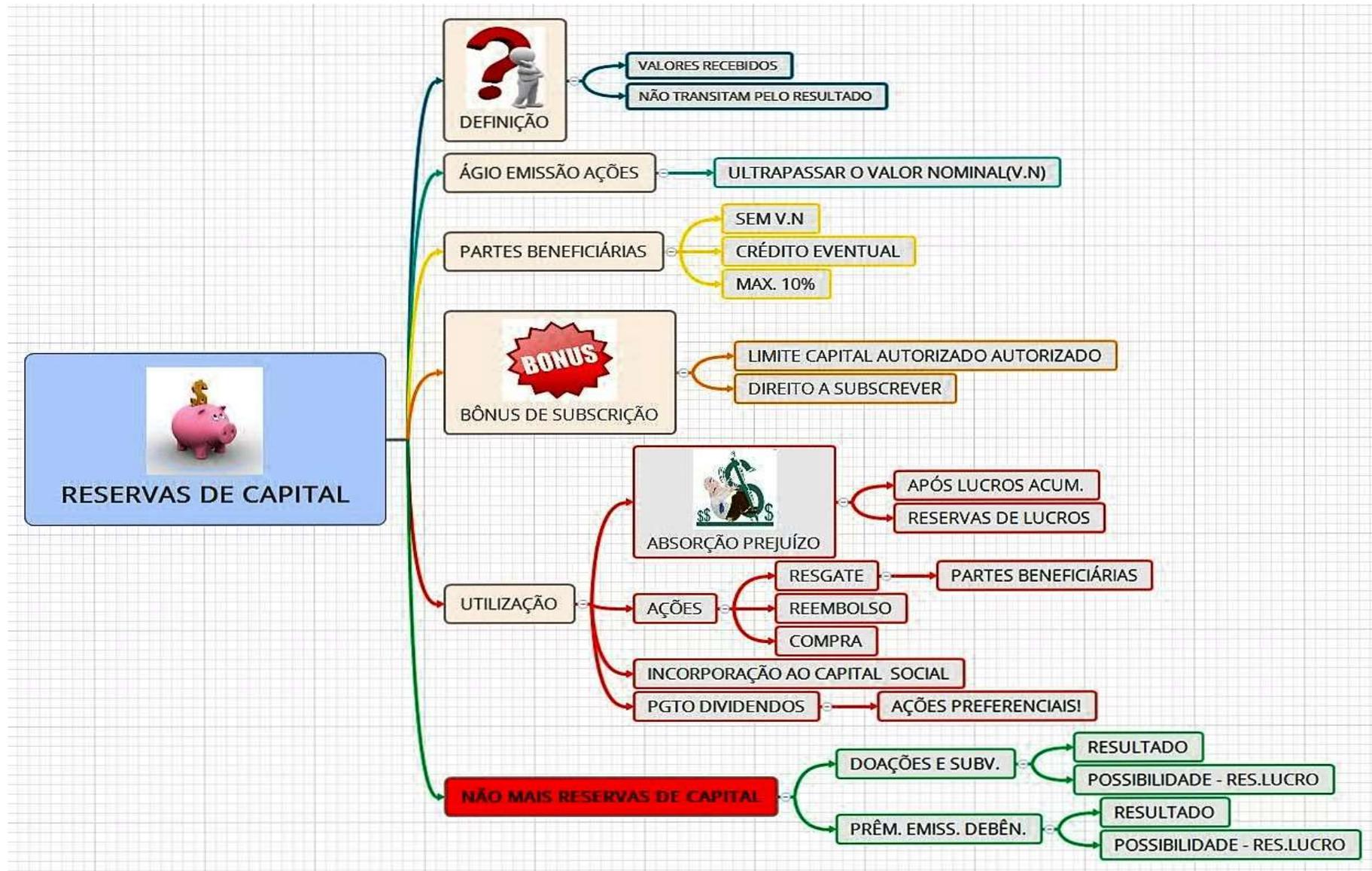


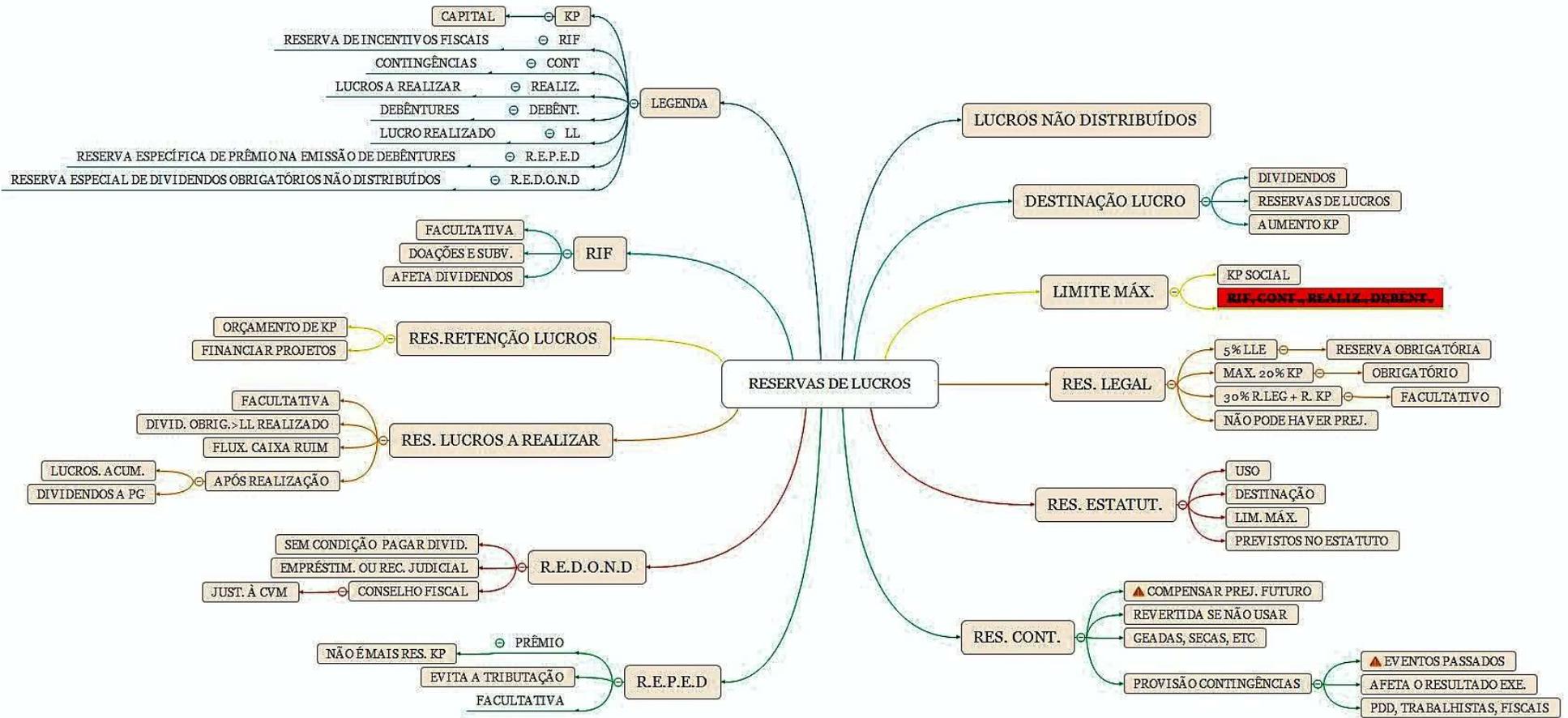


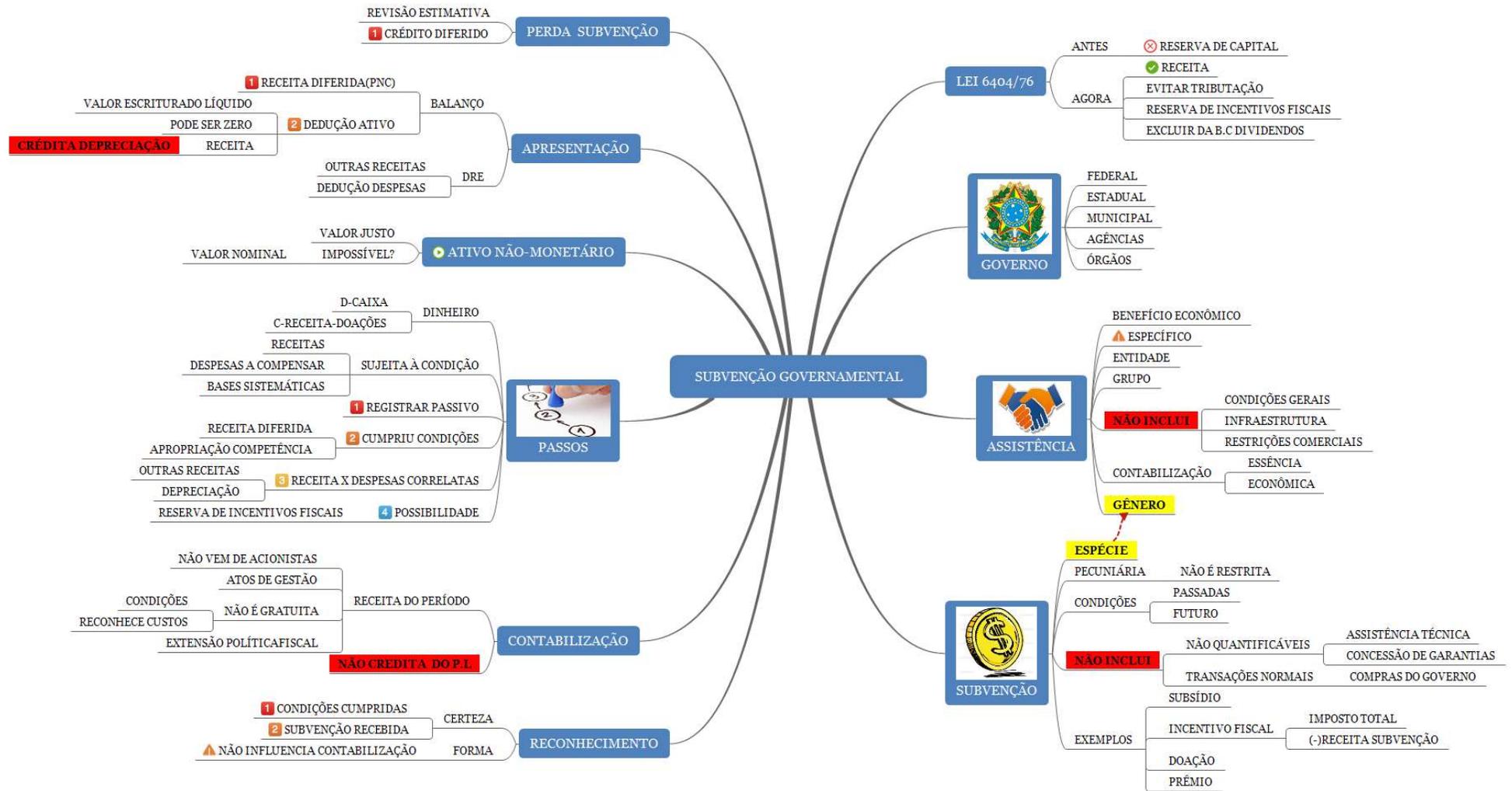


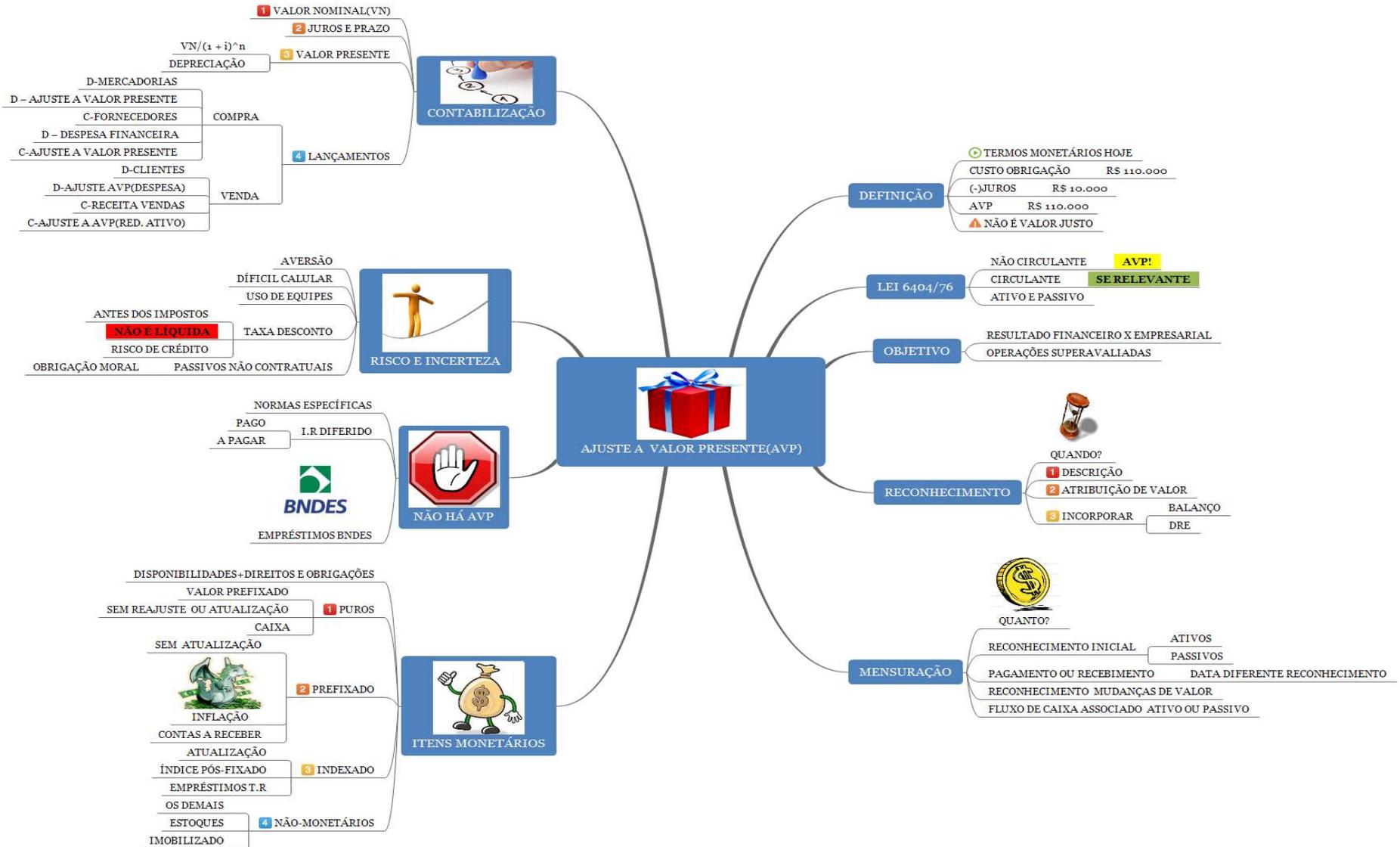












ATÉ A PRÓXIMA

Pessoal, espero que tenham gostado desse material, que foi preparado com muito carinho para vocês! Sugestões, elogios, críticas, são sempre importantes para nós! Manter contato com nossos alunos é uma alegria sem igual para nós, professores.

Resolvam as questões, os simulados, usem os mapas mentais, pois tenho certeza que esse material apresentou diversas questões que aparecerão nas próximas provas do Cespe!

Um forte abraço, Professor Julio Cardozo.

